



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Marina Gomes Coelho

**A Organização e os Sentidos:** uma análise fenomenológica do tempo-espaço organizacional  
na experiência do nascer humano.

Florianópolis

2021

Marina Gomes Coelho

**A Organização e os Sentidos:** uma análise fenomenológica do tempo-espaço organizacional  
na experiência do nascer humano.

Projeto de Tese submetido ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de doutora em Administração.

Orientadora: Prof. Dr. Eloise Helena Livramento Dellagnelo.

Florianópolis

2021

Coelho, Marina

A Organização e os Sentidos : uma análise fenomenológica do tempo-espaço organizacional na experiência do nascer humano / Marina Coelho ; orientadora, Eloise Helena Livramento Dellagnelo, 2021.

142 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Administração. 2. Organização. 3. Fenomenologia. 4. Tempo-Espaço-Corpo. 5. Nascimento. I. Livramento Dellagnelo, Eloise Helena . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

Marina Gomes Coelho

**A Organização e os Sentidos:** uma análise fenomenológica do tempo-espaço organizacional na experiência do nascer humano.

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Renê Birochi, Dr.

UFSC

Prof. Fábio Bittencourt Meira, Dr.

UFRGS

Profa. Simone Ghisi Feuerschütte, Dra.

UDESC

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutora em Administração.

---

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

---

Profa. Eloise Helena Livramento Dellagnelo, Dra.

Orientadora

Florianópolis, 2021.

Aos meus. Aos quais pertenço. Aos comigo no mundo: Em mim, eu neles. Àqueles em que demoro e permaneço. Aos seres encarnados que me tocam. Corpos que percebo em afeto e troco os sentidos de ser-no-mundo.

## AGRADECIMENTOS

É outra coisa. A amizade. Por que se é amigo de alguém? Para mim, é uma questão de **percepção**. É o fato de... Não o fato de ter ideias em comum. O que quer dizer "ter **coisas em comum** com alguém"? Vou dizer banalidades, mas é se entender sem precisar explicar. Não é a partir de ideias em comum, mas de uma linguagem, ou de uma **pré-linguagem** em comum. Há pessoas sobre as quais posso afirmar que não entendo nada do que dizem, mesmo coisas simples como: "Passe-me o sal". Não consigo entender. E há pessoas que me falam de um assunto totalmente abstrato, sobre o qual posso não concordar, mas entendo tudo o que dizem. Quer dizer que tenho algo a dizer-lhes e elas a mim. E não é pela comunhão de ideias. Há um mistério aí. Há uma base indeterminada... [...]. Há uma percepção do charme. Quando falo de charme [refiro-me a] um gesto, um pensamento de alguém, mesmo antes que este seja significativo, um pudor de alguém são fontes de charme que têm tanto **a ver com a vida**, que vão até as raízes vitais que é assim que se torna amigo de alguém. [...] Há frases insignificantes que têm tanto charme e mostram tanta delicadeza que, imediatamente, você acha que aquela pessoa é sua, não no sentido de propriedade, mas é sua e você espera ser dela. Neste momento nasce a amizade. **Há de fato uma questão de percepção. Perceber algo que lhe ensina, que abre e revela alguma coisa** (Gilles Deleuze, 1997, grifos meus<sup>1</sup>).

Deleuze descreve o sentido da amizade como não pude fazer. Sobra-me, no entanto, a alegria de tê-la podido viver.

À Professora Eloise Dellagnelo, pela força e clareza com que, há oito anos, me ancora, traduz, orienta e encoraja; à Professora Simone pelo início da caminhada e pelo afeto; ao Professor Renê pela postura aberta, serena e assertiva; ao professor Fábio Meira pela gentileza crítica; à minha família de amigos, que sabem quem são, pela cumplicidade; ao Marcelo que me dá a mão e faz sair pra ver o sol; e, aos meus filhos Davi, Nohemia e Theo: Toda gratidão pela partilha na costura artesanal, doída, deliciosa e infinda de escrita deste ato de vontade expresso em argumento textual.

---

<sup>1</sup> Destaquei, em grifo, na fala de Deleuze expressões semânticas relacionadas ao ideário da Fenomenologia da Percepção. Deleuze, curiosamente, defende a identificação da amizade, e a descreve, como uma experiência de percepção, do sentido. Não a explica, não utiliza bases racionais/teleológicas ou empiristas/materialistas, opera, neste sentido, numa perspectiva fenomenológica. Penso que de nenhuma outra forma poder-se-ia descrevê-la com tanta fidelidade ao vivido. E por acreditar nisso, nesta perspectiva para a apreensão do mundo, escrevo este projeto.

## RESUMO

Sustentamos, nesta tese, quatro premissas contrapostas ao conhecimento produzido nos Estudos Organizacionais sobre tempo, espaço e corpo: Compreendemos (i) o tempo e o espaço como fenômenos corpóreos pré-objetivos, experienciais; (ii) o homem enquanto ser-no-mundo, concebido na inextricabilidade entre subjetividade, carne e mundo; (iii) a técnica como invenção/instrumento contingente, sempre sujeito à suspeição do uso/apropriação, e o sensível como estatuto (não restritivo ou patológico) da natureza humana constitutivo da razão adequada, radicada no real; (iv) a atribuição de sentido (significação) e consequente representação da realidade, como resultantes da experiência, do processo de experimentação sensível, e não (ou, não apenas) de seu efeito final. Desenhamos, sob a luz da Fenomenologia da Percepção, nossa argumentação na construção teórica relacional destas premissas, subsidiadas pela análise de 144 relatos maternos do nascimento humano, do procedimento cirúrgico-hospitalar ao evento natural-domiciliar, para pensar a organização, os sentidos e o ser-no-mundo.

**Palavras-chave:** Organização; Fenomenologia; Tempo-Espaço-Corpo; Sentidos; Nascimento.

## **ABSTRACT**

We support, in this thesis, four premises that are opposed to the knowledge produced in the field of Organizational Studies on time, space and body: we understand (i) time and space as pre-objective, experiential corporeal phenomena; (ii) man as being-in-the-world, conceived in the inextricability between subjectivity, flesh and world; (iii) the technique as an invention/contingent instrument, always subject to suspicion of use/appropriation, and the sensitive as a statute (not restrictive or pathological) of human nature constituting proper reason, rooted in the real; (iv) the attribution of meaning (significance) and consequent representation of reality, as resulting from experience, from the process of sensitive experimentation, and not (or not only) from its final effect. We draw, in the light of the Phenomenology of Perception, our argumentation in the relational theoretical construction of these premises, based on the analysis of 144 reports from mothers about childbirth, from the surgical-hospital procedure to the natural-home event, to think about the organization, the senses and the being-in-the-world.

**Keywords:** Organization; Phenomenology; Time-Space-Body; Senses; Childbirth.

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>Aproximações entre o Organizar e os Sentidos.....</b>	<b>14</b>
1.1.	Questão e Objetivos de Pesquisa .....	18
<b>2.</b>	<b>A Lacuna nos EOs sobre Tempo, Espaço e Corpo .....</b>	<b>20</b>
<b>3.</b>	<b>Epistemologia e Método Fenomenológico.....</b>	<b>39</b>
<b>4.</b>	<b>O Nascimento Humano como Objeto .....</b>	<b>56</b>
<b>5.</b>	<b>Razão Radicada: As Premissas na Factualidade do Objeto .....</b>	<b>65</b>
5.1.	Tempo e Espaço como Fenômenos Corpóreos (P.I) .....	66
5.2.	Corpo como Subjetividade em Carne (P.II) .....	79
5.3.	Técnica como Artifício (P.III) .....	94
5.4.	Os Sentidos e o Real (P.IV) .....	108
<b>6.</b>	<b>O Prejuízo do Ser no Mundo Organizado .....</b>	<b>120</b>
	<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>126</b>

Não estou certo de aderir a todas as seduções deste pensamento que retira da força de sua linguagem para melhor dizer aquilo que a cativa. Talvez porque experimento de cumplicidades excessivas com aquilo que tenho vontade de crer. Mas é belo, e uma filosofia [e uma ciência, acredito] sempre avança por aquilo que sua beleza faz produzir ao espírito (CERTEAU, 1982, p.99).

## PRÓLOGO

Quando uso, na primeira epígrafe deste documento, as palavras de Certeau (1982) para assumir que “experimento de cumplicidades excessivas com aquilo que tenho vontade de crer”, o faço acreditando que a consciência da minha condição humana-social-histórico-afetiva é o que me mantém atenta e crítica de mim e de como suporte o que acredito.

Enquanto sujeito em carne, guardo no corpo o que vivi, as marcas dos tempos e espaços habitei, e, portanto, senti. Na experiência enquanto *ser-no-mundo*, não no exercício intelectual puro ou posterior, está a forma que o percebo, sinto, entendo, significo e realizo. É a massa com a qual esculpo o argumento, com o que diálogo com o outro, de onde parto para o abstrato. É na existência que todo o saber – sempre inconcluso e imperfeito – é radicado.

Parti do espaço ao pensar um projeto de tese. Encantei-me no início do mestrado com o texto de Guerreiro Ramos<sup>2</sup>. Mas já não conseguia conceber espaço sem tempo e Guerreiro, assim como outros estudiosos organizacionais, os abordava separadamente. Fui, então, ao estudo das concepções de tempo-espaço. Não obstante, não me interessavam (em última instância) tempos e espaços físico-geográficos, construídos, convencionados. Mas sentidos/vividos.

Ao pensar o tempo e o espaço, não via, pois, como negligenciar a corporeidade. É o corpo que não apenas percebe-os, mas os vincula e, em alguma medida, os produz, em movimento e presença. Compreendi, então, o corpo como elemento primeiro de imbricamento da tríade, corpo-tempo-espaço, que levou-me à Merleau-Ponty e à Fenomenologia<sup>3</sup>, cujos estudos fortaleceram a impressão inicial de que assimilava-se, em espantosa correspondência, ao que, de forma ainda incipiente eu pretendia construir, mas não fazia ideia de como suportar.

A escolha do campo tampouco foi direta e inequívoca. A ideia apresentada na qualificação do projeto foi recorrer às artes vivas (às artes do corpo) como contraponto ao controle organizacional dominante do corpo-tempo-espaço. Mas percebi, ao voltar a um estudo anterior inacabado, a aderência dos meus argumentos às formas contemporâneas de nascimento humano. A fenomenologia implica à volta às coisas mesmas, ao radical, à origem, à nascente. Decidi recorrer ao nascer. Não apenas por licença poética, mas por possibilitar-me examinar em um “mesmo acontecimento” experiências tão distintas: de um procedimento organizacional a um evento humano. Provoca-me a aparente tautologia em denominar “humanizado” um fazer

---

<sup>2</sup> Em uma oportunidade de releitura, ainda no início do mestrado, de A Lei dos Requisitos Adequados (RAMOS, 1989).

<sup>3</sup> Percebi, (por ignorância) apenas posteriormente, ao voltar às raízes da fenomenologia em Husserl, que Guerreiro Ramos era fenomenólogo e toda a teoria que me despertou para este tema de estudo teve inspiração husserliana.

humano. Provoca-me a normalidade convencionada que nos estreita e finda. Tento, então, o retorno, busco o nascer, a radicalidade da origem. E o estudo organizada.

Há, admito, um apego pessoal ao objeto: tive no nascer dos meus filhos as experiências de maior vulnerabilidade e potência, mais sensíveis e significativas que vivi. Mas meu interesse afetivo e intelectual está sobretudo na **chegada de um novo ser como exame deste mundo**. Pelo o que este mundo diz de si ao recebe-lo. Pelo o que podemos dizer de nós. Da nossa forma organizada (civilizada, moderna) de existência.

Finalmente, preciso dizer que enxergo beleza na relação sensível do corpo com o tempo-espço, mas também poder argumentativo para os sentidos da experiência humana, para as possibilidades de ser-no-mundo; de experimentar e, conseqüentemente, representar o que se entende por realidade: Esta é a tese que tenho vontade de (fazer) crer com o rigor da confessa cumplicidade que nela experimento e da respectiva delicadeza e honestidade que dela pretendo tratar.

Por fim, a escrevo em primeira pessoa, não apenas por sentir honestidade na responsabilização direta do que digo, ou pelo gosto da cumplicidade que essa escrita carrega (em tempos de isolamento social), mas por coerência metodológica: “Apenas a escrita em primeira pessoa faz mergulhar, o leitor, nas zonas nascentes do pré-reflexivo” (SANTAELLA, 2012, p. 14). Nisso investi, cautela e audaciosamente.

Quanto menores as chances de **experiências originárias** – enquanto instalação do ser-no-mundo valorado em si, enquanto forma de eclosão cotidiana aberta à oportunidade de **extasiar-se com o fato de existir** – mais **pobre de mundo fica o homem, menos humanidade tem o mundo** em sentido histórico e ontológico (RÜDIGER, 2014, p. 34-35).

## 1. APROXIMAÇÕES ENTRE O ORGANIZAR E OS SENTIDOS

Temos que redescobrir o mundo no qual vivemos e que, no entanto, estamos sempre propensos a esquecer (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 39).

A produção do esquecimento está (deliberadamente ou não) invariavelmente ativa, latente a todo processo de construção teórica, convenção social, disputa discursiva, desenvolvimento técnico. Há, neste processo de elaboração, um afastamento do mundo da vida. A normalidade é inventada intermitentemente e reconduzida à estado natural.

Os modelos teóricos organizacionais dominantes vinculam-se de forma determinística a este sistema de auto conservação. À medida que sistematizam e dominam processos sociais, afastam-se da realidade da qual são resultantes; o afastamento acarreta, segundo Ramos (1984), na manutenção acrítica das suposições institucionalizadas. Este divórcio entre a teoria e a práxis é o resultado do que Milton Santos (2008) denomina “a perversão da ciência”, que provoca o alheamento gradual da realidade e redução das possibilidades de escolha social. E faz restar, segundo Brient e Fuentes (2007, p.14), “adaptar-se ao mundo tal qual se mostra, sempre foi e deve permanecer [...] Convencidos de que não existe alternativa à organização atual”.

Há de se provocar, então, um estranhamento, um distanciamento não apenas do caminho findo da abstração, mas do andar coreografado cotidiano. Pensar como experimentamos o tempo que convencionamos nos espaços que construímos pode permitir-nos redescobrir, nos termos de Merleau-Ponty (2017), desesconder, nos termos de Boaventura (2002), o mundo no qual vivemos e estamos sempre propensos a esquecer.

Nossos corpos<sup>4</sup> habitam um mundo organizado por princípios capitais, cujos **tempos e espaços** são regidos pela eficiência e pela utilidade. Somos consciência encarnada embebida nestes tempos e espaços que restringem com nossas experiências sensíveis nossas possibilidades de sentido.

Há, nas transformações históricas, teóricas e práticas, do organizar dominante, correspondentes transformações dos tempos e espaços, que regem os corpos sujeitos à sua ordenação e alteram a forma de *ser-no-mundo* (HEIDEGGER, 2015). Em outras palavras: Através do controle do tempo e espaço (seja qual for sua configuração) as organizações não controlam (impactam/restringem) apenas o movimento, mas o **contato do corpo com o mundo**,

---

<sup>4</sup> Utilizamos o termo “corpo” considerando a integralidade entre materialidade e subjetividade do *sujeito encarnado*, nos termos de Merleau-Ponty (2011). Não referimo-nos à troncos e membros, como em representação coloquial ordinária.

determinando a forma que o sujeito o percebe, atua, relaciona-se, significa e entende por realidade.

Os tempos e os espaços rigidamente marcados do organizar industrial transitam em organizações tecnológicas para a acronia e a atopia – à ausência de determinação espaço-temporal. Se em organizações clássicas tayloristas/fordistas tempos e espaços prescritos ordenam<sup>5</sup> o corpo em movimentos exaustivamente repetidos em ritmo de esteira como medida rígida da **força produtiva**, em organizações contemporâneas tempos e espaços indeterminados pretendem à ubiquidade de um corpo imóvel para a absorção máxima do **intelecto produtivo** e do potencial de consumo. Como receptor, matéria prima ou mão de obra, o corpo é instrumento/objeto (ANTUNES; BRAGA, 2009; BYUNG-CHUL, 2017; ANTUNES, 2018).

Qual seja o modelo/forma, as organizações perpetuam a separação histórica entre matéria/corpo/realidade e alma/mente/ideia (DARTIGUES, 2008, MATTHEWS, 2011, HUSSERL, 2012, MERLEAU-PONTY, 2016, LYOTARD, 2017). **Negam a integralidade do corpo sujeito à (sob sujeição da) sua ordenação:** Decapitam-no, figurativamente.

Se na configuração organizacional tradicional o trabalhador ideal é o corpo-máquina, recurso mecânico acéfalo, preferencialmente dócil, disciplinado, obediente (DE GAULEJAC, 2007; FOUCAULT, 2013), nas organizações denominadas flexíveis, pós-modernas, pós-industriais, pós-fordistas, tecnológicas/digitais/virtuais (CLEGG, 1998; TENÓRIO, 1998; DELLAGNELO; MACHADO-DA-SILVA, 2000; PAES DE PAULA, 2002; ANTUNES, BRAGA, 2009), o recurso humano requerido é a mente desejante e inventiva (ainda não reflexiva), cujo corpo, reduzido à suporte físico, limita e onera. O físico passa a materializar a falha e a finitude, é representação da insuficiência, do adoecimento, da obsolescência, das limitações humanas (LE BRETON, 2011; 2016; 2017).

Com movimentos ensaiados ou sentado/inerte, o corpo é oportunamente esquarterado em prol da teleologia utilitarista dominante, **caracterizada pela técnica**, que manipula em cordas organizacionais, não apenas o trabalhador. Todo o homem (ocidental-moderno, do primeiro ao último contato com este mundo) está sob sua jurisdição irrestrita – ao sujeito que consome, como exemplo, é guardado o lugar de expectativa, aceitação passiva, irrestrita, indiscriminária, do que lhe é ofertado.

Há, já fundamentada, nos estudos organizacionais, a crítica à permeabilidade entre tempos organizacionais e enclaves pessoais/sociais de ocupação não econômicas, em virtude do controle tecnológico, que provoca uma nova forma de exploração (de si) e o avanço do

---

<sup>5</sup> Escolhemos utilizar o termo em conjugação do verbo no presente por entendermos que embora possa ser traçada uma linha temporal/“evolutiva”, os modelos organizacionais coexistem.

alastramento da economia a outros enclaves da vida humana, com consequências psíquicas e emocionais para o sujeito (DE RAMOS, 1989; GAULEJAC, 2007; FARIA, 2007; BENDASSOLI, 2011).

Reconhecemos a importância das discussões empreendidas até aqui, mas, postas, decidimos descer dos ombros destes gigantes<sup>6</sup> numa tentativa de voltarmos nosso olhar para o tempo e espaço organizacionais no corpo. Interessa-nos sua relação com o, seus impactos no, sua experimentação e produção através do: corpo. Propomos refletir suas possibilidades de imbricamento **sensível** que acreditamos impactar na **significação** do vivido e na **representação do real**: na profundidade da experiência e amplitude da existência humana.

Operamos, para tanto, um movimento de **retorno (epoké) próprio da fenomenologia** quando preterimos a utilização de teorias consolidadas e deixamos de acusar abstratamente as condições e efeitos dos tempos e espaços característicos das organizações dominantes. Quando optamos por estudá-los enquanto **apreensão/percepção**. Voltamo-nos ao **vínculo com o mundo vivido** no qual o corpo está embebido. E voltamo-nos a este vínculo na radicalidade da experiência: do **nascer humano** (como objeto analítico).

A existência assume a espacialidade, a temporalidade e a sexualidade como atributos inteiros, dimensões da própria subjetividade. Para compreendermos o sujeito será procurando nas intersecções dessas dimensões (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 550).

Longe de escapar ao alastramento dos traços organizacionais – que transformam relações, signos e corpos em instrumentos (DE GAULEJAC, 2007) – a outros enclaves da vida cotidiana e psique humana (RAMOS, 1989), o nascer tornou-se caso emblemático da colonização mercantil. Nas palavras de Ramos (1989, p.148): “o mercado tende a transformar-se numa categoria de abrangência total, quanto à ordenação da vida individual e social”; ele dita aos homens, a seu modo, parâmetros e valores (RAMOS, 1989); molda os modos de ser, agir, sentir, pensar, imaginar (PARKER, 2002); assim como **molda os modos de nascer** e de morrer, de parir (ou ser parida).

O processo de mercantilização formou o modelo biomédico, interventor e iatrogênico institucionalizado (MELO, 1983, VIEIRA, 2002; CHACHAN, 2006; CARDOSO; BARBOSA, 2012), atingiu radicalmente o nascimento, **“organizou” o parto**: atribuiu-lhe utilidade, impôs-lhe eficiência, agregou-lhe valor (não moral). Transformou radicalmente o **evento natural em processo técnico** mapeado em entradas e saídas, cujo corpo figurou paciente, matéria prima passiva disfuncional – objeto processado em maca, transportado em rodinhas, coberto uniformemente, sedado, vendado – e produto acabado.

<sup>6</sup> Expressão nos escritos de Bernardo de Chartres, filósofo do séc XII: “Se consigo ver mais é por estar sobre os ombros de gigantes”.

Planejado, padronizado, controlado, coordenado, monitorado em “tempos e movimentos” obstétricos, o **nascer sem parir**, cirúrgico-hospitalar, é apresentado como método indolor, rápido, seguro e séptico/limpo: compatível com a vida na economia intermitente – figurando como um evento de continuidade, e não de exceção.

Na esteira da hegemonia tecnocrata mítica, **naturalizou-se o não natural**, formou-se um novo “normal” para o nascimento na sociedade moderna (MARA-COUPER; JONES; SMYTHE, 2011, CARDOSO; BARBOSA, 2012, MAFFI, 2013, NAKANO; BONAN; TEIXEIRA, 2015) que contraria as evidências científicas de assistência à saúde (D’ORSI et al., 2006, MAFFILF, 2013, NAKANO; BONAN; TEIXEIRA, 2015).

A técnica, no entanto, jamais pode tomar o lugar da *physis* e, como tal, tornar-se o *telos* da própria saúde. Isso só poderia ocorrer se a vida se tornasse em si mesma um **artefato produzível tecnicamente**, como será o caso no acabamento da modernidade (MARCOS, 2013, p. 197)

O modelo de organização do nascer, rege igualmente, há muito, outros processos afetivos/criativos/sociais/fisiológicos em gênese desvinculados da esfera econômica enquanto propósito primeiro. O que buscamos na **parturição é o poder de ilustração** necessário à fundamentação desta tese, **em quatro momentos** – posteriormente apresentados em premissas de tese: **(i)** buscamos na experiência do parto evidências da essência perceptiva do **tempo e do espaço como fenômenos corpóreos**, negligenciada por convenções instrumentais aritméticas; **(ii)** buscamos no parir (ou, no ser parida) a expressão mais radical da negação do **corpo em integralidade** (enquanto subjetividade encarnada) no organizar moderno; **(iii)** buscamos no nascimento exemplo explícito da supremacia **técnica** e da supressão do **natural** na gestão da vida contemporânea; **(iv)** buscamos o vínculo entre os **sentidos** – o sensível e a significação –, e neste, ancoragem para discutir as discrepâncias de representação do **real** a partir das possibilidades de ser-no-mundo.

Ocupamo-nos do fenômeno do organizar que, em tendência totalitária calcada na racionalização e na técnica, aparta, e subordina à primazia da utilidade e da eficiência, tempo-espaço-corpo. Preocupa-nos o impacto deste organizar à experiência humana, aos sentidos – ao sensível e à significação – da existência. Assumimos como ato de vontade (em termos fenomenológicos) a apreensão do ser-no-mundo em estado nascente. Voltamo-nos, assim, inescapavelmente, por adequação, relevância e poesia, **o nascer humano**. O tomamos como **objeto/coisa/evento ilustrativo para o estudo fenomenológico da organização**.

## 1.1. QUESTÃO E OBJETIVOS DE PESQUISA

Chegamos, assim, à elaboração específica da questão de pesquisa: **Como a organização impacta os sentidos da experiência de parir?**

Para tanto, propomos especificamente:

- Discutir as diferentes concepções e abordagens nos estudos organizacionais sobre corpo, tempo e espaço e as possíveis contribuições da Fenomenologia;
- Analisar o fenômeno do nascimento entre suas diversas formas de experimentação – do evento humano natural-domiciliar ao procedimento organizacional cirúrgico-hospitalar – a partir de relatos, voluntariamente, escritos por parturientes;
- E, discutir a representação do real e a atribuição de sentido (significação) à experiência materna do nascimento humano a partir das possibilidades organizacionais de experimentação dos sentidos (sensível).

A reflexão é um sistema de pensamento tão fechado quanto a loucura (Merleau-Ponty, 2017, p.49).

## 2. A LACUNA NOS EOS SOBRE TEMPO, ESPAÇO E CORPO

A relevância deste estudo consubstancia-se na consistência e coerência/adequação da fenomenologia como abordagem teórico-metodológica; na atualidade, no ineditismo e na força de representação do nascimento humano organizado como experiência/fenômeno de análise; mas, sobretudo, na importância de pesquisarmos os impactos da organização na experiência do ser-no-mundo, em cada uma das premissas que consolidam esta questão e elementos que as compõem (a organização: (d)o tempo/espaço, (d)o corpo, (d)os sentidos e (d)o real).

Fundamentamos tais justificações explorando pesquisas nacionais e estrangeiras publicadas em periódicos científicos revisados por pares, disponíveis no banco de dados da CAPES, em busca avançada, sem data fixa pregressa, associando separadamente os termos “corpo”, “tempo” e “espaço” a “organizações” (em português e inglês).

Esforçamo-nos na seleção e síntese dos estudos realizados concentrando-nos em aspectos que viabilizassem uma análise comparativa destes com o estudo que propusemos, especialmente relacionada: ao(s) elemento(s) de análise, às premissas/argumento/questão de pesquisa, ao fundamento teórico e ao campo/objeto – de forma que pudéssemos evidenciar não apenas a lacuna na área de conhecimento, mas a relevância da questão e o potencial de contribuição, científica e social, da pesquisa.

Percebemos a partir do levantamento que os **estudos organizacionais sobre espaço**, sem menção ao tempo (como variável relacional ou elemento de análise), fogem ao escopo de nossa pesquisa. A espacialidade é abordada a partir de teorias da economia, geografia, arquitetura, planejamento social e antropologia, tanto no Brasil quanto fora, como reitera Styhre, (2004). As pesquisas nacionais referenciam reiteradamente “O Direito à Cidade” de Henri Lefebvre (2016) (como SILVA; WETZEL, 2007, SILVA, 2008), a Produção Capitalista do Espaço de David Harvey (2005) (como FREZZA; GRISCI; KESSLER, 2009)<sup>7</sup>, os conceitos de “lugar e não-lugar” de Augé (2012) e de “cotidiano” de Certeau (2014) (como FANTINE; CAVEDON, 2010, XAVIER; BARROS; CRUZ; CARRIERI, 2012; e, IPIRANGA, 2016); e, são associadas à sociabilidade (FANTINEL; CAVEDON; FISCHER, 2012, SERRATE; FANTINEL, 2014), ao cotidiano, à cidade, à territorialidade, à identidade local e ocupação como resistência (PIMENTEL; CARRIERI; LEITE-DA-SILVA, 2007, SILVA; WETZEL,

---

<sup>7</sup> Os estudos referenciados abordaram centralmente os trabalhos de Lefebvre (2016) e Harvey (2005). Não caberia, aqui, referenciar todos os trabalhos que os utilizaram como fontes bibliográficas.

2007, VIEIRA; VIEIRA; KNOPP, 2010, SARAIVA; CARRIERI; SOARES, 2014; TEIXEIRA; BARROS, 2016).

Nos estudos organizacionais a noção de espacialidade é abordada de forma convergente entre autores de diferentes nacionalidades/idiomas no que diz respeito a dois aspectos: os corpos são considerados secundariamente, como componentes do espaço social concreto, construído, demarcado, disputado; e, o tempo é negligenciado, o espaço é destacado como variável autônoma segregada do vínculo temporal.

Assim, embora não possamos negar a importância destes estudos, concentramos nosso interesse no espaço vinculado ao tempo pelo vivido, no fenômeno corpóreo de habitar-o-mundo. Não demoramo-nos, pois, na pesquisa e análise de conteúdo destes estudos publicados.

A produção estrangeira de conhecimento **sobre o tempo** é tampouco discrepante em conteúdo em relação à brasileira, permanece a caracterização tipicamente instrumental da ciência organizacional, ou, poder-se-ia dizer, a análise gerencial do uso/controle do tempo como medida de desempenho/produtividade.

Lyndon Jones inaugura em 1983 a produção, posteriormente corrente, de pesquisas que reduzem tempo à eficiência, sob o título: “Organização no local de trabalho para um gerenciamento eficaz do tempo”<sup>8</sup>. Jones segue em 1984: “As horas normais de trabalho são as menos produtivas do dia de trabalho dos gestores de topo” (p.1)<sup>9</sup>.

O gerenciamento do tempo consolida-se como objeto de pesquisa direcionado ao nível hierárquico organizacional superior, estendido, em projeção, no declínio do modelo organizacional fordista. O tempo passa à alegoria em slogans managerialistas: “Desenvolva habilidade de gerenciamento de tempo” (MCCONALOGUE, 1984); “Desenvolvemos 13 escalas de aspectos temporais para facilitar o gerenciamento” (SCHRIEBER; GUTEK, 1987); “Redesenhe sua organização para gerenciamento baseado em tempo” (STALK JUNIOR; HOUT JUNIOR, 1990); “As empresas devem adotar uma abordagem baseada no tempo para a administração e a concorrência” (HALL, 1992); “Cada segundo conta, dizem os gerentes” (GILLIES, 1995); “Recupere o tempo perdido com melhor organização” (COHEN, 2005); “deve-se reconfigurar espaço e atividades para economias de tempo [...] implementar rotinas baseadas no tempo para ganhar eficiência e gerar lucro” (FIELDS, 2006); “simulamos dados empíricos de uso do tempo para reconstruir comportamentos” (FISCHER; SULLIVAN, 2007);

---

<sup>8</sup> Notamos que já em seu primeiro trabalho, Jones (1983), ainda que possivelmente inadvertidamente, entende espaço (“local”, “espaço de trabalho”) uma função do tempo: Vínculo que trataremos adiante.

<sup>9</sup> O autor dá indícios da fábula do tempo “formal” de trabalho, ou da falta de fronteiras entre tempo de trabalho e livre, criticada por estudiosos organizacionais anos mais tarde.

“Aumentar os sacrifícios de tempo para o trabalho constitui uma parte importante do ambiente organizacional moderno” (JEMIELNIAK, 2009); “A capacidade de organizar tarefas da vida cotidiana e de executá-las na hora certa constitui um componente essencial para ser eficiente” (ROSENBLUM, 2012)<sup>10</sup>; “Dispositivos organizacionais e gerenciais têm como finalidade e consequência a intensificação do tempo de trabalho” (CARDOSO, 2013); “Como capturar, recompensar e punir inconsistência de tempo” (YILMAZ, 2013); “Problemas de Planejamento, Organização e Gerenciamento de Tempo são chave de fracasso” (SIBLEY; et al., 2016) – são exemplos.

Alguns autores utilizam uma linguagem “mais científica” de comunicação de resultados similares, apresentados em modelos causais, legitimando a gestão do tempo por relação de variáveis, como: a relação positiva entre o “tempo livre de contato” e a produtividade gerencial (HELPS, 1994); a relação inversamente proporcional entre tempo de procrastinação e de lazer (FISCHER, 2001); a relação direta entre comportamento inconsistente com o tempo (atraso) e níveis inferiores de desempenho (WONG, 2008). Outros, ainda, optam por uma estratégia conciliadora na gestão do tempo de trabalho para uma relação “ganha-ganha” que gere, simultaneamente, eficiência e qualidade de entrega à organização e o aumento da qualidade de vida do trabalhador, vislumbrando as possibilidades da flexibilização para a importante congruência entre “preferências” temporais individuais e “necessidades” organizacionais (KAUFMAN; LANE; LINDQUIST, 1991; NANDHAKUMAR, 2002; FRANCIS-SMYTHE; ROBERTSON, 2003; ROSENBLUM, 2012, SHARFI; ROSENBLUM, 2016).

Em síntese: economize o tempo, conte os segundos, aumente os sacrifícios, intensifique, não procrastine, evite contato social, não atrase em prol do lucro, da eficiência, da produtividade, do desempenho, do sucesso e até da sua qualidade de vida. As recomendações são muitas a partir da mesma máxima incontestável, tecnicamente comprovada: a necessidade de **gerenciamento do tempo**.

Há, ainda, interesse recente dos pesquisadores na análise comparativa entre tempo parcial e integral de trabalho (ANDERSSON; RAMAMURTIE; RAMASWAMI, 2003; GAKOVIC; TETRICK, 2003; DICK, HYDE, 2006; KLEINER; PAVALKO, 2010). Penny Dick e Rosie Hyde (2006) associam a escolha do trabalho em tempo parcial e a aceitação das consequências desta diferenciação, como a posição marginal destes profissionais nas

---

<sup>10</sup> Rosenblum (2012) opera o acusado alastramento da lógica mercantil à vida privada.

organizações, com a priorização do tempo livre em atividades de não-trabalho. O consentimento com condições de trabalho desiguais é, neste sentido, entendido pelas autoras, como resistência ao modelo dominante de ordenação do tempo de vida do sujeito.

São poucos os estudos, como o de Dick e Hyle (2006), que fogem do nível intraorganizacional de análise, ultrapassam o vínculo empregatício formal direto, cujo horizonte temporal é histórico ou longitudinal e têm uma linguagem não-normativa sob a perspectiva teleológica empresarial. É o caso de Vucinic-Neskovic (2016) que examina a influência de políticas públicas de curto e longo prazo influenciam os ritmos de vida dos, naquele caso, camponeses chineses; e, de Aurell (2001) que resgata a cultura profissional dos comerciantes na idade média através da análise da organização do espaço e do tempo.

Estudos críticos organizacionais estrangeiros sobre tempo (e tempo-espaço) não são anteriores ou tão mais numerosos em relação aos brasileiros, como se poderia supor<sup>11</sup>. Guerreiro Ramos (1989) parece ter inaugurado no que denominou “Lei de Requisitos Fundamentais” da sua “Teoria da Delimitação dos Sistemas” a concepção organizacional de tempos e espaços, não explicitamente, fenomenológica. E embora seus escritos tenham sido explorados por muitos pesquisadores da área, não houve quem resgatasse e aprofundasse o estudo de tempos e espaços como fenômenos percebidos<sup>12</sup>.

Dos estudos críticos (nacionais e estrangeiros) que exploram o tempo como objeto de análise, destacam-se os de gênero. Os resultados evidenciam que os padrões de preferência de uso do tempo reproduzem as tradicionais relações de poder entre gêneros, de segregação nos trabalhos domésticos e desigual posição na intersecção da maternidade/paternidade com o trabalho remunerado: papéis de gênero determinam temporalidades e moldam a vida profissional (BARET; GADREY; GALLOUJ, 1999; FAGAN, 2001, LARSON; DWORKIN; VERMA, 2001; MENZIES; NEWSON, 2008; GRÄNSMARK, 2012; RUIZ CASTRO, 2012; RAFNSDÓTTIR; HEIJSTRA, 2013; O' HAGAN, 2018). A licença parental, por exemplo, considerada um dever da mãe, é um direito masculino cuja decisão de gozo permanece individual e discricionária (ROMERO-BALSAS; MUNTANYOLA-SAURA; ROGERO-GARCÍA, 2013). Há, ainda, por conta da necessidade de conciliação entre os papéis femininos acumulados contemporaneamente, maior desejo/adesão à flexibilização organizacional, ao tele trabalho e tendência ao emprego autônomo por parte das mulheres (ARAÚJO, 2008;

---

<sup>11</sup> O primeiro estudo crítico a que tivemos acesso foi publicado quase uma década após a obra de Guerreiro (1989), data de 1997, de Holmer-Nadesan intitulado “*Dislocating (Instrumental) Organizational Time*”.

<sup>12</sup> Estranhamente, apenas o primeiro estudo publicado sobre o tema, em 1997, sob o título “Tempo nas Organizações”, de Wilson Pizza Júnior, faz referência (inclusive bibliográfica) ao estudo inaugural de Guerreiro Ramos (1989)<sup>12</sup> (PIZZA JÚNIOR, 1997).

MENZIES; NEWSON, 2008; MCKIE; BIESE; JYRKINEN, 2013). As exigências de tempo produtivo são (re)criadas pelas masculinidades, jornadas longas e disponibilidade são indicadores de comprometimento e potencial progressão na carreira. O'Hagan (2018) lembra, oportunamente, afinal, que a ideia de “trabalhador ideal” continua ligada ao estereótipo histórico típico masculino.

Lacerda (2015) resgata este debate histórico nas ciências sociais sobre escolhas excludentes entre paradigmas de pesquisa realistas (objetivas) ou idealistas (subjetivas). O autor propõe a rejeição desta dicotomia através da adoção das categorias ‘tempo’ e ‘espaço’ como centrais na análise organizacional. Até aqui, a argumentação de Lacerda (2015) corrobora nossa perspectiva. O caminho tomado pelo autor, no entanto, percorre a dialética da produção histórica do espaço segundo a tradição Marxista da Geografia Humanista. Em suas palavras: “para a interpretação de organizações como historicamente produzidas e partes de um contexto espacial mais amplo” (LACERDA, 2015, p. 223).

Partimos da mesma crítica de Lacerda (2015) à dicotomia objetivista/subjetivista em pesquisas sociais – a partir da qual Husserl (2006) inicia a construção da teoria fenomenológica – e defesa da introdução do tempo e espaço enquanto fenômenos impreteríveis para o estudo do organizar. Mas o propomos fundamentados na Fenomenologia – especialmente da **Fenomenologia da Percepção** de Merleau-Ponty<sup>13</sup> (2017) –, que sofre alguma influência Marxista, mas avança, a nosso ver, quando nega a dicotomia da produção de conhecimento a partir de uma negação anterior à dicotomização do próprio sujeito e sua forma de apreensão e compreensão do mundo. A fenomenologia abrange, assim, mas ultrapassa, o olhar para o tempo e o espaço enquanto contexto histórico-espacial e os admite enquanto fenômenos perceptíveis no cotidiano.

Nossa intensão não é (e não poderia ser) a de “inserir” (nos termos de Lacerda (2015)), mas a de resgatar tempo e espaço como categorias de análise organizacional numa perspectiva crítica, já que a proposta foi, nos estudos organizacionais brasileiros, como recordamos, inaugurada por Guerreiro Ramos (1989)<sup>14</sup> em sua Lei de Requisitos Fundamentais<sup>15</sup> para a Teoria da Delimitação dos Sistemas em A Nova Ciência das Organizações.

---

<sup>13</sup> Que será discutida com detalhamento em momento posterior.

<sup>14</sup> Destacamos que também Vergara e Vieira, além de Lacerda (2015) escreveram, em 2005, um artigo com o objetivo de inserção do tempo e espaço na análise organizacional: “A dimensão tempo-espaço é uma categoria útil para a compreensão das organizações” (VERGARA; VIEIRA, 2005, p. 103)

<sup>15</sup> Composta por quatro requisitos (ou categorias de análise organizacional): Tempo, espaço, tecnologia e cognição.

Foram as teorias de Guerreiro Ramos (1989) que nos despertaram interesse para o estudo dos tempos e espaços. E, embora o autor não anuncie em texto sofrer influência da fenomenologia (Husserliana, Heideggerliana e Sartriana), esta pode ser identificada em sua obra por numerosas evidências<sup>16</sup> e já foi confirmada por alguns estudiosos de Guerreiro (FARIA, 2009; BOAVA; MACEDO; ICHIKAWA, 2010).

Apesar do reconhecimento do autor neste campo de estudos e da proliferação de estudiosos guerreiristas e estudos fundamentados em suas teorias, estranhamente, não encontramos publicações (nas últimas duas décadas) sobre o tema que o referenciem, tampouco que utilizem da perspectiva fenomenológica em suas pesquisas. Apenas Pizza Júnior (1997) – autor do primeiro artigo científico publicado sobre tempo que pudemos encontrar nas bases de dados – utiliza Guerreiro como referência primeira. Os demais trabalhos, no entanto, sequer referenciam Ramos (1989) bibliograficamente.

Pizza Júnior (1997) questiona o conceito de tempo e sua percepção em contextos divergentes dos sistemas produtivos, e defende a necessidade de uma teoria multidimensional que abarque outras realidades temporais. Mas, embora reconheça a coexistência de diferentes temporalidades, portanto, diferentes formas de experimentação do tempo, não o faz sob a lente fenomenológica.

Vasconcelos, Mascarenhas e Zacarelli (2006) desenvolvem o único trabalho que pudemos encontrar sobre o tema com uma perspectiva explicitamente fenomenológica. Os autores propõem tratar da “percepção subjetiva” do tempo por atores em situações de mudança, identificando as formas de ressignificação de experiências e construção de memórias. Não obstante ao posicionamento, os autores não utilizam qualquer fonte bibliográfica fenomenológica<sup>17</sup>. Há divergências, ainda, em relação ao modo de apropriação do conceito de percepção ligada ao subjetivismo, que incorre novamente na desconsideração da integralidade do sujeito encarnado – crítica fundamental da fenomenologia. O termo “percepção subjetiva” utilizado pelos autores, parece-nos, outrossim, uma contradição em si, já que o processo perceptivo é eminentemente sensível, físico, corporal – e, uma vez mais, recai sob uma perspectiva fragmentária do sujeito, de negação do **corpo**.

---

<sup>16</sup> Abordaremos as teorias de Guerreiro Ramos sobre tempos e espaços em momento posterior de forma mais detalhada.

<sup>17</sup> Nenhum dos autores que se dedicaram aos estudos organizacionais brasileiros sobre tempo e espaço, incluindo Vasconcelos, Mascarenhas e Zacarelli (2006), referenciaram bibliograficamente autores reconhecidamente fenomenólogos como Edmund Husserl (1859-1938), Heidegger (1889-1976), Sartre (1905-1980), Merleau-Ponty (1908-1961), Levinas (1906-1995).

Embora os estudos de gênero aparentemente distanciem-se de nossa pesquisa, evidenciam a negação do corpo especialmente no que é atribuído como peculiar ao feminino ou “excede” o padrão ideal masculino-produtivo, como tudo o que envolve o parir – dos sons instintivos à genitália exposta e ao descontrole. Ainda que consideremos a histórica associação do corpo ao pecado feminino<sup>18</sup>, e que tenhamos optado pelo relato de mulheres em uma situação exclusivamente feminina por buscarmos nesta experiência a radicalidade corpórea, recebemos a negação do corpo como misantropia, por afetar também ao homem e talvez de forma ainda mais castrativa, considerada a própria misoginia.

Não obstante à pertinência destas discussões, nosso interesse volta-se ao desenho argumentativo recorrente nos estudos sobre tempo (e tempo-espaço) – em diferentes graus de criticidade ou formas de avaliação da questão – que segue o protocolo dos fenômenos: revolução tecnológica; organizações flexíveis (também denominadas hipermodernas, pós-fordistas, pós-modernas, tecnológicas, etc.); reconfiguração do ordenamento, ou compressão, temporal/espacial (sem determinada ordem de causalidade) – tanto em estudos estrangeiros (SCHRIBER; GUTEK, 1987; BOULIN, 1993; MINERS; et al, 1994; SAHAY, 1997; BARET; GADREY; GALLOUJ, 1999; PARKER, 1999; MAZNEVSKI; CHUDABA, 2000; DICKINSON; et al, 2001; HASSARD, 2002; METZGER; ODIH, 2003; SMOLIN, 2003; CLEACH, 2004; TIETZE; MUSSON, 2005; ROBERTS; ARMITAGE, 2006; TOWERS; et al, 2006; FIELDS, 2006; ARAÚJO, 2008; ROBERTS, 2008; HISLOP; AXTELL, 2011; RICHARDSON; BENBUNAN-FICH, 2011; RUIZ CASTRO, 2012; BANSAL; KNOX-HAYES, 2013; TAN; DARKEN, 2015; LIGTHART; OERLEMANS; NOODERHAVEN, 2016; SAGE; et al, 2016), quanto em nacionais (BATISTA; CODO, 2002; PAES E PAULA, 2002, SANTOS, 2003, TONELLI, 2003; VIEIRA, 2003, ARANTES, 2007, SCANFONE; CARVALHO NETO; TANURE, 2008, FREZZA; GRISCI; KESSLER, 2009, CARDOSO; SOUSA NETO, 2011, XAVIER; BARROS; CRUZ; CARRIERI, 2012, BESSI; SCHREIBER; PUFFAL; TONDOLO, 2015, OLIVEIRA; PIRES; MARTINS, 2017)<sup>19</sup>.

Está, pois, na admissão consensual da emergência da relação organização-tecnologia-tempo/espaço, a reafirmação do cenário que remonta nossa questão. Os autores, no entanto em

<sup>18</sup> Como curiosidade: O termo atual doenças “venéreas”, tem origem etimológica em vênus – figura grega feminina.

<sup>19</sup> Espanta-nos, ademais, que dentre todos estes autores apenas Dickinson e outros (2001) tenham mencionado em seu estudo o impacto do organizar no tempo fora da relação direta de trabalho.

grande maioria, as tomam como eventos naturais, acontecimentos despropositados ou as personificam e as culpabilizam pelas consequências de sua utilização massiva<sup>20</sup>.

Entendemos que, embora, as condições para uma nova configuração de tempo e espaço tenham sido viabilizadas pelos avanços tecnológicos, estes foram em grande medida investidos num projeto capitalista de desenvolvimento econômico sustentado na ideia de progresso, cujo instrumento são as organizações produtivas. Corroboramos, neste sentido, as palavras de Isabel Cristina dos Santos (2003, p. 93):

As novas orientações espaço-temporais impostas pelas organizações se valem dos avanços na tecnologia de comunicação remota e dos sistemas telemáticos para estabelecer novos sistemas de produção e de relações de trabalho, configurando uma forma contemporânea de exploração econômica.

Evitamos, assim, tratar o papel das novas tecnologias do ponto de vista desta problemática, representá-las como aparições e tampouco como agentes voluntariosos (especialmente no campo de estudos organizacionais), quando as reconhecemos como empreendimentos realizados por e para as organizações produtivas. Compreendemos a importância em abordar o fenômeno da emergência e uso intensivo das novas tecnologias como um processo teleológico, portanto, não neutro, diretamente relacionado à nossa área de estudos, assim como ao tema que escolhemos pesquisar.

Ademais, poucos autores abordam os paradoxos desta relação: Boulin acusa, já em 1993, a tendência de um gerenciamento cada vez mais variável do tempo; mas questiona se o que chama de “revolução” tecnológica será igualmente benigna aos níveis individual, empresarial e social. A grande maioria dos estudiosos, no entanto, dividem-se entre a dedicação de rediscutir estratégias gerenciais promissoras proporcionadas pela tríade, e a de dissertar sobre as implicações nefastas ao trabalhador pela compressão do tempo no novo modelo organizacional com utilização intensiva de tecnologia.

Dentre os entusiastas do novo organizar: Parker (1999) enumera “dicas” para “Domesticar o Tempo” utilizando inovações tecnológicas (como o calendário eletrônico online); Tan e Darken (2015) defendem novo método para “resolver o problema da previsão”; Maznevski e Chudoba (2000) falam da eficácia da dinâmica de equipes virtuais globais em conectar espaço e tempo; Lighthart, Oerlemans e Nooderhaven (2016) defendem a exploração do passado (experiências) e futuro (oportunidades) para o alcance de comportamentos de flexibilidade operacional em projetos. Muitos autores são otimistas também em relação aos

---

<sup>20</sup> “Subestima-se o impacto das novas tecnologias como extensoras de sua já muito longa jornada de trabalho”: as palavras de Scanfone, Carvalho Neto e Tanure (2008, p. 45), ilustram a personificação e culpabilização da tecnologia a que nos referimos.

impactos da reconfiguração do tempo sequencial/cronológico para o gerenciamento de mudanças organizacionais, a incorporação de uma cultura de ajustes rápidos e o mercado intermitente (NEWSOME, 1992; VAN DEN ENDE, 1995; BLANCHARD, 1997; CHIA, 2002; GREVE, 2002; STAUDENMAYER; TYRE; PERLOW, 2002; HALFORD; EONARD, 2006; HANCOCK, 2006; WAISTELL, 2006; ARANHA; GARCIA, 2007; PEDERSEN, 2009; TENNIS, 2013; ZHIXIANG CHEN, 2013): a “mudança” deixa de ser apropriada nos estudos organizacionais como uma contingência, a estabilidade deixa de ser realidade organizacional. Poucos são os autores, no entanto, que pontuam quaisquer restrições aos discursos managerialistas relacionados ao tema (mudança organizacional), como fazem Halford e Eonard (2006).

Estudos críticos mais agudos acusam a tomada, a invasão, a colonização, o roubo, de tempos e espaços pessoais/privados/sociais pelo trabalho ou para o mercado (DICKINSON; et al. 2001; TOWERS, et al. 2006; ARAÚJO, 2008; RUI CASTRO, 2012; BERG JOHANSEN; DE COCK, 2018). Estudos críticos nacionais tratam ordinariamente este mesmo fenômeno como “fluidez” ou “indistinção de fronteiras” entre tempos e espaços de trabalho e não-trabalho (SANTOS, 2003, ARANTES, 2007, SCANFONE; CARVALHO NETO; TANURE, 2008; XAVIER; BARROS; CRUZ; CARRIERI, 2012; OLIVEIRA; PIRES; MARTINS, 2017)<sup>21</sup>.

Atentamos ao eufemismo conceitual evidenciado nos termos reiteradamente utilizados – desfronteirização, indistinção de fronteiras – que indicam certo “equilíbrio” entre ambientes. Não há, no entanto, em nosso entendimento, um problema de permeabilidade entre diferentes esferas da vida humana, mas de avanço, invasão, tomada, alastramento, do enclave econômico sob os demais, não o oposto. Espaços tomados pela esfera econômica, cuja bandeira produtivista foi fincada e acena austera, permanecem resguardados (impermeáveis) (de)limitando os espaços outros – como os de afeto, como argumentam Xavier, Barros, Cruz e Carrieri (2012). Ainda, “territórios”<sup>22</sup>, uma vez institucionalizados, ganham a feição de coisas dadas, imanes, irrecuperáveis (SARAIVA; CARRIERI; SOARES, 2014).

Alguns autores negam o conflito, pregam o abandono da dicotomia entre tempos/espaços de trabalho e não-trabalho e veem na “desfronteirização” uma forma de existência mais fluida e conciliadora (METZGER; CLEACH, 2004; TIETZE; MUSSON, 2005;

<sup>21</sup> Destacamos ainda que, embora os trabalhos referenciados abordem o tempo ou o espaço como elemento central de estudo (e não ambos), a indivisibilidade do fenômeno tempo-espaço é reforçada nos próprios termos utilizados. A expressão “fronteiras de tempo” remete à uma ideia de demarcação espacial a partir do tempo. Ademais, a invasão do tempo de trabalho em tempos de não-trabalho, implica invariavelmente na ocorrência simultânea entre espaços (de trabalho e não-trabalho). Ainda, advertimos que não há aqui uma inovação conceitual, Guerreiro Ramos (1989) já advertia para a tendência à unidimensionalização da vida humana ao enclave econômico. Fazemos apenas uma ressalva, que consideramos necessária, à forma de tratamento deste fenômeno e construção de sentido que carrega.

<sup>22</sup> Compreendemos e utilizamos a semântica “território” com o conceito de “espaços apropriados” (VIEIRA; VIEIRA; KNOPP, 2010).

ROBERTS, 2008). E há quem evidencie o tempo livre como fonte potencial inexplorada de inovação (DAVIS; DAVIS; HOISL, 2013); ou, ainda, acuse o movimento contrário: de tomada indevida do tempo/espaço de trabalho, com uso das tecnologias, para fins pessoais (HISLOP; AXTELL, 2011).

Valores como “responsabilidade, autonomia, liberdade, iniciativa e confiança tomam projeção”, evidenciando as feições (aparentemente) positivas do novo processo de gestão e produção (OLIVEIRA; PIRES; MARTINS, 2017, p.73). A atual configuração, no entanto, contribui para a “passagem do sujeito de uma situação de controle por confinamento para a de autocontrole” (BESSI; ZIMMER; GRISCI, 2007, p.83) possivelmente mais severo.

Tal paradoxo parece estar no cerne da problematização científica sobre o processo progressivo de flexibilização organizacional e fluidificação têmporo-espacial: são simultaneamente apresentados aos trabalhadores os sentidos de liberdade/autonomia/escolha e aprisionamento/controlado/responsabilização (TONELLI, 2003, ANTUNES; BRAGA, 2009, BYUNG-CHUL, 2017, ANTUNES, 2018).

Autores críticos brasileiros relatam a sofisticação e abrangência dos modos de controle (simbólico, silencioso) e da configuração de um estado de “panoptismo” organizacional (BESSI; ZIMMER; GRISCI, 2007, EMMENDOERFER; DIAS, 2007, CARDOSO; SOUSA NETO, 2011, XAVIER; BARROS; CRUZ; CARRIERI, 2012). Há estudos que alertam para a precarização do trabalho ocorrida com a flexibilização organizacional (BARET; GADREY; GALLOUJ, 1999); um estado de onipresença da vigília organizacional, assentado nas tecnologias, induz ao trabalho ininterrupto (FREZZA; GRISCI; KESSLER, 2009, XAVIER; BARROS; CRUZ; CARRIERI, 2012).

“Autonomia” traduz-se em “autocontrole”, nos termos de Frezza, Crisci e Kessler (2009), e “auto-opressão”, nos termos de Tonelli (2008) e Antunes (2018). Acusa-se a superexploração do trabalhador (PAES E PAULA, 2002, SANTOS, 2003, DE GAULEJAC, 2007, FARIA, 2007, BRIENT; FUENTES, 2009, ANTUNES; BRAGA, 2009, ANTUNES, 2018), e as implicações psíquicas do novo regime, como: desequilíbrio emocional (DE GAULEJAC, 2007, FARIA, 2007), aumento da ansiedade (TONELLI, 2008), estresse e adoecimento (BESSI; SCHREIBER; PUFFAL; TONDOLO, 2015) e sofrimentos e incertezas (FREZZA; GRISCI; KESSLER, 2009).

Tais pesquisas fazem-nos concluir que, se o organizar industrial exigia e adoecia o físico do trabalhador, o contemporâneo exige e adoce sua subjetividade. Ainda que não possamos negar as evidências nocivas apresentadas pelos autores, desacreditamos que dores

físicas ou regimes extenuantes de trabalho braçal possam não afetar a “saúde mental”, assim como que o trabalhador digital sofra efeitos físicos da imobilidade: preocupa-nos a **abordagem sempre divisa do corpo** também na perspectiva da saúde do trabalhador.

Ainda, chamamos atenção para **concentração de estudos relacionados exclusivamente ao trabalhador**. Embora o reconheçamos como afetados, a subserviência ao sistema mercante é totalitária, não condição patente do trabalhador, tampouco restrita aos espaços e tempos de exercício do trabalho. Não há ser no mundo ocidental civilizado cuja existência não seja “atividade produtiva”, qual seja o papel assumido na cadeia: o termo “servidão voluntária”<sup>23</sup>, inaugurado por La Boétie (2017) há mais de quatro séculos, mantém sentido, pertinência e atualidade (BRIENT; FUENTES, 2009, CHAUI, 2014, ANTUNES, 2018)<sup>24</sup>.

Não obstante aos estudos o tempo permanece negligenciado como elemento fundamental na análise organizacional (BUTLER, 1995); “embora haja muitas pesquisas relacionadas ao tempo, pouco se estuda o tempo” (LEE; LIEBENAU, 1999, p.1): as frases, publicadas há mais de duas décadas, conservam-se válidas e graves. “As teorias científicas permanecem considerando a existência inequívoca da ordem do tempo e da causalidade” (HEYLIGHEN, 2010); cuja métrica ordenadora (do tempo), orientadora (do cálculo da causa), é capital.

Um artigo denominado “Tempo é dinheiro”, defende que alta pressão de tempo leva a uma tomada de decisão mais rápida e de qualidade (KOCHER; SUTTER, 2006). Outras afirmações categóricas de mesmo cunho intitulam ou introduzem outros estudos organizacionais. O termo “custo do tempo” (PASHIGIAN; PELTZMAN; SUN, 2003; KUJALA; et al, 2006; ARBUTHNOTT; SCERBE, 2017), assim como “tempo como moeda simbólica” (JEMIELNIAK, 2009) e “consumo de tempo” (HAYES; MOORE, 2017): são expressões colocadas como pressupostos, condições tidas como dadas ou previamente aceitas, de que partem as questões das pesquisas organizacionais referenciadas.

A associação de tempo à dinheiro não se trata, pois, de simples metáfora figurativa. A caracterização temporal que vigora nos estudos (e práticas) organizacionais, em ampla perspectiva, permanece vinculada (poder-se-ia dizer, reduzida) a fins lucrativos empresariais,

---

<sup>23</sup> Étienne La Boétie (1530-1563) escreveu o “Discurso da Servidão Voluntária” – há dúvidas em relação à data exata da escrita do texto.

<sup>24</sup> Brient e Fuentes resgatam o termo em documentário e livro intitulados “Da Servidão Moderna”, lançados em 2009 e distribuídos gratuitamente na França e América latina, com o objetivo de expor a condição de escravatura contemporânea. Ricardo Antunes (2018) escreve especificamente sobre “O Privilégio da Servidão Voluntária” (contendo, evidentemente, ironia) dos que denomina “infoproletariados” – trabalhadores da era digital.

através da velha fórmula da eficiência: tempo/custo *versus* valor agregado. A redução, já questionável naquela teleologia, causa-nos ainda mais estranhamento quando a natureza da atividade demanda outra configuração organizacional, como ocorre em nosso objeto. Kujala e outros (2006, p.1) traduzem com competência este cenário:

O artigo conclui que o episódio do paciente é análogo a uma cadeia de pedido para entrega do cliente na indústria. [...] reduzindo os componentes de tempo sem valor agregado e minimizando as categorias de tempo que são os principais direcionadores de custos do sistema de saúde (KUJALA; et al, 2006).

Acontece que “Tempo não é dinheiro” (ELLINGSEN; JOHANNESON, 2009), ou, ao menos, nem todo tempo é oneroso, nem todo o tempo é gerenciável: mensurável, controlável ou compensável monetariamente. As colocações de Kujala e outros (2006) são contrastadas pelas de Cohen (2011):

Com a "economia da eficiência" nos serviços de saúde a reorganização e a racionalização do trabalho toma os corpos como objeto ou material de produção. [...] A própria natureza dos corpos, no entanto, dificulta a padronização. A exigência de (co)presença e imprevisibilidade temporal na demanda diminui o controle espacial e temporal do processo de trabalho (COHEN, 2011).

Há, nesta analogia, outras muitas inconsistências que saltam aos olhos em diversos outros estudos organizacionais dedicados à concepção do tempo: contínuo (MEDIO, 1991; ORLIKOWSKI; YATES, 2002; OPREA; CHARNESS; FRIEDMAN, 2014); kairótico (CZARNIAWSKA, 2004)<sup>25</sup>; cíclico ou espiral (E CUNHA, 2004)<sup>26</sup>; como movimento (HATCH, 2002)<sup>27</sup>; como afeto (JOHNSEN; et al, 2018)<sup>28</sup> – que, embora, promovam um movimento de estranhamento da ordem dominante do tempo, afastam-se do nosso interesse e abordagem. Outros acusam a emergência de um estado de atemporalidade, de presentificação eterna (e onipresença, em termos de espacialidade), de simultaneidade, instantaneidade e intermitência, da fluidez temporal – que Tonelli (2008) denomina “tempo do computador”<sup>29</sup>, Chauí (2006) denomina “acronia” e Harvey (2013) denomina “tempo comprimido”.

<sup>25</sup> O autor inspirou-se da dualidade entre Chronos e Kairós (mitologia grega), deuses que determinam a qualidade e intensidade dos tempos que atravessam o cotidiano. O primeiro, nosso conhecido, é da ordem do que pode ser medido, controlado. O segundo, Kairós, está vinculado ao tempo oportuno e às experiências significativas, momentos de encantamento que transcendem a dimensão cronológica (CZARNIAWSKA, 2004).

<sup>26</sup> Orientações estratégicas de "planejamento", tempo como cíclico; de "ação", tempo linear; e, "improvisação", visão espiral do tempo (E CUNHA, 2004)

<sup>27</sup> Hatch (2002) usa as reflexões do artista David Hockney sobre a representação do tempo na arte através do movimento.

<sup>28</sup> No artigo intitulado “Organização e dimensão afetiva do tempo”, Johnsen e outros (2018) utiliza o trabalho de Michael Theunissen em sua Teologia Negativa do Tempo.

<sup>29</sup> Tonelli (2003) está entre os precursores dos estudos organizacionais críticos brasileiros sobre o tempo e é uma das fontes mais citadas nas pesquisas que a sucederam. Em seu primeiro e mais antigo trabalho, a autora discute a velocidade/aceleração do tempo no cotidiano de trabalho. Em estudo mais recente, Tonelli (2008) discute a transição da naturalização de um tempo do relógio nas sociedades industriais para o tempo do computador nas sociedades contemporâneas. O deslocamento temporal de que trata Tonelli (2008) é parte do mesmo fenômeno do deslocamento espacial a que se refere Arantes (2007). O autor discute a transição de uma ordenação de espaço fixo, homogêneo, dado a priori, para a (des)configuração móvel de uma cartografia líquida (ARANTES, 2007).

Concebemos o tempo como o experimentamos: não linear, não-paramétrico (desprovido de medida unitária) (BUTLER, 1995, LEE; LIEBENAU, 1999; HEYLIGHEN, 2010; LEMOINE, 2018); descontínuo, não-instrumental e não teleológico (HOLMER-NADESAN, 1997); social (LEE; LIEBENAU, 1999); qualitativo, situado na experiência (BUTLER, 1995; CHIA, 2002; NANDHAKUMAR, 2002; LINSTED; MULLARKEY, 2003); portanto não externo, não mensurável, não objetivo: admitida a natureza espontânea (HEYLIGHEN, 2010), incerta (RUBINO, 2002), intuitiva e sensível do tempo e espaço vividos – ao que acedemos e dedicamo-nos.

O anseio por ordem, perfeição e certeza tem profundas raízes na cultura ocidental, poemas homéricos associam a imortalidade à divindade – a escolha de Aquiles envolve desistir de sua humanidade/mortalidade. Cerca de 400 anos depois, Platão segue rejeitando o nosso mundo falível, imperfeito, desordenado, espontâneo e imprevisível. O mundo platônico que, pela perfeita ordem, possibilita a verdade, sobreviveu à revolução científica. Elaboram-se leis gerais imutáveis a partir de estruturas unificadoras universais, lógicas e causais regulares. Não há lacunas para desenvolvimentos espontâneos. A previsão e o controle do tempo, portador da corrupção e da morte, nos promete uma medida de imortalidade (RUBINO, 2002, p.202).

Não há, no entanto, gestão ou controle possível do tempo que faça escapar do corpo as marcas inexoráveis da existência. O envelhecimento, o adoecimento, a morte estampam a carne cuja alma/mente tenta libertar-se em potência e longevidade. Flores-Pereira, Cavedon e Davel (2006, p. 1) sentenciam: “O corpo tem sido sistematicamente desconsiderado nos estudos organizacionais”. O quadro apresenta-se, no entanto, mais grave do que aparenta na leitura da sentença. Não se trata apenas da pouca produção científica centrada no corpo como tema, mas a negação de sua integralidade, inclusive nestas.

**Mesmo os estudos críticos restringem o corpo** ao aspecto e estrutura física, circunscrevem-no à materialidade, os reconhecem (ou acusam seu reconhecimento) como maquinário, instrumento produtivo a ser afinado, conformado, reformado, mantido em estado de maior utilidade e aproveitamento: o mercado ressignifica a ideia de “vida útil” (VALENTINE, 2002; JEACLE, 2003; OCHOA, 2006; HINDMARSH; PILNICK, 2007; PRASAD; NORI, 2008; MATHEWS, 2009; MILK-MEYER, 2010; LANDA; MARENGO, 2011; HAYNES, 2012; LANDA, 2012; BROOKE; et al, 2013; GABOR, 2013; KUPERS, 2013; RAUSCHER; KAUER, 2013; SHEN; CHANG, 2013; DICKSON, 2015; OTIS, 2016; YERIMA, 2017)<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> Haynes (2012) baseia-se no conceito de capital físico, de Bourdieu.

As organizações são reconhecidas como constituintes de parâmetros sociais estéticos e responsáveis pela transformação do corpo físico dos sujeitos. Os artigos sustentam que: os corpos de trabalho são reconstituídos a partir das práticas alimentares da organização (VALENTINE, 2002); os sujeitos alteram os corpos para adequação ao tamanho estatístico padrão estabelecido em produção (JEACLE, 2003); o excesso de peso é relacionado a problemas psicológicos nas organizações, o que coloca os sujeitos acima do peso como pessoas disfuncionais (MILK-MEYER, 2010); a corporificação da liderança enseja a conquista de um corpo fitness como medida de boa performance no gerenciamento de si mesmo (LANDA, 2012); o corpo magro é projetado como ideal de profissional feminino nas organizações (RAUSCHER; KAUER, 2013; DICKSON, 2015); o fenômeno da "estética imperial" no trabalho requer um corpo que reflita a hegemonia cultural branco ocidental (OTIS, 2016; YERIMA, 2017). Pesquisas nacionais também abordam crescentemente o corpo em discussões de gênero, sexualidade e padrões estéticos de aceitação como construção social e artefato organizacional (FLORES-PEREIRA; CAVEDON; DAVEL, 2006; FLORES-PEREIRA, 2009, 2010).

As práticas organizacionais forjadas para representar e moldar o corpo (físico), mesmo aquelas relacionadas à estética, são em última instância práticas de objetivação que intentam melhoria do “equipamento” produtivo (OCHOA, 2006). Autores assimilam, não apenas metaforicamente, o "corpo de trabalho" à maquinário organizacional (LANDA; MARENCO, 2011); evidenciam em seus achados “o corpo como objeto de e obstáculo ao trabalho, instrumento a ser afinado/manutenido e fonte de lesões e limitações ao desempenho (GABOR, 2013); e, tratam da depreciação dos trabalhadores mais velhos justificada pelo “corpo em declínio de produtividade” (BROOKE; et al, 2013).

O corpo é, ainda, utilizado como metáfora organizacional: o sistema circulatório é referência para “melhoria da eficácia do trabalho” (SHEN; CHANG, 2013); a “estrutura espírito, mente e corpo” – novamente oportunamente segmentada – é proposta para “adoção de inovações e alcance da excelência” nas organizações (PRASAD; NORI, 2008).

Apenas dois dos artigos a que tivemos acesso discutem a noção de corpo como “subjetividade em carne” na teoria organizacional (STYHRE, 2004; VAN AMSTERDAM; CLARINGBOULD; KNOPPERS, 2017) e ambos utilizam a fenomenologia dentre os arcabouços teóricos sugeridos para abordar o corpo<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> **Fenomenologia**, teoria feminista, teorias da prática e teoria pós-moderna (STYHRE, 2004); Foucault, Bourdieu, Merleau-Ponty e Butler (VAN AMSTERDAM; CLARINGBOULD; KNOPPERS, 2017)

O estudo mais recente, de Van Amsterdam, Claringbould e Knoppers (publicado em 2017), “explora insights sobre a personificação e práticas corporais pelos quadros teóricos de Foucault, Bourdieu, **Merleau-Ponty** e Butler para melhor compreensão dos processos organizacionais no esporte” (p.335): a contribuição do estudo, no entanto, circunscreve-se ao próprio objetivo apresentado. Os autores restringem-se à proposta de utilização dos quadros teóricos abordando breve, rasa, indireta e isoladamente os autores estandardizados.

Merleau-Ponty, que interessa-nos como proeminente autor da fenomenologia, é citado uma única vez no corpo do texto e seu legado encerra-se na síntese: “Merleau-Ponty (1962) parte do pressuposto de que as pessoas percebem o mundo em primeiro lugar através de seus corpos” (AMSTERDAM; CLARINGBOULD; KNOPPERS, 2017, p. 345). Parece-nos haver pouco entendimento, por parte dos autores, dos fundamentos fenomenológicos: Inadvertidos, os mesmos indicam seu uso para “explicar como a liderança é incorporadas e vivenciada [...] e explorar marcadores como gênero, habilidade, raça e classe social” (AMSTERDAM; CLARINGBOULD; KNOPPERS, 2017, p.456).

Dentre os estudos a que tivemos acesso, unicamente o de Styhre (2004), intitulado “*The (re)embodied organization: four perspectives on the body in organizations*”, aproxima-se de nossa pesquisa por uma das quatro premissas: Styhre (2004) reconhece nas análises organizacionais, dentre outros pontos que aborda<sup>32</sup>, a sustentação de uma distinção cartesiana mente-corpo, sujeito-objeto. Nas palavras do autor: “os corpos humanos são concebidos como sendo um mero local da mente humana”: a negação organizacional da integralidade do corpo, de que trata o autor, constitui nossa segunda premissa.

Ao defender que “o estudo dos corpos nas organizações precisa de uma estrutura teórica integrada”, o autor sugere, entretanto, a comensurabilidade imediata entre a fenomenologia (de Maurice Merleau-Ponty), as teorias feministas, as teorias da prática (de Bourdieu e de Certeau) e a teoria pós-moderna. Sem dedicar qualquer esforço à integração que propõe, Styhre (2004) mantém o insulamento das correntes, que descreve como “teorias incorporadas”, em texto e estrutura.

Styhre (2004) argumenta que embora a “fenomenologia intelectualista de Husserl” tenha influenciado estudos organizacionais<sup>33</sup>, o pensamento de Merleau-Ponty, com ênfase na noção de corpo, é negligenciado. O autor descreve, então, tal pensamento, vinculando

---

<sup>32</sup> Outros dois aspectos acusados por Styhre (2004) como problemáticos nas análises organizacionais são: a redução das relações e práticas organizacionais a experiências linguísticas-semióticas; e, a exclusão de várias atividades organizacionais incorporadas.

<sup>33</sup> Dentre os quais, o autor cita: Simon, (1957); March e Simon (1958); Alfred Schutz (1962); Cyert e March (1963); Berger e Luckmann (1966) e Karl Weick (1995).

experiência à corporeidade: o que nos parece correto, mas insuficiente para sustentar sua proposta de integração teórica.

Ainda, embora o conceito de personificação, central nas *teorias feministas*, postule a univocidade do corpo, da qual partilhamos, nosso trabalho não alcança em questão a produção social da diferença entre gêneros. Ademais, ainda que as *teorias da prática* de Bourdieu e Certeau carreguem a tradição durkheimiana da fuga ao objetivismo e ao subjetivismo, tanto a noção de habitus quanto a de cotidiano importam um olhar para o corpo como entidade social, e, mesmo que a reconheçamos, nosso esforço de análise está no corpo como subjetividade encarnada. Por fim, embora valemo-nos, assim como Styhre (2004), de *teorias pós-modernistas*, como as de Lyotard (1984), ao reconhecermos o corpo como 'superfície de inscrição'<sup>34</sup> (sujeito a várias formas de atribuições, indeterminado, incontrolável, não teleológico), tal leitura é linguística-semiótica, e pretendemos, em análise, “as coisas mesmas”, não demoramo-nos ou encerramo-nos em elaborações sustentadas por si, em pureza abstrata.

Cabe-nos observar que desacreditamos poder alcançar coerência e profundidade na diversidade e extensão dos autores recomendados por Styhre (2004). Escolhemos, não obstante, por adequação, suficiência, coerência e consistência, a fenomenologia como lente e caminho teórico-metodo-epistemológico para o estudo da organização dos sentidos da experiência de ser-no-mundo (do corpo no tempo e espaço: do sentido, vivido, real).

**Permanece, portanto, inexplorada nos estudos organizacionais a relação corpo-tempo-espaço:** não pudemos encontrar em publicações científicas estrangeiras e brasileiras, especificamente sobre tempo e/ou espaço, referências ou alcance argumentativo final relacionado ao corpo<sup>35</sup>. Tampouco tivemos acesso a estudos que relacionem o sensível ou o corpo à significação ou à representação do real.

Os escassos **estudos que tratam de sentido** o abordam em perspectiva de produção de significado em nível conceitual (TONELLI, 2003, 2008; VIEIRA; GARROFÉ, 2005). Apenas um dos trabalhos assume uma perspectiva fenomenológica (VASCONCELOS; MASCARENHAS; ZACARELLI, 2006), curiosamente, no entanto, não explicita a vertente ou utiliza qualquer resgate teórico, tampouco referência no corpo do texto autores fenomenólogos; além de abordar a “percepção subjetiva”, notadamente divergente da posição epistemológica

<sup>34</sup> A noção do corpo como superfície de inscrição foi introduzida por Nietzsche (1994) em *Genealogia da Moral*.

<sup>35</sup> O vocábulo “corpo” (e suas variações) pode ser identificado apenas nos trabalhos de Maria José Tonelli (2008). Ainda assim, aparece em passagens breves do texto (sem relações semânticas importantes para o desenho argumentativo). Como exemplo, em um momento textual final (a título de conclusões), a autora provoca o questionamento: “O que vai acontecer com as pessoas, com as instituições e com a vida social, quando as pessoas **corporificarem o tempo** múltiplo do computador” (TONELLI, 2008, p. 2015) (grifos nossos).

fenomenológica (que defende, justamente na percepção, o vínculo indissoluto entre subjetividade e materialidade).

Não obstante às diferenças entre os estudos referenciados e nosso projeto de pesquisa, não negligenciamos o valor das pesquisas empreendidas, ainda que possamos nos contrapor em argumentação à muitas delas. Apropriamo-nos de seus achados, partimos dos degraus por eles alcançados para a contextualização e justificação da adequação das escolhas teórico-epistemológicas e de objeto de estudo por nós adotadas. A partir deles percebemos as falhas e faltas na apreensão do problema que nos move, pudemos alcançar os elementos que o compõe e construir nosso desenho argumentativo em quatro (hipo)teses ao considerar que, **nos estudos organizacionais:**

- (i) O tempo e o espaço são abordados como variáveis distintamente observáveis desvinculadas e objetivas, externas ao corpo;
- (ii) A corporeidade é concebida como materialidade, apartada da (e preterida à) mente/(in)consciência/subjetividade/alma/espírito/razão;
- (iii) A razão instrumental/técnica segue orientando normativamente (e normalizando) um organizar que desqualifica e silencia o sensível (desnaturaliza o natural);
- (iv) O afastamento (ou erradicação) do sensível altera a experimentação do mundo e representação do que se entende por realidade.

Tempo e espaço estão na essência da construção da vida em sociedade e da própria constituição do ser (VERGARA; VIEIRA, 2005, VASCONCELOS; MASCARENHAS; ZACARELLI, 2006, EMMENDOERFER; DIAS, 2007, SILVA; WETZEL, 2007, VIEIRA; VIEIRA; KNOPP, 2010). As significações têmporo-espaciais engendradas no organizar (VIEIRA; GARROFÉ, 2005) afetam não apenas a produção da realidade organizacional e dos sentidos do trabalho, como defendido muitos autores (VERGARA; VIEIRA, 2005, SILVA; WETZEL, 2007, XAVIER; BARROS; CRUZ; CARRIERI, 2012), mas, a nosso ver, alteram a forma de ser-no-mundo e de compreender-se e compreendê-lo (HEIDEGGER, 2017)<sup>36</sup>.

Em “Uma Didática da Invenção”, Manoel de Barros (2010) sentencia: “Desaprender 8 horas por dia ensina os princípios. [...] **As coisas não querem ser vistas por pessoas razoáveis**”: A invenção da organização, com todos os princípios que a regem, engendram-se na forma de sermos no mundo, muito além das suas paredes e ou do prazo do cartão ponto;

---

<sup>36</sup> Considerada a unidimensionalização tratada anteriormente.

torna uma racionalidade absolutista, e de espectro estreito, a nossa forma única e repetida de operar em um mundo construído sem janelas.

Buscamos na fenomenologia, exatamente, as aberturas que possibilitem reapre(e)nder as organizações. Ademais, acreditamos justificado não apenas pelas lacunas presentes nos estudos organizacionais, mas por seus próprios argumentos preenchidos, **a pertinência, o potencial de contribuição e a relevância deste projeto de tese.**

É a percepção o diálogo do sujeito com um mundo que lhe fala de si mesmo (MERLEAU-PONTY, 2017, p.185).

### 3. EPISTEMOLOGIA E MÉTODO FENOMENOLÓGICO

“**Desnudar o mundo**” (MERLEAU-PONTY, 2017, p.466): Deixar o que se mostra por si ser visto da maneira mesma com que se mostra de si (HEIDEGGER, 2017, p.58).

**Pensamos a fenomenologia como este método de desnudar, de investigar, de refletir o mundo desde sua percepção/apreensão.** O pensamento de **Maurice Merleau-Ponty** (1908-1961), autor sob o qual fundamentamos privilegiadamente nossos argumentos, traz heranças de Husserl<sup>37</sup>, da Psicologia da Forma (Gestalt)<sup>38</sup>, do marxismo, de Hegel (Fenomenologia do Espírito) e Lukács<sup>39</sup>, de Sartre<sup>40</sup>, Henry Bergson e Gabriel Marce (DARTIGUES, 2008, MATTHEWS, 2011, MERLEAU-PONTY, 2011, 2014, 2017, IHDE, 2017, LYOTARD, 2017)<sup>41</sup>.

A fenomenologia funda, a partir de Husserl (2006, 2012), a filosofia contemporânea e transpõe os limites da filosofia como disciplina. Constitui uma vertente crítica e integrativa do realismo (primado do objeto) e do idealismo (cuja a primazia é do sujeito<sup>42</sup>). Reconstitui e ultrapassa a relação entre sujeito-objeto e consciência-coisas (SILVA, 2018). Incorpora as revoluções intelectuais empreendidas por Kant e Descartes como a ênfase na subjetividade humana, no reconhecimento de que todo conhecimento ou consciência é conhecimento ou *consciência de alguém*, fundamentado em sua própria experiência enquanto sujeito, ou ser pensante. Toda representação é, neste sentido, uma *representação para alguém* (do mundo a seu redor). Trata-se do conceito de **intencionalidade da consciência**, apropriado por Husserl (2006, 2012) de Frans Brentano (1837-1917)<sup>43</sup> (DARTIGUES, 2008, MATTHEWS, 2011, LYOTARD, 2017, SILVA 2018).

<sup>37</sup> Fundador da Fenomenologia estudado por Merleau-Ponty a partir das aulas com Gurvitch, em 1929.

<sup>38</sup> A escola Gestalt foi a principal influência do seu primeiro livro: A Estrutura do Comportamento, publicado em 1942. No entanto, embora Merleau-Ponty tenha sofrido suas influências, é crítico de sua tendência a tratar a consciência como um conjunto de formas e sua adesão ao ideal de uma psicologia explanatória (SANTAELLA, 2012).

<sup>39</sup> Marxismo ocidental, humanista, fundado na redescoberta dos primeiros escritos de Marx (o jovem Marx).

<sup>40</sup> Com quem fundou o periódico político literário Tempos Modernos (em 1945) e o Partido político socialista Reunião Democrática Revolucionária (em 1948), (e de quem anos mais tarde afastou-se por divergências políticas.

<sup>41</sup> “Fenomenologia da Percepção” (MERLEAU-PONTY, 2011), publicada em 1945, é sua mais importante obra, segundo Matthews (2011) e Lyotard (2017), aborda os principais temas de seu pensamento.

<sup>42</sup> A primazia do sujeito no idealismo é a primazia do sujeito enquanto cogito, ser pensante, do sujeito enquanto mente. Diferente do conceito de sujeito encarnado de Merleau-Ponty (2011).

<sup>43</sup> A apropriação do termo não garantiu igualdade de interpretações entre Brentano e Husserl. Enquanto o primeiro aceitava a possibilidade de objetos existentes apenas na consciência (fruto da ideia pura ou imaginação), enquanto Husserl trabalhava a intencionalidade de objetos “aí fora”, no mundo, ainda que não se possa provar sua existência concreta, como a crença em espíritos, por exemplo.

A *intencionalidade da consciência* diz respeito a esta condição de imbricamento com a coisa<sup>44</sup>: consciência é sempre consciência *de algo, voltada para, ou referida a* algum objeto (HUSSERL, 2012). Pensar é pensar *sobre*, em; ter medo é ter medo *de*, esperar é esperar *por* alguma coisa (LYOTARD, 2017). A consciência – não teórica, e sim pré-tética – tem intensão no olhar, desliza na direção das coisas, intenciona conhece-las (SILVA, 2018). O *objeto intencional* não é causa, no entanto, da nossa consciência. Não há uma relação causal estabelecida. A fenomenologia, enquanto o estudo de como as coisas chegam à nossa consciência – como as apreendemos, as percebemos –, difere, neste sentido, do empirismo ou fisiologismo (MATTHEWS, 2011).

Há, então, uma distinção importante entre esta *intencionalidade operante*, que forma a unidade natural antipredicativa do mundo e fornece o texto do qual nossos conhecimentos procuram a tradução em linguagem exata, e a *intencionalidade de ato*, ordinariamente concebida a partir da Crítica da Razão Pura de Kant, referente aos juízos e decisões ou tomadas de posição voluntárias (MERLEAU-PONTY, 2011, p.16-17). A intencionalidade da consciência perceptiva operante (originária/fenomênica/corporal), que habita o sujeito, não diz respeito um “eu penso”, que separa o sensível da significação, mas a um “eu posso” de motivação latente inscrito na motricidade (MERLEAU-PONTY, 2017).

Compreender exige, neste sentido, reaproximar-se da intenção, não apenas como representação ou propriedades da coisa percebida, como a poeira de fatos históricos ou as ideias introduzidas por diferentes doutrinas, mas como maneira única de existir que se exprimem nestas propriedades, fatos, ideias: como comportamento em relação ao outro, à natureza, ao tempo, à morte. Porque não há uma conduta, mesmo que distraída, fortuita ou habitual, desprovida de intencionalidade e, portanto, de **significação**. Não há gesto ou palavra que não exprima certa tomada de posição em relação à situação vivida (MERLEAU-PONTY, 2011).

Porque estamos em carne no mundo, “estamos condenados ao sentido”: não podemos dizer ou fazer algo que não adquira um nome na história. “É verdade, como diz Marx, que a história não anda com a cabeça, mas também é verdade que ela não anda com o pés”: Nós devemos **ocupar-nos do corpo** pra compreendê-la. Está no corpo a apreensão do estado nascente do sentido do mundo. A racionalidade humana é proporcional/correspondente às experiências nas quais nele se revela: “as perspectivas confrontam-se, as percepções confirmam-se, um sentido aparece [...], transparece na intersecção”, na intersubjetividade.

---

<sup>44</sup> Importa compreender os termos recorrentes “coisa(s)” e “objeto(s)” de forma ampla, não restrita ao inanimado ou tátil.

Nenhuma hipótese explicativa, assim, é mais clara do que o próprio ato de **retorno** ao mundo inacabado para pensá-lo (MERLEAU-PONTY, 2011, p.17-18).

Husserl (2006, 2012) suspende suposições objetivistas para concentrar-se na consciência de como as coisas nos *aparecem*<sup>45</sup>, desvelam-se, em um esforço de retorno das abstrações à essência das coisas mesmas – a **redução fenomenológica**. Atendo-se às descrições de experimentações concreta e humana das coisas sobre as quais as teorias deveriam de fato basear-se/vincular-se, nas quais deveriam estar fundadas.

A *redução fenomenológica* implica no resgate das *coisas mesmas*, em um movimento de retorno ou tentativa de suspensão da ideia elaborada firmada (da decida do nível alto de abstração) sobre determinado fenômeno para apreciação/experimentação perceptiva. Há uma defesa da volta da vivência e do sentido que permitiria, neste sentido, identificar o **descolamento do real** provocado por camadas de acumulações conceituais convencionadas e contextuais tidas como certas, naturalizadas, para, só então, recuperar a realidade e **rearticular as relação sujeito-mundo**.

A redução inspirada no *método da dúvida metodológica cartesiana*<sup>46</sup> (MATTHEWS, 2011, LYOTARD, 2017), que questiona postulados buscando na própria existência o exame de seus fundamentos, reconstitui-se, pela lente fenomenológica, segundo Leopoldo e Silva (2018), na própria vocação da filosofia a partir da renovação da tarefa de interrogar.

Nos termos de Husserl (2006, 2012) a *redução fenomenológica* consiste na *epokhé/époche* (de origem grega – recuo, refreio), ao colocar “entre parênteses” toda atitude ou pensamento naturalizado. Relaciona-se ao questionamento dos pressupostos da ciência, à suspensão de qualquer julgamento referente ao estatuto dos objetos da consciência (SANTAELLA, 2012) a partir do retorno ao mundo da vida (*lebenswelt*), do exame do fenômeno em si, do envolvimento cotidiano com o mundo antipredicativo como fundamento de toda e qualquer atividade prática e reflexiva.

Heidegger (2017) questiona a ideia radical de *Epokhé*, que poderia evocar a transcendentalidade do pensamento fenomenológico. A redução fenomenológica encontra, assim, limites no próprio conceito de intencionalidade da consciência, central na teoria

---

<sup>45</sup> Termo do qual deriva a fenomenologia: *phnomena* do grego (aparências, no sentido de aparecimento, não de falsa impressão).

<sup>46</sup> A redução fenomenológica não necessariamente incorpora um método de falseamento de toda e qualquer verdade estabelecida à medida que não se compara à ciência positiva natural-física-matemática, por exemplo (que continuam válidas a partir de suas premissas), mas humana/social. Assim, não impugna descobertas físicas sobre o calor solar, por exemplo, porque simplesmente o recebe como fonte perceptiva. Mas faz pensar na relação entre as implicações, para a vida humana, da relação entre estas diferentes concepções.

Husserliana (2006, 2012). A consciência, conforme defende o autor, não pode ser considerada separadamente dos seus objetos intencionais. Assim, a completa suspensão é impossível, à medida que pensamos o mundo por nossas experiências em tempos e espaços específicos: “Não somos sujeitos transcendentais [...] somos seres humanos concretos [...], encontramos significado nos objetos em virtude da lida efetiva que temos com eles em nosso tempo e lugar” (MATTHEWS, 2011, p.21)<sup>47</sup>. A intencionalidade da consciência é, sobretudo, a intencionalidade do corpo (SANTAELLA, 2012).

O ser é *ser-no-mundo* (*inderweltsein*)<sup>48</sup>: nossa existência (*daisen*) não ocorre separada da nossa experiência no mundo, somos (apenas) estando no mundo, somos envolvidos/embebidos, somos parte do mundo (*lebenswelt*), ainda que sejamos conscientes do mundo separado de nós: somos mundanos-no-mundo (*weltlichkeit der welt*) (MERLEAU-PONTY, 2011; HEIDEGGER, 2017).

Ao reconhecer as limitações do recuo, Husserl (2006, 2012) incorpora a ideia de *mundo-vivido* defendida por Heidegger (2017), e a fenomenologia assume o envolvimento corriqueiro com o mundo como anterior à teorização. Direcionando a *redução/dúvida metodológica* aos pressupostos teóricos e conhecimento estabelecido. Permanece, portanto, a *redução fenomenológica* enquanto retorno ao envolvimento com o mundo, à experiência humana ordinária, como forma de falseamento, fundamento necessário, subjacente à abstração (HUSSERL, 2012).

Rejeitando as essências universais abstratas e o ego transcendental do primeiro Husserl, Merleau-Ponty (2011) segue o caminho aberto pelo último Husserl (2012), e considera o exame Heideggeriano (2017). O autor critica a ciência objetiva, reconhecendo serem os sujeitos a dar significados aos conceitos (incluindo o de objetividade) usados para abstrações de nossa experiência concreta de nós mesmos. Somos nós, então, a fonte absoluta<sup>49</sup>, segundo o autor. Só podemos falar de maneira universal a partir do nosso envolvimento com o *mundo vivido* – não metafísico. Há, assim, na fenomenologia, uma subjetividade diferente do

---

<sup>47</sup> Husserl incorpora as críticas dirigidas por Heidegger à ideia transcendental de Epokhé radical, que provocaria a separação da consciência de seus objetos.

<sup>48</sup> Heidegger utiliza o S maiúsculo ao referir-se ao Ser. Como, no entanto, nos distanciamos, neste trabalho, do estudo do Ser (ontologia), optamos por não incorporar a escrita assim caracterizada. Adotamos, no entanto a unidade deste conceito, originado do termo unitário alemão *inderweltsein*, hifenizando-o.

<sup>49</sup> Ihde (2017, p.60) esclarece que a fenomenologia husserliana “da práxis neste mundo cultural amplo claramente não foi do tipo acional à moda heideggeriana. Ela foi, antes, o material intuitivo, corpóreo e perceptivo”. Nas palavras de Husserl (2012, p.25): “No mundo circundante intuitivamente dado [...] nós vivenciamos ‘corpos’ [...] que de fato podemos vivenciar, com o conteúdo que é o conteúdo atual da experiência”. Há, assim, segundo Ihde (2017), em Husserl, um olhar um tanto mais determinista do mundo vivido.

restrito cogito cartesiano, alicerçada na **experiência**<sup>50</sup> (não no empirismo), no contato com as *coisas mesmas*.

Heidegger (2017) desenvolve, enfatizando o pragmatismo, o conceito de **referência ou intencionalidade instrumental**: insere o contexto a que todos os objetos são relativos. Não existem objetos em si mesmos, não existem objetos que não estejam comprometidos com o sujeito que o representa. A apreensão depende, pois, das condições subjetivas e contextuais do sujeito que percebe. A Fenomenologia da Percepção de Merleau-Ponty (2011) volta-se, neste sentido, mais às essências dos diferentes modos de consciência e menos às essências dos diferentes objetos da consciência. Merleau-Ponty (2017) parte da perspectiva de que o ser é o ser do fenômeno: “a experiência é a corte última de apelo” e a percepção, portanto, meio único de acesso às coisas, fundamento de todo o conhecimento (SANTAELLA, 2012, p. 18).

A fenomenologia intenta, assim, nunca a compreensão de o que são, objetiva, conceitual e indistintamente, o tempo e o espaço, por exemplo, mas como (particularmente e compartilhadamente) os entendemos em percepção, como os percebemos, os sentimos, os experimentamos, os vivemos. No **primado da percepção** Merleau-Ponty (2011) encontra a **Epoké possível** e fecunda ao rigor da intensão epistemológica fenomenológica radicada no retorno ao mundo percebido. A reflexão radical revela sua dependência em relação a um irrefletido, em vez de ultrapassá-lo e dissolvê-lo, como ocorre na reflexão direita objetivista: “**Nossa tarefa é pôr em evidência a função primordial pela qual fazemos existir para nós, [...] e descrever o corpo enquanto lugar dessa apropriação**” (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 213).

A percepção, o envolvimento direto pré-reflexivo (pré-linguístico, anterior à abstração) aproxima-nos às experiências concretas: a percepção precede a reflexão, a reflexão se ancora no mundo perceptivo – o fato precede a lei: do vivido deriva a teoria. O primado da percepção nos insere, assim, em corpo em um mundo que antecede todo o juízo sobre o corpo e sobre o mundo<sup>51</sup>; nela o sujeito concebe a dimensão sensível através da qual vive sua existência efetiva.

---

<sup>50</sup> A experiência é um dos conceitos que fundamentais da abertura e contato com o mundo em fenômeno originário aquém das construções e idealizações da ciência (DUPOND, 2010). Merleau-Ponty (2011) esclarece a necessária distinção entre a experiência da percepção real-efetiva – que nos interessa – e a experiência imaginária-alucinativa-elucubradora-delirante. A experiência de que trata o autor não é fruto abstrato de pensamento, mas ancorada no vivido, “com sentido no lugar onde vivemos”.

<sup>51</sup> Merleau-Ponty (2011) distingue mundo e universo. Universo é uma totalidade acabada e explícita construída pela ciência. O mundo, o meio – aberto, indefinido, inacabado – de nossa vida, experiência e ação. Onde as relações têm implicação recíproca.

Cabe aqui **distinguirmos o que entendemos por “percepção” de “qualidade sensível”**, que, longe de ser coextensiva àquela, é produto particular de uma atitude de curiosidade ou observação. Em lugar de “abandonar todo o meu olhar no mundo, volto-me para este próprio olhar e pergunto o que vejo *exata e especificamente*”. A qualidade sensível é a resposta a uma questão, o resultado de uma visão secundária ou crítica que procura conhecer uma particularidade, uma atitude de destaque do todo e enquadramento que, segundo Merleau-Ponty (2017, p. 305), “faz o espetáculo desaparecer”. Esta objetivação desfaz o elo entre o sentir de um sujeito e seu mundo e rompe o movimento da experiência sinestésica que alcança a síntese perceptiva, desfaz a comunicação entre os sentidos que abre à originalidade e profundidade da coisa única e indefinida, à sua ipseidade (Merleau-Ponty, 2017, p. 308).

**O mundo percebido seria o fundo sempre pressuposto por toda a racionalidade, todo o valor e toda a existência.** Uma concepção deste gênero **não destrói nem a racionalidade nem o absoluto.** Ela **procura fazer com que desçam à terra** (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 32).

Nas palavras de Merleau-Ponty (2017, p. 41): “Reencontramos o irrefletido, mas o irrefletido ao qual retornamos não é aquele anterior à reflexão. É o irrefletido compreendido, conquistado”. A descrição do mundo percebido não basta, volta-se à reflexão, mas a uma **reflexão radicada no real**, não arrebatada em si mesma ou ignorante das suas origens em um saber sempre aproximado nunca acabado, nunca total ou imediato – mas pessoal, situada, temporal. A tarefa do que o autor denomina “**reflexão radical**” consiste em compreender-se a si mesmo, em reencontrar a experiência irrefletida (não tética, pré-objetiva) do mundo para encontrar sua verificação e plenitude no sensível e fazer da reflexão uma das possibilidades do ser (Merleau-Ponty, 2017, p. 324, p. 395).

Nosso problema então se precisa: Trata-se de conceber, entre os conteúdos linguístico, perceptivo, motor e a forma que recebem ou a função simbólica que os anima, uma relação que não seja nem redução da forma ao conteúdo, nem subsunção do conteúdo a uma forma autônoma: É a dialética entre a forma e o discurso que precisamos restituir (MERLEAU-PONTY, 2017, p.177).

O primado da percepção privilegia a maneira primordial da relação do ser com o mundo, “segundo a qual paradoxalmente o sujeito é seu corpo, seu mundo e sua situação, e, de algum modo, sua permuta” (MERLEAU-PONTY, 2011, p.125). A percepção é a experiência de um sujeito em contato com a facticidade do mundo.

O problema é compreender as relações singulares que se tecem entre a paisagem e mim enquanto sujeito encarnado. [...] O sentir é esta comunicação vital com o mundo que o torna presente para nós como lugar familiar de nossa vida. E a ele que o percebido e o sujeito que percebe devem sua espessura (MERLEAU-PONTY, 1962, p.52-53).

O “único cogito sólido”, indubitável, para Merleau-Ponty (2017, p. 45), é a apreensão de si como um pensamento em ato, particular e engajado em certos objetos. A **existência corporal é acional**, orientada. E está correlacionada com um mundo circundante aberto à ação: “Meu **corpo tem poder sobre o mundo** quando minha percepção me oferece um espetáculo tão variado e tão claramente articulado” (MERLEAU-PONTY, 2011, p.250):

O que importa para a orientação do espetáculo não é meu corpo tal como de fato ele é, enquanto coisa no espaço objetivo, mas meu corpo enquanto sistema de ações possíveis (MERLEAU-PONTY, 2011, p.252)

Aquele que percebe está-no-mundo (HEIDEGGER, 2015) não como puro objeto. O Sujeito da percepção age sobre o mundo assim como sofre sua ação (MATTHEWS, 2010). A consciência em carne carrega, neste sentido, a ambiguidade fundamental da percepção: é a um só tempo espírito autônomo e existência contingente e finita. A **percepção ocupa simultaneamente o lugar de uma *arché* (inerência vital) e de um *telos* (intenção racional)** (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 65).

Tudo que se passa no mundo se passa sob o fundo perceptivo, inclusive o conhecimento. Assim, por um lado, ligada à existência, ou melhor, enraizada nela, a percepção é a experiência de um sujeito em contato com a facticidade do mundo. Por outro, a experiência perceptiva é a constatação da existência; correlativamente, a própria essência deve ser pensada em sua relação com a existência, já que está ligada a uma experiência perceptiva. O que nos leva a compreender que se a percepção precede a reflexão, a reflexão se ancora no mundo perceptivo (CARDIM, 2007).

Há, pois, na percepção um **paradoxo da imanência e da transcendência**. Imanência, posto que o percebido não poderia ser estranho àquele que percebe; transcendência, posto que comporta sempre um além do que está imediatamente dado (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 49-50).

Na implicação entre corpo e mundo a percepção abrange circularmente dois extremos: a projeção do sujeito, do interior, do que se constrói como subjetivo (imanência) e abertura para o mundo exterior, para o diverso, para o que se objetiva (transcendência). Constatação da existência, a experiência perceptiva produz a essência (em sentido sartreano) (MERLEAU-PONTY, 2011). O sujeito forma-se sujeito na relação (não determinística) com o mundo. A existência, em perspectiva fenomenológica, é, segundo Ihde (2017), acional, e, não obstante, estrutural. “**É pela experiência perceptiva que eu me afundo na espessura do mundo**” (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 275).

O mundo não é puramente o meu mundo, as coisas nele têm um caráter independente do meu desejo e meus interesses, os significados dos objetos/fenômenos que vivo, **não são significados ou valores que crio, mas que encontro, mas que só encontro, em virtude do que vivo/faço**, da minha história, da minha forma de estar-no-mundo. Encontro o significado a partir do meu corpo em presença-no-tempo/espço que partilho. A fenomenologia, neste sentido, nega o solipsismo radical/metafísico (de descartes). As distintas e particulares **significações do mundo estão fundadas na partilha deste mundo** (tempo e espaço): O ser humano é ser-no-mundo dos humanos (HEIDEGGER, 2015).

Heidegger (2017), em *Ser e Tempo*, descreve a fenomenologia como primordialmente uma concepção metodológica, maneira de investigação dos objetos e não algo a ser definido em termos do tipo de objeto investigado. A fenomenologia dedica-se ao que Heidegger (2017) denomina “**analítica do *Daisen***”: a análise de como as coisas desvelam-se no curso das interações humanas corriqueiras com o mundo. Merleau-Ponty (2011) incorpora a fenomenologia heideggeriana e a assume mais como maneira ou estilo de pensar do que como um sistema filosófico<sup>52</sup>.

O estudo de como as coisas nos aparecem à consciência difere do estudo de como as coisas objetivamente são no mundo exterior (empirismo) (MATTHEWS, 2011, p.17). A análise fenomenológica da experiência humana, carrega, no entanto, uma ideia de vivência que difere do entendimento do senso comum e das interpretações equivocadas da fenomenologia como sendo subjetiva (IHDE, 2017). Opõe-se, neste sentido, também ao psicologismo e ao relativismo (LYOTARD, 2017), cujo o acesso à experiência estaria na pura introspecção (IHDE, 2017). Considerada a premissa de intencionalidade da consciência, a fenomenologia exige o vínculo factual à coisa, aos objetos<sup>53</sup>; não é, pois, introspectiva.

Como a “ciência das vivências” (HUSSERL, 2012), a fenomenologia não prescinde arbitrariamente do todo que compõe toda a experiência, toda a experimentação subjetiva em carne<sup>54</sup> (MERLEAU-PONTY, 2011), na integridade não reducionista de seus aspectos externos e internos, subjetivos e objetivos (DARTIGUES, 2008, MATTHEWS, 2011, LYOTARD,

---

<sup>52</sup> Merleau-Ponty (2011) cita Hegel, Kierkegard, Nietzsche e Freud como pensadores de estilo semelhante ao fenomenológico, ao desconfiarem da filosofia ocidental grega platônica da “visão de lugar nenhum” (de verdades atemporais, impessoais e racionais).

<sup>53</sup> Cabe destacar que a coisa, o objeto, a que nos interessa a percepção não necessariamente é concreto, mas não configura (e não poderia configurar) invenção, no sentido de fruto restrito da imaginação, sob o risco de extrapolar o âmbito perceptivo estético fenomenológico merleau-pontyano (MATTHEWS, 2011).

<sup>54</sup> Incurremos à tautologia, parecemos falar da normalidade com estranhamento, defender o óbvio como argumento elaborado. E é exatamente o que fazemos. O que precisamos fazer.

2017, IHDE, 2017). Importa-nos apreender as relações sensíveis *humano-mundo* que definem as dimensões da existência humana (*dasein*) (HEIDEGGER, 2017).

“Não é porque penso que estou certo de existir, mas, ao contrário, a certeza que tenho de meus pensamentos deriva de sua existência efetiva” (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 511). A fenomenologia, assim, “toma como seu primeiro fenômeno a experiência em si mesma” (IHDE, 2017, p. 45), que precede o conhecimento técnico de suas propriedades. Toda a consciência é consciência de alguma coisa perceptível, experimentada (MERLEAU-PONTY, 2011). Todo o pensamento é, portanto, referenciado ao vivido, experimentado corporalmente através da percepção.

A experiência do corpo próprio opõe-se ao movimento reflexivo que destaca o objeto do sujeito e o sujeito do objeto, e que nos dá apenas o pensamento do corpo ou o corpo em ideia, e não a experiência do corpo ou o corpo em realidade (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 269).

A Fenomenologia **não intenta explicar** o mundo objetivamente, o que exigiria dados empíricos por observação e experimentação controlada, e **sim, descrever** como são percebidos, entendidos, experimentados os objetos no mundo (MATTHEWS, 2011). **O pesquisador** deve, segundo Ihde (2017), neste sentido, observar e vivenciar o referencial, seja numa observação direta (em uma tarefa perceptual informada) ou secundária (um exercício hermenêutico-perceptual); deve, descrever e compreender as relações sensíveis humano-mundo e suas estruturas a partir de duas dimensões da percepção: **sensorial ou micro percepção**, corporalmente focada no sensível atual (o que se, vê, toca, ouve naquele instante); e, **cultural/hermenêutica ou macro percepção**. Ambas pertencentes ao mundo da vida e intimamente conectadas: “Não existe micro percepção (sensorial-corpórea) sem sua localização junto ao campo” (IHDE, 2017, p.53). Assim como a micro percepção ocorre de acordo com um contexto cultural-hermenêutico, este realiza-se no alcance das possibilidades micro perceptivas.

Captar fenomenologicamente a significação na essência da percepção sensível de um fenômeno, considerado em seu contexto, segundo Matthews (2010, p.124), sugere, neste sentido, situá-lo na vida existencial dos sujeitos que o experimentam, compreender sua dinâmica e suas implicações (individuais e compartilhadas) – emocionais, sensuais, práticas, estéticas, imaginativas, econômicas, etc. – nas relações com o mundo circundante.

Em ambos os níveis de análise perceptiva (micro e macro), pontuados por Ihde (2017), **o método de redução solicita**, além do abandono teórico, **reaprender a olhar o mundo (*welt*) em atitude de estranhamento (espanto, encantamento)** perante o fenômeno em experiência **não mediada** (MATTHEWS, 2010). O método requer o afrouxamento dos laços que nos

preendem automaticamente às coisas/objetos/fenômenos (*gegenstand*) do cotidiano para uma reaproximação originária, íntima/sensível (MERLEAU-PONTY, 2011).

**Como pesquisadoras, interessa-nos, aqui**, neste sentido, acessar a descrição primária do sujeito em carne, dos tempos e espaços sentidos, experienciados **na coisa/objeto parir**; interessa-nos o que as pessoas querem dizer quando falam do parir; interessa-nos qual sentido/significado do parir na experimentação do mundo; interessa-nos a função (ou o lugar) destes conceitos para a experiência humana compartilhada (DARTIGUES, 2008, MATTHEWS, 2011, LYOTARD, 2017); interessa-nos “como habitantes potenciais deste mundo” têm o real representado a partir da experiência humana compartilhada do nascimento (MATTHEWS, 2011, p.18). **Interessa-nos o parir, como coisa/objeto, muito além do que diz sobre si**: Há nele uma sociedade a se conhecer, pela percepção deste ato humano o mundo pode verificar-se. **Interessa-nos “desnudar o mundo”** (MERLEAU-PONTY, 2017, p.466) – como postulamos de partida. **Escolhemos o parir como coisa/objeto, entre tantos possíveis, para o refletir radical do “organizar” no mundo** – em tempo, espaço e corpo.

“Porque somos do começo ao fim relação ao mundo” (MERLEAU-PONTY, 2011, p.10); em outras palavras: “Minha experiência desnuda meu ambiente físico e social. Sou eu quem faz ser pra mim” (MERLEAU-PONTY, 2011, p.3). Mas o mundo percebido não é apenas meu mundo, nele desenham-se as condutas de outrem, o outro também o percebe (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 453). “O primeiro dos objetos culturais é o **corpo de outrem** enquanto portador de um comportamento” (MERLEAU-PONTY, 2017, p.467). Interessa-nos, pois, o que relatos do parir em primeira pessoa (do trazer ao mundo) podem dizer-nos deste mundo. E como acessar o mundo por corpos que não os nossos, através de experiências narradas, não vividas?

Reconhecemos “a origem do objeto no coração da experiência” (Merleau-Ponty, 2017, p.109), não havendo, pois, distanciamento objetivo ou neutralidade quando, nas palavras de Merleau-Ponty (2017, p.104-105): “**Olhar o objeto é entrenhar-se nele [...], habitá-lo densa e demoradamente**”. Mas este olhar humano do objeto, pode então, ser confrontado com experiências precedentes e **olhares de outros homens por intermédio da linguagem**. E, ainda que considerada a ação do tempo na alteração do passado em **relato posterior**, apoiamo-nos na “memória do mundo” em história perceptiva que funda a narrativa daquela verdade contextual (Merleau-Ponty, 2017, p.108-109).

No pensamento objetivo não há lugar pra outrem e para a pluralidade das consciências. Nele o corpo e o mundo são objetos coordenados um ao outro por **relações funcionais** daquelas que a física estabelece (MERLEAU-PONTY, 2017, p.468). Meu corpo, no entanto, percebe o

de outrem não como objeto, mas conduta; encontra ali um prolongamento de suas próprias intenções, reconhece nele o lugar de uma elaboração, de certa visão que descobre um **mundo intersubjetivo, um mundo de coexistências**, um “intermundo” (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 474).

“O comportamento de outrem e mesmo **as falas de outrem não são de outrem**”; embora projetem o sentido único de sua subjetividade. [...] O luto de outrem e sua cólera embora sejam por ele vividas são pra mim apresentadas” e as consigo compreender mesmo que de forma imperfeita porque as partilho (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 478); seus atos e sensações **estão entre as minhas possibilidades próprias**, posso valer-me de sua experiência como fato (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 480) por vivermos e comunicarmos (em significação inteligível) o mesmo campo de experiência, a mesma história, o mesmo mundo aberto e inacabado (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 544).

A fenomenologia é o estudo das essências – das essências da percepção, da consciência, da existência. Busca reencontrar o contato ingênuo com o mundo vivido em espaço e tempo, por **não pensar que se possa compreender o mundo de outra maneira** senão a partir de sua factibilidade: “**A experiência está presa ao mundo de maneira demasiado estreita**” e é esta experiência, em relações vivas da vida antipredicativa, que “leva à expressão pura do seu próprio sentido” (Merleau-Ponty, 2011, p.12). Em outras palavras: Temos a experiência de nós mesmos, nossa realização como consciência, e **a partir dela devem ser medidas todas as significações da linguagem** (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 440). É, portanto, na experiência que todas as nossas operações lógicas devem fundar-se. A redução fenomenológica/eidética permite-nos fugir ao reducionismo do idealismo transcendental. Na consciência originária da experiência vemos aparecer **não apenas o que as palavras querem dizer, mas ainda, o que as coisas querem dizer** (MERLEAU-PONTY, 2011).

A busca fenomenológica pela essência do mundo está, portanto, em **reencontrar a presença**, o fato da consciência, a existência anterior à ideia ou ao discurso – ainda que pelo discurso. Acreditamos encontrar, assim, **nos relatos de parto colhidos** – na experiência manifesta em primeira pessoa –, **o real descrito, o núcleo primário de significação** em torno do qual se organizam os atos de representação deste mundo, situado.

Entendemos por sensação a maneira pela qual somos afetados instantaneamente na experiência de um estado de nós mesmos. O percebido é contingente, está sempre ‘em meio de’, faz parte de um campo, circunstância, contexto. Percepções versam, pois, sobre relações, anunciam mais do que contém em termos absolutos, estão invariavelmente carregadas de

sentido: “O acontecimento elementar já está revestido de um sentido” (Merleau-Ponty, 2017, p.31).

Pesquisadores atentam, ordinariamente, ao objeto percebido, preterindo em análise a experiência perceptiva. Um dado percebido isolado é, no entanto, inconcebível. O processos sensoriais são acessíveis à influências centrais, o sensível não pode mais ser definido como efeito imediato inalterável de um estímulo exterior, verdadeiro, constante, objetivo e reproduzível. Não falamos aqui, portanto, do sensorial como condução instrumental, não referimo-nos aos dados sensíveis como obtenção de qualidades/propriedades de objetos.

“O vermelho visível não me é apenas presente, mas me representa algo” (Merleau-Ponty, 2017, p.36). Quando digo que tenho diante de mim uma mancha vermelha o sentido da expressão é fornecido por experiências análogas no decorrer das quais incorporei o seu sentido e aprendi a empregá-la: **a associação de ideias que traz experiências passadas só pode restituir conexões extrínsecas porque a experiência originária não comportava outras referências.**

“Perceber não é experimentar um sem número de impressões que trariam consigo recordações capazes de completá-las, é ver jorrar de uma constelação de dados um sentido imanente sem o qual nenhum apelo às recordações seria possível” (Merleau-Ponty, 2017, p.47).

“O conhecimento nunca tem domínio sobre seus objetos” (Merleau-Ponty, 2017, p.38); “a razão está enraizada na natureza”; “o conhecimento vital nos ensina a união entre alma e corpo” (Merleau-Ponty, 2017, p.73); “a reflexão nunca se impele para fora de qualquer situação[...], é sempre dada em uma experiência” (Merleau-Ponty, 2017, p.74): O texto do mundo não é, portanto, copiado, mas composto, constituído (Merleau-Ponty, 2017, p.41). **Atentamo-nos, pois, nos relatos, às sensações como espetáculo perceptivo do real:** que revelam, de forma tão rica quanto obscura, a composição das significações que as habitam.

Aquilo que as construções empiristas tornam incompreensíveis os fenômenos originais que mascaram; invisibilizam, em prol do objeto/figura, o fundo/mundo humano no qual a vida acontece: **“O empirismo exclui da percepção a cólera ou a dor” que todavia eu leio em um rosto, percebo em uma narrativa. Posso apreender “em uma hesitação ou em uma reticência a sociedade cuja estrutura eu reconheço”** (Merleau-Ponty, 2017, p.49-50). **A reflexão intelectualista, por sua vez, pode representar um devaneio,** uma cegueira mental, um estado de subordinação do mundo vivido à uma projeção ideal, de uma atividade lógica conclusiva, **incapaz de esgotar a experiência revelada no corpo, em seu tempo, seu espaço e seu sentido** (Merleau-Ponty, 2017, p.49-51).

O que resulta tanto do empirismo quanto do intelectualismo é o que Merleau-Ponty (2017) denomina “**prejuízo do mundo**”, “nem um nem outro compreendem a consciência ocupada em apreender”: nos dois casos a constituição o objeto (seja ele uma soma de qualidades ou um sistema de relações) passa em esquecimento porque é preciso que seja exato, determinado, puro, transparente, impessoal, imanente, perfeito e, portanto, ‘verdadeiro’. Ambos ignoram a contingência e finitude, recusam o testemunho do fenômeno e **ocupam-se não do que é (sendo), mas do que, em juízo, se deve ver** (Merleau-Ponty, 2017, p.56). “Passa-se de uma objetividade absoluta à uma subjetividade absoluta [...] insuficientes por carência ou por excesso” (Merleau-Ponty, 2017, p.69).

**Entre o sentir e o juízo**, a experiência comum estabelece uma diferença bem clara: o juízo é uma tomada de posição, visa conhecer algo válido em todos os momentos da minha vida e para outros espíritos existentes ou possíveis; sentir, ao contrário é remeter-se à aparência sem procurar possuí-la ou saber sua verdade (Merleau-Ponty, 2017, p.62).

“**O puro quale [conceito]** só nos seria dado se o mundo fosse um espetáculo e o corpo [coisa] um mecanismo pelo qual um espírito imparcial tomaria conhecimento. **O sentir**, ao contrário, investe a qualidade de um valor vital; a apreende em sua significação pelo e para o corpo próprio”. Promove a **compreensão da espessura das relações** espontâneas singulares, a comunicação de sujeitos encarnados com o mundo como lugar familiar (Merleau-Ponty, 2017, p.84).

“A sensação é efeito último do conhecimento, em particular, do **conhecimento científico**”. Nenhuma ‘análise’ pode, assim, ignorar a percepção enquanto fenômeno original. As sensações não são absolutamente nossa obra e perceber não é fruto de interpretação, está para além da identificação da qualidade ou da impressão/imaginação. Perceber é apreender o sentido imanente ao sensível da **vida que atravessa** antes de qualquer juízo. O fenômeno da percepção oferece significação inerente aos signos do qual **o juízo é apenas a expressão facultativa**. Perceber é o ato que cria o sentido que une a constelação destes dados/estímulos: ato que antes de descobrir o sentido que guarda, faz com que tenha sentido (Merleau-Ponty, 2017, p.66).

A vida perceptiva – a vida da consciência, a vida cognoscente – é sustentada por um **arco intencional** que projeta nosso passado, nosso futuro, nosso meio humano, nossa situação física, nossa situação ideológica, nossa situação moral, ou antes, **que faz com que sejamos situados sob todos os aspectos**. É este arco intencional **que faz a unidade** entre os sentidos, a unidade entre os sentidos e a inteligência, a unidade entre a sensibilidade e a motricidade (MERLEAU-PONTY, 2017, p.190).

Colocamos em questão uma **alternativa entre o para si e o em si**, que rejeita os sentidos no mundo dos objetos e resgata a subjetividade **como absoluto não-ser** de toda inerência corporal (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 288). A partir do momento que a experiência é reconhecida como o começo do conhecimento, não há mais meio de distinguir-se o que o mundo deve ser, em postulado, do que aquilo que efetivamente é (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 298).

Ao voltar-se à percepção o sujeito deixa de ser um pensante “acósmico” e o sentimento, a ação e a vontade passam/voltam a ser explorados como formas originais de compreender um objeto, posto que “um objeto parece atraente ou repulsivo antes de negro ou azul, circular ou quadrado” (Merleau-Ponty, 2017, p.50). **Não há causalidade lógica e necessária, mas fluência circunstancial:** “Um fenômeno desencadeia outro não por uma eficácia objetiva, mas pelo sentido que ele oferece” (Merleau-Ponty, 2017, p.81).

Se admitimos que as projeções e transferências ideárias estão fundadas em algum caráter intrínseco do objeto, **o mundo humano deixa de representar uma metáfora para voltar a ser:** o meio, o como, a pátria, de nossos pensamentos. Retornando aos fenômenos encontramos como camada fundamental um conjunto pleno de um sentido irreduzível que refaz o elo entre objetividade e subjetividade (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 393).

Será preciso despertar a experiência do mundo tal como ele nos aparece enquanto estamos no mundo por nosso corpo, enquanto percebemos o mundo por nosso corpo. **Retomando, assim, o contato com o corpo e com o mundo é a nós mesmos que iremos reencontrar** (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 278).

**O sentir (re)define entendimentos: rompe o mecanismo teleológico que resulta na ‘ciência’** que julga aquilo que é por aquilo que, julga, dever ser. Quando a experiência é reconhecida como o começo do conhecimento, não há mais distinção entre verdades a priori (conteúdo/conceito) e verdades de fato (forma/*gestalt*) (Merleau-Ponty, 2017, p. 298). A reflexão só encontra o fenômeno pela percepção, pela apreensão do sentir, capaz de alcançar em um tempo a infraestrutura instintivo-afetiva, a inerência vital e as superestruturas e intensões racionais que se estabelecem sobre ela. **Não se trata de uma conversão ao irracional, mas de uma análise intencional radicada.** Ao voltar ao espetáculo do mundo vivido o campo fenomenal reestabelece o **lastro entre o saber científico e a experiência** direta e situada, devolvendo-lhe o **valor ontológico além do metódico** (Merleau-Ponty, 2017, p.87-92). A fenomenologia defende a necessidade de se:

Reconhecer antes dos ‘atos de significação’ (*Bedeutungsgebende Akten*) do pensamento teórico e tético, as ‘experiência expressivas’ (*Ausdruckserlebnisse*); antes

do sentido significado (*Zeichen-Sinn*) o sentido expressivo (*Ausdrucks-Sinn*); antes da subsunção do conteúdo à forma, a ‘pregnância’ simbólica da forma no conteúdo (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 391).

**O comportamento humano, pela lente fenomenológica, é inacessível ao pensamento causal** e somente apreensível por um pensamento que presa o objeto em estado nascente, que surpreende tal como aparece àquele que o vive, que busca introduzir-se na atmosfera de sentido na qual está envolvido para reencontrar atrás dos fatos e sintomas dispersos o ser total do sujeito (MERLEAU-PONTY, 2017, p.171).

A percepção, a experiência do real, funda nossa ideia de mundo ou de verdade, não o pensamento adequado, absoluto, apodítico e teleológico: **“O mundo não é o que penso, mas o que vivo”** (MERLEAU-PONTY, 2011, p.14). A **facticidade do cogito** é o que faz a *weltlichkeit der welt*, o que faz com que o mundo seja mundo, torna-nos certos de nossa existência. As experiências não podem, assim, ser distinguidas das concepções, **“porque o constituído é sempre para o constituinte”** (Merleau-Ponty, 2017, p.71-72).

A relação entre a razão e o fato, entre a eternidade e o tempo, entre a reflexão e o irrefletido, ou entre o pensamento e a percepção, é aquela relação com dupla direção que a fenomenologia chamou de *Fundierung*: O “fundado” se apresenta como uma determinação ou uma explicitação do termo “fundante” – tempo, o irrefletido, o fato, a percepção. Não é, todavia simplesmente dele derivado, pois **é através do fundado que o fundante se manifesta** (Merleau-Ponty, 2017, p.527).

O real é um tecido sólido, ele não espera nossos juízos para anexar a si os fenômenos mais aberrantes, nem para rejeitar nossas imaginações mais verossímeis. A percepção não é uma ciência do mundo, não é nem mesmo um ato, uma tomada de posição deliberada; ela é o fundo sobre o qual todos os atos se destacam e ela é pressuposta por eles. O mundo não é um objeto do qual possuo comigo a lei de constituição; ele é o meio natural e o campo de todos os meus pensamentos e de todas as minhas percepções explícitas. **A verdade não habita o homem interior, ou, antes, não existe um homem interior; o homem está no mundo e é no mundo que ele se conhece** (Merleau-Ponty, 2011, p.06).

Na tentativa de uma descrição direta da experiência, sem nenhuma deferência à gênese psicológica ou explicações causais, **a fenomenologia se deixa praticar e reconhecer como** maneira, estilo, **método, antes de teoria**: “o verdadeiro método indutivo consiste em ler corretamente os fenômenos e apreender seu sentido” (Merleau-Ponty, 2017, p.156).

A percepção não é, no entanto, um ato perfeito ou acabado de entendimento. Trata-se, assim, de descrever, não explicar, o mundo factual pretensiosamente elaborado pelo **conhecimento científico dogmático**, abstrato, pré-pessoal, derivado, artificial, idealista,

superior e absoluto (Merleau-Ponty, 2017, p. 532); **“em que o Outro mais vale que existe”** (Merleau-Ponty, 2011, p.10).

Sendo a existência o movimento através do qual o homem está no mundo, a maneira pela qual engaja-se física e socialmente, seu ponto de vista sobre o mundo em que está preso, situado em tempo e espaço, circundado por seu corpo (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 67, 125); procuramos exatamente na experiência do primeiro ato de **“existência” humana (o nascimento), um caminho para pensar a condição e “valor” humanos:** “Perguntamo-nos se este mundo imediatamente presente, o único que conhecemos, não é também o único do qual convém falar” (Merleau-Ponty, 2017, p.93). **Voltamo-nos ao problema da constituição de mundo e de ser neste mundo organizado.**

O nascer é ao mesmo tempo o nascer no mundo e o nascer do mundo (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 608): Um menino nasceu – o mundo tornou a começar (GUIMARÃES ROSA, 2006).

#### 4. O NASCIMENTO HUMANO COMO OBJETO

**Um nascimento** não passou, não caiu no nada à maneira de um acontecimento do mundo objetivo, ele **envolvia um porvir**, não como a causa determina seu efeito, mas como uma situação, armada, desenlaçada. **Doravante havia um novo mundo: o mundo recebia uma nova camada de significação.** Abria-se um novo registro, uma nova história (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 547).

Quando Merleau-Ponty (2017) fala do **nascimento**, refere-se à re-criação, a uma “**re-constituição do mundo**” (p. 280) “**contra o mundo social cimentado**” (p.483): nós também, quando o buscamos apreender na literalidade da facticidade humana coincidente: o nascer. A escolha metafórica do autor tem razão de ser; uma razão que emprestamos em radicalidade.

Perguntamo-nos, entretanto, como um novo mundo, um porvir, uma nova camada de significação pode abrir-se, quando um nascimento torna-se exata e deliberadamente um acontecimento objetivo, um procedimento técnico padronizado, planejado, executado e monitorado por profissionais treinados, em um ambiente organizacional? Como uma nova história pode escrever-se no roteiro fechado de um mesmo cenário pensado em termos funcionais, econômicos, técnicos, instrumentais?

O nascimento foi industrializado, sofreu crescente intervenção organizacional a partir da década de 1970, e provocou na América Latina o que se convencionou denominar “epidemia de cesarianas”: a normalização incontestada do parto cirúrgico-hospitalar<sup>55</sup> (DIAS, 2001; ODENT, 2003; CURY, 2006; CARDOSO; BARBOSA, 2012). Odent (2003) resgata a historicidade e conta que a introdução profilática do fórceps e da episiotomia tiveram um papel inicial proeminente no advento do parto industrializado-tecnocrático. Na década de 30 obstetrícia profilática tornou-se norma nos EUA, época em que a Alemanha investiu na sedação, a partir de uma mistura de morfina e escopolamina (droga amnésica) seguidos de éter ou clorofórmio, inaugurou o chamado “sono do crepúsculo” que, segundo o autor, atraiu muitas mulheres aos hospitais em busca de um parto sem dor. Os “nascimentos” tornaram-se, então, sempre mais impessoais, previsíveis e rápidos: “**o parto tornou-se uma linha de montagem**”; consolidou-se em “conduta doutrinária robótica” de rotinas e protocolos, intervenção e controle, ainda por via ordinária vaginal (parto “normal”) (ODENT, 2003, p. 46, p. 90). O índice de cesarianas aumentou drasticamente apenas a partir de 1960, quando uma série de avanços

---

<sup>55</sup> Considerado o mais alto do mundo, o índice de cesarianas no Brasil chegou à 95%, enquanto a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda taxas não superiores a 10%, alcançou um dos mais altos índices de nascimento cirúrgico eletivo do mundo (superado apenas pelo Chile), e não há explicações de caráter sanitário para esse índice (D’ORSI et al., 2006; CARDOSO; BARBOSA, 2012, NAKANO; BONAN; TEIXEIRA, 2015).

tecnológicos e a formação de obstetras como cirúrgicos tornaram o parto por incisão horizontal em baixo ventre (anteriormente vertical) uma operação confiável e eletiva.

Prosseguimos no resgate histórico de Odent (2003): em 1970, independentemente da via de parto, **o nascimento em ambiente hospitalar figurou-se norma**<sup>56</sup>. Com a anestesia peridural, monitores fetais para registro contínuo, ocitocina sintética gotejada intermitentemente (para dar “ritmo” adequado às contrações uterinas), limpeza intestinal, tricotomia (raspagem de pêlos), enteroclistmas/enemas, toques vaginais, esvaziamento da bexiga, jejum forçado, imobilização horizontal<sup>57</sup>, drogas administradas para expulsão da placenta, episiotomia, uso de fórceps, e uma rede cada vez mais complexa de tubos e fios conectados, a **parturiente tornou-se paciente**: perdeu liberdade de movimento e poder de escolha. No novo modelo de “assistência” ao parto, à mulher coube, então, assistir ao próprio parto (ser parida).

A retirada do parto da esfera íntima à organizacional, em seu redesenho e regulamentação, imprimiu, neste sentido, a transferência do controle total (ou autoria) do processo de nascimento, da mãe, à profissionais técnicos especializados (ODENT, 2003; JONES, 2008; BALASKAS, 2015). A configuração do parto foi modelada em consonância com a oferta e interesse do mercado privado de nascimento: o nascimento foi adaptado à **lógica e logística econômica da indústria médica e farmacêutica** (NAKANO; BONAN; TEIXEIRA, 2015, p.885). O novo modelo de parto – hospitalocêntrico, unimodal, iatrocêntrico (centrada na figura do médico); etiocêntrico (centrada na patologia e na doença) – retrata, portanto, a corrupção da assistência sanitária à esfera econômica de produção (ODENT, 2003; JONES, 2008; BALASKAS, 2015): o parto foi organizado.

Entre as características do nascimento **organizacional**, técnico-industrial, Jones (2008, p. 9-20) destaca: a separação corpo/mente; máquina (disfuncional) como metáfora do corpo; a parturiente como paciente-cliente; a autoridade médica hierárquico-patriarcal; a diagnose e tratamento técnicos interventivos; a segmentação e padronização; a ênfase no

---

<sup>56</sup> A palavra hospital é de raiz latina (Hospitalis) e de origem relativamente recente: vem de hospes – hóspedes, pela estadia de enfermos. Deste vocábulo derivou-se o termo hospício: indicando estabelecimentos ocupados permanentemente por enfermos, incuráveis e insanos. O termo tem a mesma acepção de *nosocomium*, de fonte grega, cuja significação é “tratar os doentes” (CAMPOS, 1965, p. 7). As de finalidade não lucrativa, são instituições mantidas por corporação, fábricas ou núcleos para seus empregados. Entre as instituições de finalidade lucrativa estão hospitais visando uma exploração industrial ou comercial (CAMPOS, 1965, p. 87).

<sup>57</sup> O primeiro registro de parto horizontal foi da amante de Luiz XIV, Madame de Montespan, para que este pudesse assistir privilegiadamente ao parto. Posteriormente, a posição foi solicitada para aplicação do fórceps, inventado na França no século XVII. A posição horizontal, passiva, acessível, é a mais adequada para execução dos métodos de monitoramento e realização de intervenções rotineiras atuais no parto hospitalar (BALASKAS, 2015, p. 60).

resultado à curto prazo. O autor estende e conclui a descrição: “exógeno, materialista, cartesiano-positivista, homogeneizante, intervencionista, invasivo e dogmático”, o nascimento trata-se, atualmente, de um **procedimento corporativo**. Sem as significações, portanto, de um **evento humano** – natural, sexual, afetivo, instintivo (JONES, 2008, p. 163, p. 149).

**Quando uma mulher está parindo naturalmente a parte ativa de seu cérebro é necessariamente a primitiva**, o que implica na redução das inibições do neocortex e atuação do campo reptiliano, que faz secretar o complexo coquetel de hormônios necessários ao processo fisiológico de nascimento. São quatro hormônios principais atuam no trabalho de parto: (1) Ocitocina, ativa o hipotálamo, diminui a atividade do neocortex, estimula as contrações uterinas, age na tolerância à dor, gera prostaglandina (que amolece os tecidos) e propicia vinculação afetiva; (2) Endorfina, atua no alívio da dor, gera um estado alterado de consciência (transe), propicia bem estar, regula o humor, gera prazer/êxtase; (3) Adrenalina, pode inibir o trabalho de parto quando gerado em altos índices pelo ambiente externo (estresse), mas aciona o reflexo e prepara o corpo para o processo expulsivo final no trabalho de parto (leva sangue aos grandes grupos musculares, acelera os batimentos) e desperta o bebê para o nascimento; e (4) Prolactina, essencial para a produção de leite e para despertar o instinto materno de cuidado e proteção, engrena estados mentais de subordinação à aceitação do tempo fisiológico e aumenta a adaptabilidade da mãe às necessidades do recém-nascido (ODENT, 2003, p. 106; BALASKAS, 2015, p. 89).

Os comumente denominados “hormônios do amor”, são bloqueados direta e abruptamente pelo uso de sintéticos substitutos e anestésias (ODENT, 2003, p. 97). Mas não apenas: A presença alternada de profissionais, a iluminação, o ambiente condicionado à baixas temperaturas, a inibição do movimento e da vocalização, os sons eletrônicos de monitoramento e a linguagem imperativa e racional, o vocabulário técnico, estimulam o neocortex, ativam a produção de adrenalina e inibem o instinto e a liberação de beta-endorfina, ocitocina, prostaglandinas e prolactina e interferem, perturbam o trabalho de parto humano, ativo, instintivo, afetivo, emocional, fisiológico/biodinâmico, natural (ODENT, 2003; JONES, 2008; BALASKAS, 2015).

Alguns **índices de pesquisas em medicina baseada em evidências** denunciam a medicalização crescente, a transferência cirúrgica, o alto índice de mortalidade materna, a alta morbidade perinatal, a alta incidência de prematuridade iatrogênica e os altos índices de violência obstétrica, causados pelo modelo hospitalar interventor (JONES, 2008; BALASKAS, 2015); que provocaram um **movimento de resistência** a este cenário. Após a segunda guerra

mundial, de acordo com Odent (2003), surgiram associações (como a *National Childbirth Trust*, lançada em 1957, no Reino Unido) promovendo a escolha informada e discutindo alternativas ao parto industrializado-tecnocrático. Livros começaram a ser lançados e cunharam termos como: parto **ativo** – quando, em um ambiente propício ao sensível, “a mulher assume sua experiência de parir, sem restrição ou direcionamento externo, guiada por eu próprio corpo” (BALASKAS, 2015, p. 75); e, parto **humanizado** – com respeito à dinâmica espiritual e afetiva e ao tempo e espaço do processo fisiológico e escolha materna (JONES, 2008; BALASKAS, 2015): termos que confundem-se e coincidem no princípio basilar de assistência de intervenção mínima<sup>58</sup> (baseada em evidências científicas).

Outro ponto comum das **práticas de resgate ao parto natural** é o estímulo à liberdade de movimento materno em posições verticalizadas: A importância da deambulação, da mobilidade incrementada do quadril e da gravidade para a intensidade e frequência da contratilidade e oxigenação uterina, alcance do ângulo, da dilatação e abertura do canal, expansão e adaptação dos tecidos perineais (diminuição do risco de rotura), drenagem de líquidos (menor possibilidade de infecção), relaxamento e descanso entre ondas uterinas, menor compressão dos nervos pélvicos, descida rotacional da apresentação fetal, melhor oxigenação do feto e menor pressão sobre suas vértebras (JONES, 2008, BALASKAS, 2015).

A liberdade de posição e movimento do corpo, assim como o princípio de intervenção mínima, ultrapassam a questão biofísica. “Há uma revolução acontecendo a partir do renascimento do parto” (BALASKAS, 2015, p. 22). A integridade e dignidade de um povo se mede, argumenta Balaskas (2015, p. 22), pela proteção que oferece aos mais frágeis, retrata o “poder e controle social” de uma civilização: “**o nascimento, a forma de chegada de um novo ser, tem relação direta com o tipo de sociedade em que vivemos e queremos viver**”.

Interessa-nos a “revolução”, nos termos de Balaskas (2015). Partimos, então, do mundo no qual vivemos. Sob o aporte fenomenológico (epistêmico e metodológico), partimos da experiência narrada como acesso ao mundo e ao ser: aos relato de parto. “**Uma história narrada pode significar o mundo com tanta profundidade quanto um tratado de filosofia**”, diz Merleau-Ponty (2011, p.19): buscamos, justamente, reviver em histórias contadas o nascer contemporâneo. Investimos no estudo dos **relatos diretos** por acreditarmos que há uma essência da história, que se destaca à medida que a narrativa livre avança sem qualquer análise

---

<sup>58</sup> O termo “obstetrícia” origina-se de “obstare”: Observar, estar ao lado.

expressa, que confere ao sujeito a possibilidade de vivê-la para além do imediato e atingir a compreensão de seus acontecimentos, pela ‘fala’ do outro (MERLEAU-PONTY, 2017, p.186).

Existe a possibilidade de uma retomada do pensamento do outro através da sua fala, uma reflexão do outro, um poder de pensar segundo o outro, que enriquece nosso entendimento próprio. É preciso, pra isso, que **sua significação conceitual surja manifesta em seu contexto**, que decorra à (e descreva a) **memória do corpo em um esforço de reabertura do tempo e espaço vividos**: “A fala é a existência exterior do sentido” (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 247).

As narrativas trazem certa maneira de olhar o passado relatado enquanto dimensão inalienável da consciência, a **distância temporal não comporta problema sob a condição de sabermos reencontrar o presente vivo** em que ela se constitui (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 358). “Aquilo que vivemos é e permanece perpetuamente para nós: o velho toca sua infância. Cada presente crava-se no tempo como uma cunha e pretende a eternidade”: “o que quer que eu pense ou decida será sempre sobre o fundo daquilo que anteriormente vivi” (MERLEAU-PONTY, 2017, p.529, p. 526).

**A expressão é criadora: a fala/escrita originária/autêntica (falante, não apenas falada)** não corresponde à tradução de um pensamento adquirido, mas sua apropriação; ela o faz existir para nós e para outrem (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 521). Falar é um modo de viver o nosso corpo no mundo, sedimentar em uma aquisição intersubjetiva a experiência sempre aberta; antes de um pensamento ou cognição, a fala é uma forma de nos situarmos e estruturarmos no vivido (SANTAELLA, 2012, p. 27).

**A palavra** ultrapassa a função designativa de um pensamento/objeto, tem a capacidade de tornar-se sua presença no mundo sensível enquanto valor afetivo; é seu emblema, seu corpo, não sua vestimenta: **está antes como mímica existencial que como enunciado conceitual** (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 247)<sup>59</sup>.

**A operação de expressão** não apenas traduz a significação, mas a realiza emocionalmente, a faz existir, a faz viver, a **instala-se no corpo do leitor** como um novo órgão dos sentidos que dá-lhe acesso à experiência narrada, abre a ele uma nova forma de celebrar o mundo (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 248). “A partir de então, pode-se restaurar a experiência do outro deformada por análises intelectualistas e convenções arbitrarias” (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 252). A atividade categorial é, antes de um pensamento ou conhecimento, uma certa maneira de relacionar-se ao mundo, uma configuração da experiência, uma

---

<sup>59</sup> Merleau-Ponty (2017, p. 255) afirma que o sentido pleno de uma língua nunca é traduzível em outra, pois para assimilá-la completamente seria preciso assumir o mundo comum que ela exprime e acolhe, com as significações disponíveis que sua cultura fornece.

modulação da existência. E a fala/escrita é a única, entre todas as operações expressivas, capaz de sedimentar-se e **constituir um saber intersubjetivo** (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 258-259).

Colhemos, acreditando nisso, **relatos em primeira pessoa, depoimentos livres e consentidos, espontaneamente escritos e publicados**, que descrevessem detalhadamente o engajamento, em dados perceptivos dos vínculos corporais e sociais, da experiências recente de parir: Toques, dores, odores, imagens, sons, movimentos, impressões, etc. Embora não nos interessassem elaborações conceituais sobre assuntos correlatos ao acontecimento, importavam-nos significações atribuídas ao vivido, para acessá-los como ponto de vista da condição humana.

Buscamos casos **que representassem tempos/espacos diversos entre o procedimento cirúrgico/hospitalar e o evento natural/domiciliar** - considerando o primeiro um exemplar representativo do modelo organizacional dominante em que opera a primazia dos princípios de utilidade e eficiência, e, o segundo, uma forma alternativa que disponibiliza assistência com mínima intervenção em sua natureza.

Consideramos que o organizar implica no controle do tempo, espaço e corpos dos sujeitos à sua ordenação, e este controle ultrapassa as relações diretas de trabalho: **não apenas profissionais estão sujeitos à regulação organizacional da experiência, mas consumidores/usuários/pacientes/clientes**. Há casos, não raros, como o da assistência à saúde, em que seus corpos são matéria prima objeto da intervenção. Escolhemos, neste sentido, trabalhar com estes sujeitos de pesquisa na posição de parturientes, mulheres assistidas/engajadas em situação de parto.

**Selecionamos, tabelamos, validamos, codificamos e analisamos 144 (cento e quarenta e quatro) relatos de nascimento**, cujo tempo entre a escrita e o parto fosse inferior a seis meses –na tentativa garantia da preservação da descrição detalhada de memória recente –, disponíveis na rede em 12 (doze) sítios eletrônicos selecionados por manter ativa a coleta abundante e integral (não intermediada ou editada) destas narrativas:

- [http://lapisdemaie.com/category/dica-de-mae/relato-de-parto/;](http://lapisdemaie.com/category/dica-de-mae/relato-de-parto/)
- [http://www.casaangela.org.br/relatos-de-parto.html;](http://www.casaangela.org.br/relatos-de-parto.html)
- <http://www.nucleobemnascer.com/parto/relatos;>
- [http://www.rehuna.org.br/;](http://www.rehuna.org.br/)
- [https://delas.ig.com.br/filhos;](https://delas.ig.com.br/filhos)
- [https://maternidadesimples.com.br;](https://maternidadesimples.com.br)
- [https://www.despertardoparto.com.br/relatos-de-parto.html;](https://www.despertardoparto.com.br/relatos-de-parto.html)
- [https://www.eusemfronteiras.com.br/relato-sobre-o-parto-humanizado/;](https://www.eusemfronteiras.com.br/relato-sobre-o-parto-humanizado/)

- <https://www.macetesdemaee.com/categoria/relato-de-parto/>;
- <https://www.maternati.com.br/relatos-de-parto/>;
- <https://www.partodoprincipio.com.br/relatos-de-parto/>;
- <https://www.trocandofraldas.com.br/categoria/relatos-de-parto/>.

Com o objetivo de resguardar, no tratamento dos dados, a possibilidade de **rastreamento e a associação das narrativas ao tipo de parto (via de nascimento e ambiente)**, atribuímos **códigos** para cada um dos 144 relatos. Cada relato, dessa maneira, foi identificado por uma composição de três dígitos: o primeiro relativo ao tipo (via/técnica) de nascimento – (1) cirúrgico, (2) normal e (3) natural; o segundo indicando o ambiente em que ocorreu – (1) hospital, (2) casa de parto e (3) domicílio da parturiente; o terceiro dígito indicando o número sequencial do relato de cada combinação possível, conforme a tabela (1):

Tabela 1: Códigos e Totais de Relatos de Parturientes/Mães Coletados na Rede (dados secundários)

Códigos de Relatos de Nascimento			
Tipo	Ambiente	Nº relatos	Totais
1. Cirúrgico	1. Hospitalar	1 – 31.	113
2. Normal	1. Hospitalar	1 – 59.	
3. Natural	1. Hospitalar	1 – 23.	10
	2. Casa de Parto	1 – 10.	
	3. Domiciliar	1 – 21.	21
			<b>144</b>

Fonte: Elaborado pela autora

Após uma primeira leitura, de validação dos relatos e enquadramento/codificação, os compilamos ordenada e integralmente em um documento de *word* que totalizou 516 páginas<sup>60</sup>. Iniciamos, a partir de então, duas rodadas de estudo integral das narrativas descartando trechos sem referência direta ao processo de nascimento e iniciando o destaque de temas (passagens, expressões e termos recorrentes) que remetessem às premissas argumentativas da tese<sup>61</sup>.

Elaboramos, a partir da codificação e dos “destaques” textuais, um documento de *excel* ordenado em diferentes planilhas, por tipo-ambiente de parto, e abas, por “**temas**” **recorrentes**

<sup>60</sup> Documento em word, espaçamento simples, fonte 12, Times New Roman.

<sup>61</sup> Mantivemos um documento com as narrativas intactas para que pudéssemos revisitá-las em integralidade e fazer o rastreamento de novas relações textuais.

**identificados:** corpo; tempo; espaço, ambiente; movimento, posição; toque, contato; técnicas, regras, protocolos; linguagem, vocalização; racionalização, controle; assistência, condução, execução, decisão; emoção, sensação, sensível, sentido, significação – em um esforço de contrastar/assimilar em detalhe as diferentes descrições perceptivas.

Estes excertos selecionados foram novamente filtrados e ordenados de acordo com a(s) premissa(s) desta tese que supostamente poderiam sustentar ou negar para, posteriormente, serem ‘confrontados’ com o corpo teórico que as fundamenta. E, a partir de então, esforçamo-nos em trabalhar, com **delicadeza e respeito à integralidade dos relatos originais**, na composição e uso argumentativo destas experiências como força argumentativa da tese que defendemos.

Cabe-nos, final e novamente, observar que **o desenho deste pensamento, consubstanciado pelas quatro premissas** (mais detalhadamente descritas no capítulo seguinte), **ultrapassa/exorbita/extrapola**, ainda que não pretendamos a generalização, **o objeto de análise fenomenológico-perceptiva por nós escolhido como fonte ilustrativa: o nascer.**

Viver' (*leben*) é uma operação primordial a partir da qual se torna possível 'viver' (*erleben*) tal ou tal mundo (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 221).

## 5. RAZÃO RADICADA: AS PREMISSAS NA FACTUALIDADE DO OBJETO

Quatro **premissas/(hipo)teses** (abaixo enumeradas) consubstanciam o desenho argumentativo da tese que pretendemos suportar, a partir da análise fenomenológico-perceptiva do objeto, e pelas quais orientamos a composição textual deste capítulo em diferentes sessões:

- (i) Não apenas os estudos sobre tempos e espaços, mas também as práticas organizacionais que regem tais dimensões, negam, historicamente o corpo. O tempo e o espaço são, no entanto, em precedência, fenômenos corpóreos: o corpo os experimenta, sofre os impactos da sua regência, assim como os produz. Há um **imbricamento entre tempo, espaço e o corpo** sujeito a seu ordenamento que ultrapassa o controle do movimento;
- (ii) A partir da ordenação têmico-espacial as organizações perpetuam a separação histórica entre matéria/físico/realidade e alma/mente/ideia e negam a **integralidade do corpo** (subjetividade em carne), anulam o que nele não atende aos critérios de eficiência e utilidade;
- (iii) Na passagem do orgânico à organização, da atividade à tarefa, ao procedimento, opera-se uma das formas de produção da **normalização do artifício**, uma naturalização da técnica; e, conseqüente, desnaturalização do natural/humano, que chega à **patologização do sensível**;
- (iv) A desqualificação de tempos não produtivos e espaços não funcionais, recusam a experimentação do sentido (do sensível) e, conseqüentemente a produção de sentido (de significação) dela decorrente. Essa restrição da **experiência**, afasta o homem do mundo da vida, e opera uma representação reduzida do “real”.

Consideramos o vínculo relacional (não necessariamente causal) entre as premissas e destas ao núcleo analítico corpo-tempo-espaço, sob enfoque fenomenológico. Acreditamos, ademais, no poder de exploração e discussão das mesmas a partir do estudo do fenômeno em formas contrapostas organizadas do nascer humano: hospitalar-cirúrgico e domiciliar-natural, ambos eletivos (realizados/vivenciados por livre escolha das parturientes). E, compreendemos, no entanto, o não esgotamento das discussões subjacentes às premissas pelo desenho argumentativo e metodológico que elaboramos nesta pesquisa.

## 5.1. TEMPO E ESPAÇO COMO FENÔMENOS CORPÓREOS

Não estou no espaço e no tempo, não penso o espaço e o tempo, meu corpo aplica-se a eles e os abarca. **A amplitude dessa apreensão mede a amplitude da minha existência** (MERLEAU-PONTY, 2017, p.194-195).

Tempo e espaço são dimensões fundantes do organizar. Não obstante, são pouco tratados nos estudos organizacionais e, mesmo nas abordagens críticas, permanecem ordinariamente concebidos e aceitos em unidades objetivistas, como demarcações externas passíveis de regência administrativa. São tomados por condições concretas destacadas entre si e destacadas do corpo. A relação corpo-tempo-espaço é, no entanto, como defendemos, pré-objetiva e inextricável. Dão-se como fenômeno, existem tão só na experiência do ser-no-mundo. Trata-se, em síntese, deste pensamento a **primeira premissa a compor nossa tese**.

É o corpo o ancoradouro no mundo que faz emergir a estrutura espaço-temporal da experiência perceptiva (SANTAELLA, 2012, p. 22; MERLEAU-PONTY, 2017, p. 200). Tempo e espaço realizam-se nele: “Não há espaço ou tempo sem corpo” (MERLEAU-PONTY, 2017, p.149). O corpo não está no tempo e espaço, ele os é. A espacialidade e a temporalidade são desdobramentos do ser, são a maneira pela qual o corpo se realiza no mundo (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 205-206). “A própria sensibilidade se estrutura no espaço e no tempo” (SANTOS, 2009, p. 80).

O **espaço e o tempo** constituem dimensões fundamentais de toda a atividade humana. Cada ser humano se enraíza simultaneamente em ambos. As **organizações** e as sociedades, igualmente. Ainda que essas dimensões continuem a ser tratadas, **em gestão, à luz dos aspectos da funcionalidade e da economia**, a observação cotidiana das pessoas em situação concreta de trabalho nos mostra o quanto são ricas em **significações** (CHANLAT, 2011, 122).

O espaço e o tempo, antes de uma relação entre objetos, fundam-se em nossas relações com as coisas (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 385). Não são objetos do saber, mas dimensões do ser que os constitui quando os vive, os apreende em contato (sem distância interposta), os experiencia originariamente. São nosso campo de presença e sentido (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 557). “É pela temporalidade e pela espacialidade que pode haver ipseidade, sentido e razão” (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 571). O tempo e o espaço são o fundamento e a medida de nossa espontaneidade, a potência de ir além e de “niilizar” que nos habita (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 573).

Se “o tempo e o espaço são nossa relação com o mundo” (SANTAELLA, 2012, p. 39), não o deixam de ser na perspectiva organizacional. Mas à medida que passam a representar na métrica a funcionalidade e a eficiência fazem exatamente destes critérios os mediadores, os reguladores, da nossa relação com o mundo.

Ao incorporar o corpo vivo em um sistema causal determinado, a fisiologia mecanicista, típica do modelo organizacional capitalista contemporâneo, converte-o em um padrão de estímulo-resposta submetido a condições espaço-temporais convencionadas, para suportar este sistema. O princípio supremo da economia transforma espaço e tempo de instituições do corpo à relações abstratas que o regulam estreitamente (SPENGLER, 1998). Mas, embora este **sistema organizado de tempos e espaços** tenda a reproduzir-se e incorporar-se e perpetuar-se inadvertidamente no cotidiano humano como normalidade, alguns relatos indicam a possibilidade de consciência dessa condição e resistência a ela:

*Fui jogada no **macabro sistema** de retirada de bebês para que eu fosse engolida por ele (1.1.23). Eu tentei de todo jeito driblar **o sistema**. Não deu (3.3.02). Nós vencemos a **intransigência do sistema** (2.1.38).*

Como intencionalidade encarnada, o corpo habita (MERLEAU-PONTY, 2018): Atado a um mundo, ele não está no espaço, mas o é. Espaço implica, então, adesão/posse do mundo, certo **poder de meu corpo sobre o mundo** (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 336). “Quando o reflito de forma geométrica passo do **espaço especializado ao espaço espacializante**” (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 328), concebido no sistema organizativo, que “canibaliza o espaço íntimo”, privado (ARENTD, 1993), e impõe o **distanciamento afetivo** além do perceptivo (BATISTA; CODO, 2002, p. 414).

*São as desvantagens de um **hospital: sai o clima familiar e entra o clima "institucional"** (2.1.14). Você é cortada e manipulada por **pessoas estranhas num momento dos mais íntimos** (3.3.2). Sim, havia realmente **uma plateia. E zero apoio emocional** (2.1.58). (2.1.57). (2.1.11).*

Havia, antes da tomada do parto por sistemas organizados, certo isolamento para dar a luz, a **privacidade** era vista como uma necessidade das mulheres em trabalho de parto. Quando alguém se sente observado o neocortex ocupa-se e dificulta o atingimento do estado alterado de consciência adequado ao parto natural (ODENT, 2003). O ambiente hospitalar (não-íntimo, não-privado, artificial, iluminado, ruidoso) produz um “efeito complicador” sobre o desenrolar do processo íntimo e fisiológico (JONES, 2008, p. 186).

*Sentia as contrações naquele momento como que querendo impedir meu corpo de se movimentar rumo a parir longe do meu ninho, longe de minha cama, longe de minha casa [...]. (2.1.11).*

O espaço não é, tão só o ambiente real ou lógico em que as coisas se dispõem, mas o lugar fenomenal, meio pela qual a posição das coisas se torna possível (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 328) e **permite-nos compreender, em experiência, o limite de nossa contingência** (SANTAELLA, 2012, p. 31).

A descrição dos ambientes de partos trazem nos relatos correlações intertextuais que demonstram não apenas **sinestesia** sensível entre fatores concretos como a cor das paredes, mas seu impacto mais amplo na representação desta experiência. O *hospital, o bloco cirúrgico, o centro obstétrico*, são caracterizados sensivelmente pela **frieza, dureza e brutalidade** não apenas da *iluminação, das macas, das paredes, dos equipamentos, dos sons de monitoramento, mas das relações* interpessoais nele estabelecidas (1.1.1; 1.1.07; 1.1.09; 1.1.10; 1.1.23; 2.1.05; 2.1.09; 2.1.11; 2.1.17; 2.1.28; 2.1.44; 2.1.57). Um cenário típico organizacional, que para a produção de bens, por exemplo, não causaria desconforto ou estranhamento, mas:

*Aquela luz doía (1.1.23); Recepção fria e tensa (2.1.05). É impessoal, frio, triste (1.1.03). É brutal (2.1.09). Clara, fria, técnica [...] (1.1.10). Sem conforto nem aconchego (2.1.57). Aquele ambiente me congelava! (1.1.22). Aquela sala fria me fazia mal (1.1.09). Duro, horrível! (1.1.07).*

Outros relatos descrevem **no calor e na suavidade, o acolhimento/aconchego; o trato, a iluminação, o som** que compõe um cenário *íntimo, privativo, familiar* (2.1.17; 2.1.21; 2.1.22; 2.1.37; 2.1.38; 2.1.46; 2.1.49; 2.1.05; 2.1.53; 3.1.04; 3.1.05; 3.1.06; 3.1.13; 3.1.17; 3.1.18; 3.2.02; 3.2.04; 3.2.06; 3.2.08; 3.3.01; 3.3.03; 3.3.07; 3.3.13; 3.1.14):

*Foi natural e morno. Sem frio, sem fios e sem holofotes (3.1.16). Sem nenhuma semelhança com ambiente hospitalar. (3.2.04). Não me senti inibida, pois estava no aconchego do meu lar, com pessoas queridas a minha volta. (3.3.03). Foi graças a esse ambiente acolhedor e respeitoso que pudemos aguardar seu tempo certo (3.2.02). O ambiente imensamente acolhedor e tranquilo [...] isto se reflete na forma como você se sente (3.2.06).*

A percepção é **sinestésica, intercomunicante** (MERLEAU-PONTY, 2017): Percebemos nos relatos as qualidades sensíveis se oferecerem em simbiose – operação concordante de todos os sentidos – (como o calor, a suavidade, a iluminação baixa e o aconchego; ou, o frio, a dureza, a luz branca e a impessoalidade: associados) relativa à maneira

que o exterior invade estas mulheres e à maneira que elas o acolhem. A síntese do espaço percebido precede, pois, o ato intelectual; o antecipa e constitui ao ser vivido: “os sentidos traduzem-se uns nos outros sem precisar de um intérprete, compreendem-se uns aos outros sem precisar passar pela ideia” (MERLEAU-PONTY, 2017, p.315).

“A existência é espacial [...] a experiência nos mostra que ser é sinônimo de ser situado”: A concepção fenomenológica do espaço evita a dualidade excludente entre perceber as coisas no espaço ou pensar o espaço como sistema indivisível, **afasta-se da gnosiologia** (teoria do conhecimento humano) que opõe objeto e sujeito puros e investiga a intimidade recíproca, anterior às designações abstratas, entre o sujeito e seu mundo (MERLEAU-PONTY, 1962, p.252).

*Eu, temente à dor, ansiosa, **racional**, nascida de cesariana, numa família de bebês nascidos assim, **era ali, presença, espera sem pressas, [...] era o natural que as teorias não iriam suplantar (3.1.10).***

A **espacialidade não se divorcia das coisas percebidas**, é constitutiva do corpo fenomênico: é o modo mesmo com que o corpo emerge como corpo (SANTAELLA, 2012, p. 25). A percepção do espaço e da coisa/objeto, neste sentido, não constituem problemas distintos; as determinações espaciais são a essência do objeto e é a experiência do corpo próprio (*leib*)<sup>62</sup> que enraíza o espaço na existência (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 205-206).

A fenomenologia reencontra na *percepção do espaço* – na **profundidade e no movimento** – o ser na experiência, como habitante carnal em contexto concreto, portanto, com um ponto de vista situado/limitado (MERLEAU-PONTY, 2011). Essa concepção de espacialidade, como **situação**<sup>63</sup> **originária da existência**, distingue-se do espaço cartesiano lógico ou físico: como ambiente objetivo, geométrico, formado fora do corpo e *a priori* em um sistema inteligível de repartições, com dimensões substituíveis (MERLEAU-PONTY, 2011).

**Toda a sensação é espacial**, enquanto contato primordial com o ser – enquanto retomada, pelo sujeito que sente, de uma forma de existência indicada pelo sensível, enquanto coexistência entre aquele que sente e o sensível – ela própria é constitutiva de um meio de

<sup>62</sup> O **corpo próprio ou fenomenal** contrapõe-se ao **corpo como objeto-máquina** (*Körper*): instrumento articulado de “músculos e ossos, aparelho para flexões e extensões” (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 153).

<sup>63</sup> Merleau-Ponty (2017) opõe: “**espacialidade de posição**”, exteroceptiva, opticamente condicionada, homogênea, orientada e inteligível, em que o corpo “encolhe-se sobre si” para atingir meta ou tarefa; à “**espacialidade de situação**”, corporal, proprioceptiva, heterogênea, sede do fenômeno da expressão e de ancoragem do corpo ativo no mundo.

experiência, quer dizer, de um espaço (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 298). “**A experiência da espacialidade reporta nossa fixação no mundo**” (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 380).

O corpo fenomênico percebe, investiga, a espacialidade na experiência: A imagem corporal reflete a totalidade de impressões indicativas de localização dos estímulos e posições em todos os instantes. A **espacialidade corporal, revelada na motricidade**, é eminentemente dinâmica e **condição mesma para a emergência de um mundo significativo** (SANTAELLA, 2012, p. 24).

A percepção do espaço “exprime sempre a vida total do sujeito, a energia com a qual ele tende para o futuro através de seu corpo e de seu mundo” (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 380). **Em cada movimento de fixação no espaço**, meu corpo ata em conjunto um presente, um passado, um futuro, **ele secreta o tempo**, ou antes torna-se este lugar em que **os acontecimentos recebem uma orientação histórica**, não apenas como consciência de uma sucessão, mas como campo de presença: meu corpo em posse do tempo, faz um passado e um futuro existirem para um presente; “**ele faz o tempo em lugar de padecê-lo**” (Merleau-Ponty, 2017, p. 322, p. 357).

A “feitura” do tempo significativo, como espaço de presença, revelado na motricidade, pode representar o “não tempo” em termo estrito-contemporâneo. “Perder tempo, perder-se no tempo, perder a noção do tempo, **não ter ideia do tempo**” (conforme verificamos nos relatos: 2.1.02; 2.1.03; 2.1.04; 2.1.05; 2.1.09; 2.1.12; 2.1.13; 2.1.14; 2.1.18; 2.1.20; 2.1.21; 2.1.22; 2.1.23; 2.1.24; 2.1.37; 2.1.30; 3.3.01; 3.3.02; 3.3.03; 3.3.08; 3.3.09; 3.1.10; 3.3.11; 3.3.14; 3.3.20; 3.3.21; 3.2.03; 3.2.08; 3.2.09; 3.1.04; 3.1.10; 3.1.13; 3.1.15) é desprender-se do conceito de tempo de relógio, do controle cronológico, e entregar-se à experiência do tempo em **duração, em profundidade e movimento**.

**O tempo não é observável ou concebível**; nem uma sequência de eventos externos ou estados internos: **é o processo de viver**: uma cadeia interconectada de campos de presença abertos ao outro (SANTAELLA, 2012). O tempo não é um processo de sucessão efetiva que poderíamos limitar-nos a registrar; como faz supor a *doxa* do *chronos* que crê num tempo ordenado, linear e segmentado em três termos (passado, presente e futuro) descontínuos, divergentes e evolutivos. A metáfora do riacho, que o coloca como substância fluente, embora conserve-se, portanto, não se aplica<sup>64</sup>. O tempo corre, voa, demora, alonga-se, dura, pára; e, então fica infindo, eterno (em historicidade, em significação):

---

<sup>64</sup> Merleau-Ponty (2011) critica a metáfora de Heráclito pela qual o tempo seria um rio escoando a consequência direta sucessivamente do passado em direção ao presente e ao futuro. A metáfora do rio pressupõe o olhar de uma testemunha humana que já se temporaliza para unificar e compreender o espetáculo. Citando Husserl, o autor

*Foi rápido demais (3.3.03; 3.3.07) Voou (3.3.10). A noite foi longa (3.3.01). Durou muito (2.1.12). [...] e aí tudo parou, mesmo. [...] parou (3.3.01). Tudo parou. (2.1.24; 3.3.02). Uma pausa no universo e um corpo escorregando de dentro do meu (3.1.16). Não lembro bem, mas eu estava no infinito do tempo, no fim de um tempo pra início do outro (3.1.10). Pareceu eterno (2.1.02; 2.1.23; 3.1.15).*

**O tempo não escoá, permanece.** Na análise fenomenológica do tempo o fluxo evolutivo causal desaparece e as relações se invertem: o porvir não é preparado atrás do observador de um curso, ele premedita-se a ele, “como tempestade no horizonte”. **Porvir e o passado** estão presencialmente no mundo em uma espécie de preexistência e sobrevivência eternas, não nos são dados como três dados discretos, em linha subsequente, mas configuram uma rede coexistente de intencionalidades (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 551). O tempo “é a síntese da transição, o movimento de uma vida situada e envolvida que se desdobra” (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 567). A passagem do tempo em transição volta seu olhar para a janela, a abre e abre-se ao movimento do mundo natural em que está envolvido/situado:

*Vi o dia amanhecer e agora anoitecer e eu aqui. (3.3.4). O sol já estava forte. (2.1.54). Já era manhã. O sol entrava direto no meu quarto (3.3.02). Só sabia que ainda estava de dia (3.3.09). Só me lembro de ter olhado pela janela e ver os primeiros raios de luz (3.2.09).*

**O tempo fenomenológico**, como fluxo do vivido, embora percebido na imanência do curso da consciência, está longe de se constituir no imediato (MERLEAU-PONTY, 2011). O corpo-consciência não está encerrado no presente. **A temporalidade é tanto histórica quanto natural/originária.** Histórica por estar, em Merleau-Ponty (2011), para a percepção, assim como para o pensamento, em horizonte de passado e também de futuro; e, natural por ser campo da presença: dimensão indivisa do mundo e do sujeito. A verdade perceptiva está na presença real e indivisível do fenômeno/coisa/objeto, no acesso direto ao sensível, na experimentação sem mediação do signo ao significado (*sens*), não está em produtos de decifração decomposta, inferência ou construção abstrata: “O objeto percebido é por definição **presente e vivo**” (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 50).

---

argumenta que o tempo supõe uma visão sobre o tempo a partir do ser-no-mundo, portanto, pré-objetiva, que se dá em um campo de presença.

*Quando entramos na quadragésima primeira semana a espera tornou-se parte de mim, pois percebi que eu deveria estar ali, somente estar ali e viver o que era pra ser vivido, sem tempo e nem espaço (2.1.24).*

Merleau- Ponty (2011) inspira-se nas análises de Heidegger (2017) em *Ser e Tempo*: em que “**o sentido do Dasein (do estar-aí) é a temporalidade**”. O tempo depende da estreita relação que estabelecemos com (como experimentamos) o mundo. A própria noção de **acontecimento tem por premissa uma subjetividade**, supõe “alguém” que o perceba, não tem lugar, pois, no mundo objetivo. “Não existe o homem em si, [...] mas apenas o homem situado: de uma época e localidade de um dado mundo” (SPENGLER, 1941, p. 32-33).

Para Heidegger (2017) é preciso inverter a abordagem tradicional do tempo que o considera como um fenômeno adjunto à experiência do ser como presença (*vorhandenheit*). Heidegger (2017) deixa de pensar o tempo a partir do ser e passa a pensar o ser a partir do tempo: **o ser é temporal**. É a remissão do tempo a uma subjetividade que importa também à Merleau-Ponty (2011). **O sujeito é temporal** não por acaso da constituição humana, mas pela dialética interna da intersecção de suas dimensões: seu **sentido faz-se na temporalidade**.

A experiência patológica do membro fantasma explorada por Merleau-Ponty (2017) ilustra a constituição do corpo como uma estrutura temporal: a negação da mutilação numa espécie de sedimentação (ou de apresentação no presente) da experiência vivida aclara a **temporalidade no corpo** (MOURA, 2009, p. 118).

A análise fenomenológica do tempo exige, portanto, a negação total ao tempo objetivo: de relógio, vulgar, impositivo, determinado, métrico/cronometrado, registrável – que compreende o mundo como somatória de fatos e o tempo como somatória de instantes, uma sequencial de agoras discriminados, de pontos de abstração matemática em um gráfico fora do mundo. A **‘plenitude’ do tempo objetivo não permite que haja temporalidade (*zeitlichkeit*)**: historicidade e originalidade – condições essenciais do *dasein*. O universo dominável pelo geômetra, pela cronologia, é uma totalidade acabada e explícita que amputa a significatibilidade na ‘ocultação radical (não acidental) da subjetividade e, conseqüentemente, do mundo – essencialmente inacabado, múltiplo, aberto e indefinido (HUSSERL, 2006; MERLEAU-PONTY, 2011; HEIDEGGER, 2017).

*O tempo é mesmo um conceito subjetivo (2.1.05). Simplesmente não consigo pôr uma ordem cronológica (2.1.22). Perdi a cronologia dos acontecimentos (3.3.02). Não consigo precisar o tempo, pra mim tudo se passava numa dimensão em que os minutos marcados pelo relógio não têm vez (2.1.12).*

*Eu tentava marcar os minutos, mas não dava! Os relógios não me pertenciam, não havia regularidade nas horas (3.1.10).*

Objetivante, a **forma organizacional** racional-instrumental, tecnicista, transforma nossa concepção de tempo em cronograma e de **mundo em universo**: a quantifica, regula, ordena, uniformiza e disciplina nossos corpos (BATISTA; CODO, 2002, p. 403). A organização capitalista exige a sincronização universal da atividade humana, numa sucessão de movimentos rotineiros, mecanizados e atrelados a uma arbitrariedade confundida com natureza (BATISTA; CODO, 2002, p. 401).

Na gênese das técnicas modernas está o relógio, que segue determinando, não apenas a validação das demais tecnologias, mas a forma de vida (MUMFORD, 2018, p.14). O movimento tornou-se paradigmático e mecânico: engrenagens movem-se precisa, planejada e harmoniosamente. “O tempo passa a uma espécie de métrica destinada à por ordem nos gestos dos homens. [...] Essa ordem e hierarquia traduz em parte a moral da sociedade. Da higiene do corpo à leitura do jornal, tudo deve acontecer segundo a tirania das agulhas do relógio”. **O relógio**<sup>65</sup>, afirma Lewis Mumford (2018), foi o marco e permanece o símbolo preciso, ubíquo e supremo da máquina: “a metáfora tornou-se uma metafísica” (WHITE JR, 1971, p. 125).

*Coloquei o relógio de parede da cozinha no quarto e fiquei monitorando os intervalos e o tempo de duração delas. [...] Não achei meu relógio de pulso, precisava de um relógio com ponteiros, mas não achava. [...] **Aí enfiei a mão no relógio de parede da cozinha e coloquei na bolsa (1.1.1). Achei que o Dr. Victor demorou no procedimento [...]. Quería um relógio! Da próxima vez vou parir de relógio no braço (2.1.25).***

“Fundamento da existência e do senso humano de finitude”, o tempo passou, assim, a ser caracterizado por uma estrutura sistemática de ocupação produtiva e “deixou de pertencer-nos” (HEIDEGGER, 2017, p.468). Perdemos a forma intuitiva de acesso direto, mesmo que inefável, ao tempo, quando enquadramo-nos em ponteiros.

*A médica/o achava mais **prudente/melhor/fácil/seguro/simples marcar previamente uma hora/data (1.1.01; 1.1.02; 1.1.12; 1.1.17; 1.1.25; 2.1.02; 2.1.03; 2.1.06; 2.1.07; 2.1.12; 2.1.17; 2.1.28; 2.1.29; 3.3.02; 3.3.18).** Essa*

---

<sup>65</sup> White Jr (1971, p. 171) nota que o relógio foi assimilado de maneira bastante diferente na práxis cultural no Ocidente Latino em comparação com o Oriente Bizantino: “[...] relógios nunca foram permitidos juntos a ou em igrejas orientais; coloca-los lá seria o mesmo que contaminar a eternidade com o tempo. No entanto, tão cedo quanto os relógios mecânicos foram inventados no Ocidente, eles rapidamente se difundiram não apenas para as torres das igrejas latinas, mas também para os seus interiores”.

*coisa de parto natural não é normal pras pessoas acostumadas à agendas e hora marcadas (3.1.10).*

O agendamento favorece o gerenciamento “logístico” do parto, permite a organização eficiente do tempo (CHACHAN, 2006, NAKANO; BONAN; TEIXEIRA, 2015, p.885). No domínio das organizações o tempo tem sido tratado como variável quantitativa, um recurso a ser utilizado, economizado, desperdiçado, segundo os imperativos da organização produtiva – pelos quais horários de trabalho são fixados e cadências de produção são padronizadas. O “tempo de relógio” tornou-se instrumento ordenador de controle da performance (CHANLAT, 2011, p.123), nele, no entanto, o ser deixa de compreender-se temporal e “**o tempo deixa de ser espaço**” (IHDE, 2017, p.94). Rompe-se, nele, o elo corpo-tempo-espaço que configura o ser-no-mundo.

Batista e Codo (2002) dizem que o tempo arrasta consigo a noção de espaço; Chanlat (2011, p. 123) diz que “se o espaço constitui um dos elementos do enquadre da ação humana, ele é indissociável do tempo”; Seel (2007, p.157) diz que “espaço é tempo”: as relações espaciais são traduzidas por relações temporais experimentadas em sentido literal<sup>66</sup>.

Restritivamente concebidos (também nos estudos organizacionais, como discutimos no segundo capítulo) tempo e o espaço permanecem convenções/construções **mutuamente isoladas e desvinculadas do sensível**, objetivas, externas ao corpo, constituídas e unicamente justificadas na ortodoxia inelutável da razão instrumental como medidas primeiras de atendimento à supremacia capital da eficiência e da utilidade. Produtivamente esquecidos como fenômenos inerentes à existência, como grandezas resultantes da experiência que são, o tempo e o espaço passam de condição (qualitativa) do ser-no-mundo ao seu oposto de condicionantes (quantitativos) prévios (ou, passíveis de planejamento) do ser-no-mundo, da forma de vida humana sob regime empresarial/capitalista. Instrumentos fundamentais da gestão do homem, tempos e espaços organizacionais ordenam invariavelmente o corpo/recurso e restringem a experimentação do sensível, **condicionam o exercício da existência ao funcional e economicamente produtivo**, enquadram-na na agenda de seus preceitos.

*Foi melhor pra médica que saiu do hospital a tempo de atender no consultório. Foi melhor para o hospital, que sabia que teria a sala livre logo para o próximo procedimento (3.3.02). Eu estava em uma maternidade particular, considerada a maior e melhor do Rio de Janeiro e não havia mais ninguém. Ninguém marca cesárea em um domingo (1.1.01). Não tinha vaga*

---

<sup>66</sup> Não nos atrelamos à causalidade ou hierarquia na relação tempo-espacial (ou espaço-temporal), mas em sua inextricabilidade.

*em nenhuma maternidade do Rio. Antecedia um feriado prolongado. Todas cesáreas eletivas marcadas para aquele dia (2.1.17). Nos explicou que estava saindo de férias na próxima semana, então nos orientou a induzir o parto em 3 dias (2.1.03). Nenhum médico estava disposto a atender na noite de natal ou na virada de ano (2.1.28). O hospital lotado, afinal era uma sexta-feira, dia nacional da cesárea (2.1.02).*

O tempo organizacional, “vivido no trabalho”, não é dissociável da maneira como se constrói pessoal e socialmente a temporalidade (CHANLAT, 2011, p.123). Estabelecem-se pontes reais e imaginárias entre o movimento do trabalho e o movimento da vida, e cada passo conduz a um degrau no espaço vertical deste **tempo “organizado”**. O depois sempre conhecido, preparado, controlado impede a experiência de insegurança, de ruptura, de caos (BATISTA; CODO, 2002, p. 404; JONES, 2008, p. 121). Nas palavras de Merleau-Ponty (2017, p.124): “minha vida passa a comportar ritmos que não têm sua razão naquilo que escolho ser, mas sua condição no meio banal que me circunda”.

A obsessão temporal, a urgência, a aceleração, o imediatismo, a velocidade crescente, impressa pela técnica a todos os processos que envolvem o homem (CHANLAT, 2011), torna o mundo “um meio no qual a espera torna-se insuportável” (RÜDIGER, 2014, p. 50). Não só os processos, mas os homens passam, então, a ser medidos por parâmetros temporais da economia que rege “um cotidiano cada vez mais frenético” (BATISTA; CODO, 2002, p. 403).

*O médico já tinha falado que **não iria esperar** porque achava perigoso. Eu também **não queria esperar**, estava demorando (2.1.50). **Não queriam mais esperar, resolveram “acelerar” o trabalho de parto** com indução de ocitocina (2.1.48). **Se ela não chegasse rápido, eu ia fazer uma cesárea (1.1.01). Concordei com a episiotomia. Nessas horas qualquer coisa que faça acelerar parece boa (3.3.15).***

“O tempo como urgência, torna espaços sem alma e destrói a história” (CHANLAT, 2011 p.123). “Quando o tempo é instantaneidade e simultaneidade, quando interessam apenas a mobilidade e o imediato”, a história desaparece e **a demora, o repouso, a contemplação e a espera são intolerados** (HEIDEGGER, 1999, p. 85). Desqualificados como inúteis, ineficientes e improdutivos, não fazem sentido perante à lógica organizacional. São, portanto, anormais, da perspectiva “funcional” do sistema. São hoje uma anátema, representam um suposto estado de imbecilidade (BATISTA; CODO, 2002; KÖHLER, 2018).

*Ouvi dela que eu tinha que deixar de ser tão natureza e que **não havia sentido em esperar** (2.1.29). Todo mundo me perguntava **quando ia nascer, e porque esperar** desse jeito. (2.1.16). Ele me disse que era muito **arriscado esperar***

(1.1.02). No elevador, mais duas enfermeiras: “Por que? Tem certeza? **É um sofrimento que leva horas**” (2.1.28). **Porque alguém simplesmente opta por passar por tudo isso?** (2.1.05). **Por que esperar? Por que vocês gostam tanto de complicar?** (2.1.16). **Pra quê sofrer tanto se pode resolver em uma hora?** (2.1.02).

Esperar é arriscado/perigoso/amedronta (1.1.02; 2.1.05; 2.1.11; 2.1.13; 2.1.50; 3.3.07): o ser humano procura segurança, no controle do tempo, intervindo no processo natural. A grande maioria das **intervenções técnicas** narradas nos relatos – como a indução por ocitocina; rompimento artificial da bolsa e a episiotomia (1.1.01; 1.1.27; 2.1.01; 2.1.03; 2.1.08; 2.1.09; 2.1.11; 2.1.15; 2.1.25; 2.1.29; 2.1.30; 2.1.32; 2.1.34; 2.1.45; 2.1.46; 2.1.48; 2.1.50; 2.1.54; 3.1.08; 3.2.02; 3.2.05; 3.3.15) - evidenciam essa intolerância e **visam a aceleração do processo natural de nascimento**<sup>67</sup>.

Quando “tudo nos é imediatamente dado”, **sob mediação** técnica-organizacional, perdemos a compreensão da possibilidade inscrita na ação humana, transformando seu sentido (CHAUÍ, 2010, p.32/33). Embora tudo tenda ao instantâneo: pronto, sem espera e sem esforço; nada mais tende a ser **de fato “imediató”** no sentido literal de não intercedido. Todo o contato com o mundo é mediado, intervenido e convertido em produto/serviço, paradoxalmente, em nome da emancipação do homem dos processos da sua própria natureza, de seu corpo.

Pudemos encontrar nos relatos das mulheres parturientes que buscam, por diferentes vias, a não intervenção do nascimento natural, uma **resistência à urgência** do modelo organizacional hospitalar e a consciência das perdas sensíveis/significantes na antecipação ou corte deste processo por procedimentos:

*Não queria que fosse tirada de dentro de mim no momento que os médicos achassem mais conveniente (2.1.38). Queria muito que ela viesse no seu momento, sem procedimentos para acelerar sua chegada (3.1.13) Ela viria na hora dela, sem pressa, com o menor número de intervenções possíveis (2.1.51). Não aceitava que por imediatismo pudessem simplesmente arrancá-lo de mim, tirando-me o direito de recebê-lo da forma mais natural possível (3.2.4). Meu filho nasceu num parto totalmente tranquilo, humanizado, sem ninguém ficar me pressionando pra parir logo! (3.1.9). Gostaria que toda mulher pudesse ter a coragem de deixar de lado a lei do mais fácil e do mais rápido que imperam em nossa sociedade e aceitasse mergulhar nesta linda e inesquecível aventura do parto normal (2.1.29). Eu desacelerei! O nascimento me ensinou a desacelerar! O mundo vai depressa demais, você*

<sup>67</sup> A **aceleração** é um princípios do que defendemos como “normalização da técnica e patologização do sensível” – **terceira premissa desta tese** – o que Spengler (1941) trata como “técnica como tática de vida” (p. 13) e Heidegger (1999) denomina “armação” (*Get-Stell*) – sessão 4.3 deste documento.

*não tinha pressa nenhuma! Naquele momento o tempo não me pertencia (3.1.10).*

Se somos seres temporais, se somos seres espaciais, como afirma Merleau-Ponty (2017), o que nos ocorre aos sentidos da existência, então, na alteração, no afastamento ou dissolução dessas grandezas? A o que não nos é dado a possibilidade de viver? Ainda em 1948 o autor deflagrava a perda da “qualidade”<sup>68</sup> de vida do homem na falta de apreensão da sua própria existência no prejuízo da própria experiência ao **distanciar-se de “seus” tempos e espaços**.

Chauí (2010) argumenta que, com a desaparecimento das unidades sensíveis do espaço e do tempo vividos estamos susceptíveis a uma vivência “acrônica” e “atópica”, resultante da compressão espaço-temporal. O espaço é indiferenciado (plano e cheio de imagens fugazes) e o tempo efêmero, desprovido de profundidade<sup>69</sup>. Na ausência de sentido espaço-temporal, estamos, segundo a autora, impossibilitados de diferenciar aparência e sentido, virtual e real.

“Tempo sem experiência” é o conceito a que Olgária Matos (2008) recorre. Segundo a autora a experiência (“ex” – fora, sair; “periência” – perímetro) é abolida quando todo o viver fora do sistema produtivo é desqualificado, quando todo o tempo de contato consigo ou tecido coletivamente deixa de justificar-se e passa a representar atraso rudimentar, contramão do progresso. No contexto ocidental contemporâneo o parto natural fora do espaço organizacional representa atraso, ignorância e risco (ODENT, 2003): um **retrato do primitivo** – imprevisível, incontrolável, precário, arriscado, sujo, doloroso, traumático e esteticamente lesivo (CHACHAN, 2006, NAKANO; BONAN; TEIXEIRA, 2015).

*Eu fui bombardeada com milhões de perguntas, o parto domiciliar é uma prática abolida há décadas (3.3.6). Passamos por outra obstetra que criticava o parto natural, dizendo que era coisa da época das cavernas (3.1.17).*

Há, pois, uma escala hierárquica/evolutiva/progressiva, inquestionável a partir da razão moderna, que atribui superioridade à gestão (médica) em relação à fisiologia (BÉHAGUE, 2002; McCALLUM, 2005; CARDOSO; BARBOSA, 2012, NAKANO; BONAN; TEIXEIRA, 2015). A ideia de evolução, de progresso e, portanto, de direção (ou poder-se-ia dizer, de direcionamento, do afunilamento em seta da existência) está, essencial e

<sup>68</sup> Não no sentido atual de apropriação do termo que mais refere-se a conforto, mas referindo-se à radicalidade da substância, em profundidade.

<sup>69</sup> Chauí se apóia, neste ponto, nas análises de David Harvey (Condição Pós-Moderna, 2013) e de Paul Virilio (O Espaço Crítico, 1993).

obsessivamente atrelada ao **controle do tempo e do espaço** (BATISTA; CODO, 2002). O **controle organizacional** dos processos humanos transforma a privatização/terceirização da existência em elogio à civilidade (MATOS, 2008; CHAUI, 2010): “perder o controle” (1.1.33; 2.1.05; 2.1.07; 2.1.13; 2.1.24; 2.1.29; 2.1.37; 2.1.53; 3.1.10; 3.2.03; 3.3.07), mais que improdutivo, é, então, “primitivo”.

*O controle se foi! Deu medo. Acabou a direção dos meus sentidos e eu já não conseguia mais falar uma frase sequer (2.1.05). Me incomodava não saber bem o que estava acontecendo, e estava tão assustada e estava sendo difícil retomar o controle (2.1.13). Eu tentava não mergulhar no descontrole (3.3.07).*

Matos (2008) descreve o cotidiano humano capitalista contemporâneo como ocupação planejada e intermitente de execuções de tarefas operacionais, um listar perpétuo de atividades não qualitativas cujo sentido nos escapa: um estar-no-mundo sem presença, carente de experimentação, e, portanto, de memória. **A hegemonia dessa heteronomia funcional estreita nossa condição no mundo** (MATOS, 2008). Quando passa-se da atividade à tarefa delineada em tempo e espaço “dá-se o passo decisivo **da existência orgânica para a existência organizada**” (SPENGLER, 1941, p. 95).

O tempo atomizado da práxis produtiva enfatiza o uso do tempo e refina a medição não apenas em unidades menores em crescente importância (IHDE, 2017, p.94) medidas por desempenho (STYHRE, 2004). Este “refinamento” instituiu a **ansiedade da pressa**: a obsessão desesperada pelo uso produtivo do tempo e do espaço promove seres ansiosos, angustiosos, impulsivos e impacientes (BATISTA; CODO, 2002; KÖHLER, 2018): *Saber o dia e a hora do parto era prever que aquilo tudo cessaria e tinha dia certo. Acabaria a ansiedade, o peso da barriga. Acabaria a angústia (1.1.02).*

O padecer precede a cura como a gestação precede a criatura. O corpo tem seus tempos, como “o da sementeira à colheita”, como a maturação do fruto (BATISTA; CODO, 2002, p. 402; KÖHLER, 2018): *O tampão que havia saído de mim, como um aviso do meu corpo, do meu filho pronto, como fruta madura pronta para cair de seu galho (2.1.11).*

O respeito à passagem entre o mundo interno e o externo implica em tempo e sensibilidade: lentidão, espera, demora, contemplação e contato (LEBOYER, 2017, p. 69). Os **processos perceptivos e afetivos conservam a lentidão** que permite a construção de vínculos e significações (BATISTA; CODO, 2002, p. 402; MERLEAU-PONTY, 2017; KÖHLER, 2018).

*Com o plano de parto pronto [...] e vem o parto e seus imprevisíveis. Tudo radicalmente diferente do planejado [...]. Aprendemos o quanto a vida, a experiência em si, é ingovernável. Nenhum controle temos (2.1.53). O parto me ensinou a lidar com o inesperado, aceitar perder o controle, ouvir meu próprio corpo, descobrir em mim um lado intuitivo (2.1.29). Com o passar dos dias, das horas, percebi que as escolhas e as sensações, não dependiam mais de mim, o controle das coisas, que achei que um dia tivesse, tinha se perdido, e de fato tinha... no momento de espera do meu filho, comecei a descobrir que ser mãe, parir e viver intensamente a maternidade é perder o controle de tudo, viver o descontrole, o desconhecido, e acreditar que tudo vai dar certo, que teríamos a nossa hora e que ele chegaria quando tivesse que chegar (2.1.24).*

A negação do percebido é signo de nossa desnaturação, da nadificação do ser “livre” do mundo na representação de um objeto ausente; e, nada nos separa mais seguramente de nós do que o irrealizado, do que o não-tempo de um estado de **pseudo-presença** (MERLEAU-PONTY, 2017). **A amplidão, o prolongamento e a profundidade** estão na duração, na espera, na demora, na lentidão da carne, da contextura íntima de apreensão – que comporta o inesperado, o ingovernável, que todo ato de **presença** e criação precisa suportar para latejar de possibilidades e de sentido a existência.

## 5.2. CORPO COMO SUBJETIVIDADE EM CARNE

Vivo a unidade do sujeito: um corpo vivo, carne do mundo (Merleau-Ponty, 2017, p. 317).

A semântica “corpo” representa em discurso coloquial carapaça d’alma, matéria contraposta à mente. A ciência organizacional, corroboradamente, em todas as suas vertentes, nega (passiva e/ou ativa) o corpo em sua inteireza; e tolhe o ser-no-mundo, quando desencarna a subjetividade ao tratar do sujeito – a o que esforçamo-nos, nesta **segunda premissa da tese**, em contrapor. A **unidade dos sujeitos** é vivida em corpos próprios/fenomenais, em carnes e consciências indivisas do/no mundo (Merleau-Ponty, 2017, p. 317).

Como potência perceptiva, o corpo compõe e é composto de significações vividas. Não é mero objeto do mundo, como abordam dualistas cartesianos e materialistas tradicionais

ou eliminatórios<sup>70</sup>. Não se trata da matéria em que habita o eu (alma ou consciência) (MATTHEWS, 2010). Não nos é imposta a escolha entre, o inacabamento físico e o acabamento conceitual do mundo – pois o apreendermos em horizonte de situação – tempo e espaço vividos. A noção de percepção está diretamente relacionada ao corpo que percebe (natureza em nós) e, não obstante, corresponde a uma intenção de conhecimento (razão) (MERLEAU-PONTY, 2017).

Desde que humanidade começou a pensar, entretanto, especialmente com a origem da filosofia, a unidade do corpo, como a vivemos, foi esquecida. Passou a haver uma **divisão entre a alma (espírito, razão, representação) e o ‘corpo’ (materialidade, acontecimento, a ação, o presente, o instante)**. Em Platão o corpo representa a prisão da alma, obstáculo ao alcance da pureza e da verdade; em Descartes a alma, pensar restrito à racionalidade causal não-contraditória (desatrelada ao viver), ganha independência do corpo (físico) (MOSÉ, 2009).

A religião, a filosofia e a ciência perpetuaram historicamente o que Le Breton (2013) chama de “ódio ao corpo” (convencionado em materialidade). Desde os pré-socráticos no mundo ocidental doutrinas gnósticas radicalizaram essa aversão. Construiu-se, então, um dualismo rigoroso que opõe o homem-sujeito (mente) a seu corpo, restritiva e negativamente concebido em matéria obsoleta e falha (LE BRETON, 2013). “O esquecimento do corpo [...] assinala uma profunda ruptura na unidade do homem cuja relação com o mundo é necessariamente física e sensorial”: corpórea (LE BRETON, 2013, p. 20, 21).

**A ascética dicotomia cartesiana perpetua-se imperiosa na forma organizativa social** (DARTIGUES, 2008, MATTHEWS, 2011, HUSSERL, 2012, MERLEAU-PONTY, 2016, LYOTARD, 2017). Da origem da administração científica às formas de organizar contemporâneas, o tempo e o espaço conformam-se ao controle rígido da força braçal (materialidade) ou do capital criativo (mente), mutuamente excludentes.

Se na configuração organizacional clássica taylorista/fordista o trabalhador ideal é acéfalo, recurso material/mecânico, preferencialmente dócil, disciplinado, obediente (DE GAULEJAC, 2007; FOUCAULT, 2013), nas organizações denominadas flexíveis, pós-modernas, pós-industriais, pós-fordistas, tecnológicas, digitais (CLEGG, 1998; TENÓRIO, 1998; DELLAGNELO; MACHADO-DA-SILVA, 2000; PAES DE PAULA, 2002; ANTUNES, BRAGA, 2009), o intelecto inventivo é o requerido (ainda que não criticamente

---

<sup>70</sup> O materialismo eliminatório moderno funda-se na neurofisiologia para a explicação do comportamento humano por processos cerebrais e nervosos disparados/acionados externamente (MATTHEWS, 2010).

reflexivo)<sup>71</sup>. Se, anteriormente, o físico foi (e é – pois as formas coexistem) submetido à repetição de movimentos coreografados com exatidão e economia; e, a mente silenciada. Atualmente, a mente é exigida intermitentemente em produção e consumo; e o físico prostrado. Ambos os regimes produtivos, de tempos e espaços métricos/concretos ou comprimidos/desmantelados, organizados para a exploração máxima de um homem dividido.

**Não obstante, pois, às alterações radicais de configurações organizacionais de tempo/espço, o corpo permanece negado em sua integralidade.** Se antes a subjetividade era, descoberta pela escola das relações humanas, motivo de preocupação e estorvo, contemporaneamente, a externalidade negativa do trabalhador enquanto recurso está no corpo físico. A parte mecânica do corpo antes utilizada como máquina produtiva é, agora, um suporte oneroso (de manutenção custosa) da mente, um empecilho na era da virtualização, das nuvens, das ondas, do etéreo (LE BRETON, 2011, 2013).

O **processo de civilização (separação ou morte) do corpo** é, no entanto, anterior ao nascimento do sujeito (racional) na modernidade; já no pensamento medieval, o corpo representava o **mundano em oposição ao divino**, inclinação ao mal e tornou-se **objeto de práticas disciplinares** (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 168). A doutrina gnóstica permanece no prolongamento moderno do cogito cartesiano no imaginário ocidental, ou da ensomatose<sup>72</sup> laicizada, e aparta o homem do corpo (carapaça/invólucro, artefato material), que contraria a ideia de razão, de bem, de plenitude e permanência (que remetem à mente). Permanece o processo de condenação da **precariedade da carne** (LE BRETON, 2013, RÜDIGER, 2013), anacrônica, viciosa, indigna, profana, maculada, frágil, falha, rudimentar, limitada e perecível:

*Parir é sujo (3.1.16). Eu vi minha placenta dentro do saco de lixo (2.1.9).  
Fiquei decepcionada com "meu corpo falho", numa tristeza indescritível.  
(2.1.11). A médica berrou: "Não põe a mão, você **contamina o campo!**  
(2.1.27) Colocaram uma lona verde para **garantir assepsia.** (2.1.28).*

Em “Adeus ao corpo”, Le Breton (2013) evidencia a transformação do corpo-humano no extremo contemporâneo que oscila entre vontade de controle absoluto e narcisismo furioso próxima a uma vontade de potência niilista que milita **contra o corpo pleno**” (LE BRETON, 2013, p.10). Pensa-se o corpo como um suporte do homem (que demanda manutenção de peças isoladas para o atendimento de cada função), “alter-ego consagrado ao rancor” da inovação

<sup>71</sup> Os chamados infoproletários ou trabalhadores-que-vivem-para-o-trabalho nos termos de Ricardo Antunes (2018) permanecem isolados e sentados, prostrados ao alcance exclusivo das janelas virtuais e do teclado.

<sup>72</sup> Doutrina na qual a alma é infundida no corpo diretamente por Deus.

científico-tecnológica. O corpo guarda as marcas do tempo, escancara a finitude: traz o homem de volta à humildade e desespero de sua condição animal originária (HEIDEGGER, 1999; LE BRETON, 2013).

A condição de *animal/bicho/fêmea/mamífera* da mulher em parto fisiológico é manifesta, nos relatos, em auto representação associada a *sons/gritos/berros/urros/uivos viscerais/primais/animalescos/instintivos/involuntários* (2.1.02; 2.1.04; 2.1.05; 2.1.09; 2.1.10; 2.1.12; 2.1.14; 2.1.17; 2.1.23; 2.1.36; 2.1.37; 2.1.43; 2.1.46; 3.1.04; 3.1.06; 3.1.10; 3.1.11; 3.1.13; 3.1.20; 3.1.23; 3.2.02; 3.2.03; 3.2.04; 3.2.05; 3.2.09; 3.3.01; 3.3.02; 3.3.03; 3.3.04; 3.3.06; 3.3.07; 3.3.08; 3.3.11; 3.3.12; 3.3.13; 3.3.14; 3.3.16; 3.3.17):

*Um animal. Eu agachei, engatinhei, voltei às origens. Urrei. Eu era uma mamífera, parte da natureza! (3.1.10). Fêmea, perpetuadora da humanidade (2.1.05). Virei um animal (3.2.03). Me sentia como um bicho (3.1.13). Meus instintos gritavam. Foram sons primais (3.3.03). Emiti sons animalescos (3.1.11). Berros viscerais (3.1.04). Urros guturais (2.1.10). Eu uivava involuntariamente (2.1.37). Parir é ‘animal’. Envolve dor, lágrimas, gritos, medo, força, sangue, suor, excrementos. Envolve não sentir pudor e buscar forças onde já não há. Mas também envolve carinho, cuidado e instinto (2.1.46).*

A ideia de precariedade da carne está, ainda, intimamente associada à **sexualidade** (imaneente à condição e expressão “animal” acima descritas). Em aparente paradoxo, no entanto, reconhecemos justamente na sexualidade (em ampla concepção) a raiz da percepção, da motricidade e da inteligência/representação. Nas palavras de Merleau-Ponty (2017, p. 218): “A sexualidade repousa no arco intencional que dá à experiência seu grau de **vitalidade e fecundidade**” (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 218). A vida biológica, genital, está engendrada à vida total do sujeito:

É a sexualidade que faz com que o homem tenha uma história [...] nela o homem projeta sua maneira de ser a respeito do mundo, do tempo e dos outros homens [...] A sexualidade pode ser concebida como a elaboração de uma forma geral de vida uma maneira de ser no mundo (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 219).

Reencontramos, na sexualidade, relações e atitudes transferidas indevidamente ao domínio racional da consciência” (MERLEAU-PONTY, 2017) e esse é um dos motivos por abordarmos o nascimento (cuja inscrição sexual é expressa) como objeto de pesquisa. O **nascimento conjuga na sexualidade uma das questões mais interditas** das sociedades em todos os tempos (JONES, 2008, p. 78; BALASKAS, 2015, p. 16).

Quando tratamos do corpo como subjetividade em carne, quando discutimos o sensível, entretanto, a **sexualidade emerge como dimensão impreterível na/da existência** (MERLEAU-PONTY, 2018): “A existência se difunde na sexualidade e reciprocamente a sexualidade se difunde na existência” (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 234); “a existência e sexualidade não são mutuamente redutíveis, mas são inseparáveis” (SANTAELLA, 2012, p. 26). A sexualidade revela o estilo de existência corporal irreduzível à qualquer concepção intelectual; manifesta em todo o corpo do sujeito (**gestos, voz, odor, movimentos**); evidencia nitidamente a **transcendência não solitária do corpo** (aberto ao outro): é, por isso, uma expressão<sup>73</sup> crucial da **existência intersubjetiva**.

Outro interdito social da carne, tabu do nascimento, é a **dor** – negativamente avaliada, intolerável e injustificada na sociedade medicalizada. O centro obstétrico, segundo Jones (2008, p. 104) e Balaskas (2015) provoca um estado ansiogênico nas mulheres que pode fazer a parturiente adentrar o ciclo vicioso do **medo-tensão-dor-sofrimento**, emergente em alguns dos relatos (1.1.1; 2.1.30; 2.1.36; 2.1.50; 2.1.51; 2.1.54; 2.1.55; 2.2.01; 2.1.46):

*As dores eram assustadoras (2.1.54). Sofri. Foi a dor mais dilacerante (2.1.40). Precisava de drogas para dor! (2.1.50). Implorei por anestesia (2.1.30).*

A dor fisiológica causada pela contração uterina e dilatação do colo, no entanto, de acordo com Jones (2008) e Balaskas (2015), além dos suportes físico, emocional, afetivo, social e homeopáticos – da *analgesia humana* (3.1.11), descrita em *olhares, palavras, toques/massagens, cuidados* (2.1.02; 2.1.20; 3.1.11; 3.1.20; 3.3.01; 3.3.05; 3.3.08; 3.3.12; 3.3.02; 3.3.07; 3.3.10) – é amenizada pela liberação níveis extraordinários de ocitocina e beta-endorfina na circulação sanguínea, num incremento de até 30 vezes os valores séricos, com efeito relaxante/prazeroso. Então, de qual dor falamos?

Jones (2008, p. 20) discute sobre a “genialidade” da dor como Balaskas (2015, p. 16) argumenta o seu “gozo”. **A experiência da dor** é, em muitos relatos descrita em **gozo, transformação, prazer, felicidade** (2.1.05; 2.1.07; 2.1.10; 2.1.11; 2.1.12; 2.1.22; 2.1.12; 2.1.13; 2.1.14; 2.1.17; 2.1.38; 2.1.45; 2.1.47; 2.2.01; 3.1.09; 3.1.10; 3.1.11; 3.2.01; 3.2.09; 3.3.01; 3.3.02; 3.3.04; 3.3.09; 3.3.13; 3.3.15; 3.3.17; 3.3.21) e dissociada à sua representação discursiva ordinária, negativamente avaliada, de *sofrimento*:

---

<sup>73</sup> Ao tratar a sexualidade como expressão de uma intencionalidade pré-reflexiva do corpo, Merleau-Ponty (2018) o compara à obra de arte na qual expressão e expresso confundem-se.

*Era a maior e a melhor dor que eu já senti na vida (3.1.11). Era muita dor, mas, definitivamente, não estava sofrendo (2.1.14). Uma puta dor fodida do caralho! É outra dor, sei lá, é boa (3.3.4). As dores eram gostosas de sentir (3.3.15). Eram quase prazerosas (3.3.13). Eram fortes e maravilhosas de serem sentidas (2.1.11). É uma sensação de dor orgásmica. Indescrevível (2.2.1). A dor beirava o insuportável, mas era diferente, eu sentia e me sentia feliz (3.3.01). Quanto mais fortes eram as dores, mais feliz eu ficava (3.3.9). Eu sorria com cada uma delas (2.1.47). Se privar do prazer de parir é o maior crime que uma mulher pode cometer contra si própria. É absolutamente incompreensível que as mulheres aceitem a dor da depilação, lipoaspiração, toxina botulínica, salto agulha, e fujam da dor mais libertadora que existe no mundo (2.1.12).*

**A exposição da vagina e a expressão explícita da dor e prazer (simultâneos) do parto são símbolos extremos do corpo negado no universo social organizado.** Contrariam a estética e racionalidade modernas, não encontram lugar na ordem mundial fundada na economia: São anormais, porquê inoportunos/inconvenientes ao tempo-espaço neoliberal. Nas palavras de Jones (2008, p. 241): “Em uma sociedade casta, individualista e hedonista, a **sexualidade e a dor são heréticas**. Não podem ter compreendidos seus sentidos na experiência do nascimento”.

*É preciso desconstruir a palavra dor para construí-la de novo! Não é sofrimento, é transformação! Dor esconde o prazer. Na dor sou bicho, na dor sou humano, na dor é que me encontro (3.1.10). Uma dor que não é exatamente uma dor (2.1.13). Dor de parto não deveria se chamar dor. Você não pode negá-la, pedir que não venha. Pelo contrário. Deve desejar que aconteça (3.3.21). Mergulhei na dor. [...] A posição de cócoras é infinitamente mais confortável e não sentia mais dor e sim pressão. Mas como aguentar ficar de cócoras, nós, os ocidentais sentados? Pensei: ‘o fisiológico não dói. Dói o artificial’ (2.1.05).*

**Quando perdemos o contato com o fenômeno humano da forma que se mostra naturalmente, o mundo real deixa de ser possível e permanece seu simulacro,** nos termos de Chauí (2006). Perdemos, então, nas palavras de Jones (2008, p. 24), o “encantamento que o nascimento humano é capaz de causar em quem o permite sentir”. Perdemos o odor, o clima, o toque, a temperatura, o gosto: ficou a sua representação técnica, uma variante artificial que criamos dele (JONES, 2008, p. 116, p. 147) – do que tratamos mais demoradamente na próxima sessão deste documento, terceira premissa desta tese.

Quando falamos da **condição animal, da sexualidade, da dor** como heréticas falamos do corpo associado à **não-razão** em concepção ocidental-moderna. O nascimento metafórico do sujeito com a “descoberta” do cogito define uma existência humana liberta do sectarismo religioso tradicional. “O homem convertido em sujeito”<sup>74</sup> (nos termos de Heidegger, 1999), “razão sem carne” (nos termos de Merleau-Ponty, 2011)<sup>75</sup>, tem sua dominação “estabelecida e mantida pelos grilhões da organização” (HEIDEGGER, 1999, p. 43) que promove um comportar-se (autodisciplinar-se) sob a lógica indiscriminatória do cálculo utilitário das consequências. Alguns relatos demonstram o aparente paradoxo entre o corpo e o pensar provocado pela ideia de sujeito inscrita na racionalização:

*Talvez tenha sido só essa minha **dificuldade de me entregar ao meu corpo**. Eu estava prestes a entrar na tal “partolândia”, mas não conseguia algo me travava e não me deixava relaxar. **Racionalizei demais** (2.1.51). A tentativa de **racionalizar, cronometrar, controlar, dificulta o processo**. **Parir é irracional, e tudo bem** (3.1.16).*

A mesma filosofia que fez do iluminismo a supremacia da “razão pura” vê, em Nietzsche (2018), o indício de um esforço de inversão dessa lógica que Merleau-Ponty (2017) concebe sob os títulos de “**razão inadequada**”, “**desrazão**”, “**razão não radicada**”, e Heidegger (1999, p. 77) chama de “**refúgio do irracional**”.

“**Aos que desprezam o corpo**, desejo falar: [...] Corpo sou eu inteiramente e nada mais. [...] **Instrumento do teu corpo é tua pequena razão**. [...] Há mais razão em teu corpo do que em tua melhor sabedoria. [...] Desprezadores do corpo, vos digo: **vosso si-mesmo quer morrer e afastar-se da vida**” (NIETZSCHE, 2018, p.32-33).

A fenomenologia refaz o caminho de descida arqueológica às raízes da existência (*archê*) para voltar a suportar a subida teleológica racional nela ancorada (*telos*) (MERLEAU-PONTY, 2011). Esse caminho de descida pode ser visto nos relatos de quem permite que a experiência (antipredicativa e sempre corpórea) ressignifique pré-conceitos:

*Foi o início do encontro com aquilo que **não se explica, se vive**. Li tanto, estudei tanto e não sabia mais o meu nome das coisas! **A vida vinha!** Não pedi mais nada, **não pensava e não entendia**, mal podia falar! Não processava nada! **Eu era meu corpo e só**. Eu sabia sem saber que sabia. Eu nunca havia estado ali! **Vivendo. Eu estava sendo e pronto** (3.1.10). Tive meus instintos e vontades respeitados, para **poder estar e ser, sem intervenções** (3.2.04).*

<sup>74</sup> Relação com a subjetividade – ser dotado de razão, detentor do conhecimento e da verdade (HEIDEGGER, 1995).

<sup>75</sup> Trata-se, a nosso entender, do que hoje denominamos elaboração de razões secundárias, cuja necessidade foi promovida na cultura ocidental funcionalista em que a ação humana só se explica por motivo lógico de utilidade.

Buscamos no nascimento literal do homem, justamente, o contraponto ao que marcou historicamente o “nascimento do sujeito” na modernidade:

*Transbordei inteira! Eu era carne e coração. Cabeça não existia (3.1.16). Minha cabeça não processava nada (3.1.07). Estudei tudo para o parto da Laura e agora foi instintivo (3.1.03). Parte do meu cérebro achava que aquilo não daria certo, mas todo o resto do meu corpo acreditava naquilo com uma voracidade incrível (2.1.12). Como foi que consegui me entregar assim à experiência do parto? Hoje penso que é porque justamente não pensei (3.1.15). Não racionalizei (3.1.21).*

Quando uma mulher está parindo naturalmente a **parte ativa de seu cérebro é necessariamente a “primitiva”**, o que implica na redução das inibições do neocortex (responsável pela racionalização) e ativação do campo reptiliano (sensível), que faz secretar os hormônios necessários ao processo de nascimento e provoca um “estado alterado de consciência” (ODENT, 2003). Comumente chamado de *partolândia* (2.1.08; 2.1.12; 2.1.13; 2.1.16; 2.1.17; 2.1.20; 2.1.21; 2.1.22; 2.1.29; 2.1.45; 2.1.54; 3.1.10; 3.1.11; 3.1.13; 3.1.15; 3.1.16; 3.1.17; 3.1.22; 3.2.02; 3.2.04; 3.3.03; 3.3.04; 3.3.07; 3.3.08; 3.3.09; 3.3.10; 3.3.21), este estado é descrito nos relatos como *amnésico/nebuloso/confuso de transe, entorpecimento, letárgico, alucinatorio, de anestesia/relaxamento; de internalização (atenção ao corpo, ao instinto); de desinibição (baixa da autocensura); não ordenado/não linear/não racional.*

“Um ser que pode sentir não poderia ter outro modo de conhecimento”: o primeiro contato com o mundo é físico (Merleau-Ponty, 2017, p.35). A linguagem apenas o traduz; a sensação a precede e a constrói. A dissociação entre o dizer e o sentir, entre a palavra/significação e o sensível/sentido sustenta-se na **lógica cartesiana** da cisão entre matéria e mente que, segundo Borges (2017), **imprime uma compressão à existência**. O administrar infecundo – planejar, idealizar, calcular, controlar, dominar, economizar – subjuga o viver, o criar vida; sentenciam Viviane Mosé (2009) e Borges (2017).

Reviver, ou voltar a expandir-se, segundo Borges (2017), implica em reconhecer que não há como encontrar na experiência a decisão deliberada inequívoca e unidirecional mente-matéria. O corpo, como consagra Merleau-Ponty (2017) é indefinidamente indivisível e o mundo nos atravessa por todos os lados (e nós a ele).

A carne não é matéria ou mente. Para designá-lo, deveríamos precisar do antigo termo "elemento", no sentido em que era usado para falar de água, ar, terra e fogo, isto é, no sentido de uma coisa geral, a meio caminho entre o indivíduo espaço-temporal e a ideia, uma espécie de princípio encarnado que traz um estilo de ser sempre que há um fragmento de ser. A carne é, nesse sentido, um "elemento" do Ser (Merleau-Ponty, 2014, p. 139).

Não somente estou alojado em meu corpo, lhe estou conjugado estreitamente, confundido e misturado, na existência de um todo, de um ser-no-mundo. A existência de um homem como subjetividade é, pois, uma e a mesma que sua existência como corpo: o sujeito, concreta e inteiramente tomado, é inseparável do mundo. O mundo e o corpo ontológicos não o são em ideia, são o próprio mundo em apreensão e o próprio **corpo-cognoscente** (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 547). Nas palavras de Merleau-Ponty (2017, p. 546): “o mundo está inteiro dentro de mim e eu estou inteiro fora de mim”. Só há pensamento no engajamento do ser-no-mundo. Apenas o corpo acessa a compreensão do mundo, a percepção já é compreensão, e enquanto correlato do corpo, o mundo natural é irreduzível ao mundo em si – objeto da ciência (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 315).

A tematização científica e o pensamento objetivo, que nos habitua a pensar o corpo como uma reunião de partes, não poderão encontrar uma só função corporal que seja rigorosamente independente das estruturas da existência, e, reciprocamente, um só ato ‘espiritual’ que não repouse na infraestrutura corporal (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 577); ou, em outras palavras, **“não há um só movimento em corpo vivo que seja acaso absoluto em relação às intenções psíquicas ou um só ato psíquico que não encontre seu esboço em disposições fisiológicas”** (MERLEAU-PONTY, 2017, p.130). O conhecimento nasce da pulsação, do toque, do movimento: a cabeça faz sinapses enquanto o corpo ‘dança’ (BORGES, 2012). A psicologia intelectualista e a fisiologia mecanicista reforçam a distinção construída e reduzem a experiência à fato psíquico ou à representação resultante de eventos objetivos (SANTAELLA, 2012, p. 23; MERLEAU-PONTY, 2017, p.31).

A percepção não é, ademais, efeito automático de imposição externa, mas representa a maneira pela qual o corpo vai ao encontro dos estímulos e pela qual refere-se a eles: “O corpo se levanta em relação ao mundo” (Merleau-Ponty, 2017, p.114): e só assim é ser. Há uma certa consistência do mundo, relativamente independente dos estímulos, que impede o tratamento do comportamento humano (do ser no mundo) como uma soma de reflexos fisiológicos. Há, igualmente, uma certa pulsação de existência, relativamente independente dos pensamentos voluntários, que impede tratá-lo como um ato psíquico, de consciência. O ser no mundo distingue-se de todo o processo em terceira pessoa, de toda a modalidade em *res-extensa*, assim como de todo o conhecimento em primeira pessoa, de toda pura *cogitatio* (Merleau-Ponty, 2017, p.119).

O corpo não corresponde a uma aglomeração de partículas autocontidas relacionadas em causalidade; seus **poderes sensíveis estão interna, espontânea e mutuamente implicados,**

**integrados e indistinguíveis** na configuração perceptiva; não corresponde a relações mecânicas ou intelectualmente comandadas (SANTAELLA, 2012, p. 25). A existência descarta qualquer possibilidade de esartejamento humano conceitual ou prático.

**A integralidade do corpo realiza-se na existência**, na sublimação da existência biológica em pessoal, do mundo natural em cultural, é tornada possível e precária pela estrutura temporal e espacial da experiência (MERLEAU-PONTY, 2017, p.125) – “enquanto presença sem distância ao passado, ao mundo, ao corpo e ao outro” – que faz da história o movimento único que **cria formas e as dissolve** (MERLEAU-PONTY, 2017, p.142).

O corpo dissociado da pessoa/alma deturpa a visão **de mundo, de si, e do outro**: além de fragilizar o sentimento de constância do eu, através do afastamento dos signos da presença, **provoca a abolição da alteridade** (LE BRETON, 2011).

*Pra quem já fez cesárea, a situação dispensa apresentação. Os técnicos do centro cirúrgico te tratam como parte da mobília. É impessoal, frio, triste (1.1.03). [...] com direito a "você senta aí e fica quietinho", com roupa do hospital e etiqueta de identificação (2.1.14). Me vi atada a um monitor fetal, numa maca ouvindo da minha médica: “Vou resolver isso já”. Ela olhava atentamente a fita do monitor fetal, não olhava pra mim (3.3.02). Continuaram costurando minha barriga, tirando placenta, enquanto conversavam sobre alguma besteira (1.1.07). Eu, de mãe que estava feliz e parindo, **passei a um objeto** amarrado e sem movimento em cima de uma maca. E o meu filho, de criança nascendo, **foi reduzido a um objeto** sendo retirado e manipulado (2.1.21).*

Não apenas **a imobilidade** (como discutiremos adiante), mas **a exposição do corpo** entrega o outro em objeto sem defesa. O pudor e o despudor têm lugar em uma dialética<sup>76</sup> do eu e do outro, exprimem a pluralidade das consciências (entre objeto e sujeito, escravo e senhor): “Quando tenho o corpo exposto ao olhar do outro posso ser reduzido à objeto” (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 230). Muitos relatos falam do desconforto da “nudez” em ambiente hospitalar, quando descrevem (usando de ironia, reprovação e escracho) *aquele (lindo, belo, ridículo, horrível, fatídico, infame) avental/camisolinha verde que deixa a bunda de fora* (1.1.01; 1.1.03; 1.1.06; 1.1.07; 1.1.22; 1.1.23; 1.1.26; 2.1.03; 2.1.06; 2.1.11; 2.1.14; 2.1.17; 2.1.18; 2.1.27; 2.1.28; 2.1.50; 2.2.01).

<sup>76</sup> Merleau-Ponty (2017, p. 232) estabelece precisamente o que entende por dialética. Em suas palavras: “não é a relação entre pensamentos contraditórios e inseparáveis: é a tensão de uma existência em direção à outra existência que a nega e sem a qual, todavia, ela não se sustenta

Sabemos que existe o problema do Outro e o alter-ego é um paradoxo, mas se o outro é verdadeiramente para si para além de ser para mim, e, se nós somos um para o outro, e não um e outro, é porque aparecemos um ao outro, alcançamos o outro para além de uma perspectiva do para-si, e, não apenas a presença, mas a linguagem (como objeto cultural) nos permite acesso ao outro para além do cogito, de nosso pensamento em juízo de valor e exame de causalidades (MERLEAU-PONTY, 2011, p.8-9). “Outrem ou eu, é preciso escolher, diz-se. Escolhe-se um contra o outro e assim afirmam-se os dois. **Transformamos um ao outro em objeto** e o negamos”. O outro “existe”, entretanto, mais que “vale”, está historicamente situado/encarnado/preso (entre nós e como nós) no tecido dos fenômenos. Sua percepção precisa ser considerada pra haver real intersubjetividade, para que nos percebamos sendo-entreseres-no-mundo (MERLEAU-PONTY, 2011, 2017, p.484).

Não há, portanto, causalidade ou cogito puros, mecanismo ou finalidade expressa, fisiológicos ou psíquico descolados, **não há “para si ou “em si”** em desencontro no movimento vivo do ser-no-mundo (Merleau-Ponty, 2017, p.117). **O físico ou o cogito absolutos bloqueiam a intersubjetividade e nos tiram de situação** – destroem a temporalidade e a espacialidade (SANTAELLA, 2012, p. 37), sem as quais perde-se a experiência indivisa de ser (CHAUI, 2010).

**A relação ontológica, existencial, entre o corpo, temporalidade e espacialidade rescinde a cisão entre subjetividade e objetividade**, ultrapassa a dicotomia entre sujeito e objeto, entre liberdade e situação, entre intensão e condição: funde o ser, impede a fragmentação da dinâmica corporal. E quando reconhecemos a inteireza do corpo, quando reconhecemos a inalienável relação do em si e do para si, reconhecemos simultânea e invariavelmente a **totalidade corpo-mundo** na realização humana como presença (*Dasein*) – que Merleau-Ponty (2017) chama de existência, e Heidegger (1999) de ser-no-mundo (*In-der-Welt-Sein*).

Distante da análise behaviorista (predominantemente assimilada nos estudos organizacionais), remetemo-nos ao corpo situado/habitado como um sistema de equivalências e aberto através do qual o mundo é dado como seu correlato. O corpo, o “esquema corporal”, revela em sentido latente, o espaço inteligível e a orientação temporal (MERLEAU-PONTY, 2017, p.148); não representa o simples resultado das associações estabelecidas no decorrer da experiência, mas a tomada de uma consciência global, de uma postura integral, como maneira de ser no mundo intersensorial (MERLEAU-PONTY, 2017, p.145).

O que Merleau-Ponty (2017) denomina **“esquema corporal”** é, **portanto o estatuto da integridade do corpo**, a sintaxe perceptivo-motora do corpo fenomenal, trata-se da unidade

expressiva psicofisiológica que, a partir dos dados sensoriais, conjuga a consciência subliminar do conhecimento e a orientação/postura do **corpo no espaço/tempo, em poder sobre o mundo**.

A compreensão do “esquema corporal”, ou, poder-se-ia dizer, da maneira que o corpo habita o espaço e o tempo, é dada pelo **movimento**. Motricidade e sensível são sempre simultâneos. “O movimento não se contenta em submeter-se ao espaço e ao tempo, ele os assume ativamente, retoma-os em sua significação original, que se esvai na banalidade das situações adquiridas” (MERLEAU-PONTY, 2017, p.149). Em outras palavras, **com o esquema corporal restritamente regulado, com a mobilidade impedida, perde-se a integralidade corpórea, o lastro sensível de significação, perde-se o poder sobre o mundo:**

*Fui pra cesárea, eu fui caminhando para o abate, mas não fui feliz (1.1.02). Eu estava resignada. Calma como mais uma vaca que vai para o abatedouro e não resiste, não fiz nenhum tipo de objeção à nada. Na verdade, mal falava (1.1.06). Obedeci, aceitei, cedi, calei, deixei. Não lutei, não argumentei, não questionei, não contestei qualquer coisa/decisão/ordem (1.1.02; 1.1.04; 1.1.05; 1.1.06; 1.1.07; 1.1.23; 1.1.34; 2.1.01; 2.1.02; 2.1.03; 2.1.04; 2.1.05; 2.1.06; 2.1.07; 2.1.09; 2.1.10; 2.1.11; 2.1.21; 2.1.22; 2.1.27; 2.1.29; 2.1.36, 2.1.50; 2.2.01). Não tinha coragem. Estava frágil, sozinha, em pânico e vulnerável (1.1.23). Eu tinha medo [...] um medo muito grande [...] medo (2.1.04). Eu tive medo de desobedecer. Isso tudo me mantinha alienada e eu queria ficar nesse estado. Medo errar e sentir culpa, por isso colocava meu parto nas mãos da equipe médica. Medo do desconhecido. [...] Era só obedecer. Era tudo previsível. Eu me lembro de sentir alívio (1.1.02).*

O corpo não habita, assim, apenas situações reais que o atraem a si, mais frequentemente ele “desvia-se do mundo” e situa-se (ou é situado/posto) no “abstrato”. O **movimento abstrato/virtual/centrífugo (zeigen – demonstrar) não carrega uma significação motora, mas exprime a projeção do imaginário da produtividade humana**. Deslocamentos objetivos (calculados e executados como operação motora projetada/fictícia) fazem do corpo mecanismo de meta produtiva, instrumento de uma função simbólica objetivante e niveladora; invertem a relação natural entre o corpo (veículo de inserção no mundo) e a circunvizinhança (MERLEAU-PONTY, 2017, p.158, p.175). Operam uma “experiência extática”, nas palavras de Balaskas (2015, p. 26) – ou a não-experiência na concepção fenomenológica – na **imobilidade concreta** (em literalidade ou não).

*Me deitaram e amarraram/ataram a/prenderam as minhas mãos e pernas (1.1.01; 1.1.02; 1.1.04; 1.1.06; 1.1.11; 1.1.19; 1.1.23; 1.1.24; 2.1.03; 2.1.10; 2.1.11; 2.1.15; 2.1.16; 2.1.18; 2.1.21; 2.1.22; 2.1.44; 2.1.25; 2.1.27; 2.1.28). Me seguraram (2.1.44). Me mandaram ficar imóvel (1.1.19). Me fizeram/me*

*puseram/tive que sentar na cadeira de rodas (2.1.09) (2.1.02; 2.1.07; 2.1.09; 2.1.27; 2.2.01). E eu ali amarrada e de pernas abertas (2.1.10). Sem mobilidade, meu primeiro parto só poderia resultar mesmo em uma cirurgia (2.1.58). Eu estava **resignada. Rendida. Refém.** Ficaria quieta. Pedi para uma enfermeira secar os meus olhos, eu não podia fazer nem isso – estava amarrada (1.1.23).*

**A imobilidade concreta (o movimento abstrato)** subverte/rompe o vínculo natural entre sensível e significação e provoca a passagem consciente da **ordem da existência** (sem a qual a razão adequada não existe) à **ordem do valor** (ou preço) (MERLEAU-PONTY, 2017, p.173); na qual confere-se à experiência um sentido segundo, projetado, recortado do mundo que funda o sentido primeiro, sedimentando **operações mentais ordenadas por conceitos e juízos adquiridos** (sem lastro de entendimento) tido como globais e permanentes (MERLEAU-PONTY, 2017, p.172-182).

Na parturiente amarrada à maca (como descrevemos), no espectador sentado ao sofá, no “infoproletário” (termo de Antunes, 2018) atrelado à tela de computador, no trabalhador braçal de execução coreografada, no consumidor do alimento processado, no estudante enfileirado na carteira: a imobilidade está, pois, no modelo de vida organizada, está no sistema organizacional, que regula os corpos, os nega a presença (seja para facilitar o acesso intravenoso, ou para a produção de um parafuso) em prol da economia.

Passivo, subempregado, inútil, o corpo-físico perde contemporaneamente, por mediação tecnológica<sup>77</sup>, no movimento o **contato** (LE BRETON, 2013, p. 221): “O mundo **afetivamente neutro** apequena o ambiente humano, recusa o movimento espontâneo e ato de pensamento autêntico, substitui a intuição e apreensão das significações pelo manejo dos signos e pela técnica” (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 218). O movimento passa a resultar de uma ordenação matemática de variáveis posicionais do instrumento produtivo (corpo) funcionalmente alocados no espaço e no tempo, cuja determinação “das ordens de colocação não têm nenhuma peculiaridade” (HEIDEGGER, 1989, p. 93).

*Eu fazia **movimentos, conforme orientação** medica, para estimular o parto (2.1.55). **Fui orientada ao tipo de força e movimento que tinha que fazer** (2.1.35). O médico ensinou e começamos a **ensaiar como se fazia** a força de expulsão. Entendi e **comecei a treinar; recebi um elogio dele.** É engraçado isso, **aprender como fazer**, porque assim, **evita gastar energia** à toa (1.1.1).*

---

<sup>77</sup> Atentamos aqui para a estreita relação, da discussão de movimento, com a terceira premissa desta tese discutida adiante.

**Sem valor afetivo ou sentido biológico**, o movimento abstrato, antecipadamente traçado, provoca a fragmentação e dispersão na existência em si, cujas fases se sucedem mas não mais se conhecem. Reduz-se o corpo vivo à condição de objeto quando se admite que ele seja a sede de processos em terceira pessoa de um comportamento que não reserva nada à consciência (MERLEAU-PONTY, 2017).

A **mobilidade como “viscosidade dos dados sensíveis”** requer presença carnal na facticidade das situações efetivas. **Sua falta, restrição, manipulação, pode reduzi-lo** a uma soma de caracteres sucessivos, pode reduzir a percepção à caracterização abstrata, pode reduzir o reconhecimento à síntese racional de uma conjectura prevista (MERLEAU-PONTY, 2017, p.157). A **mobilidade como “posse do espaço e do tempo”** é condição primordial do que Merleau-Ponty chama de **“percepção viva”, capaz de comportar a significação do real** (MERLEAU-PONTY, 2017, p.158).

*Eu dançava e andava (3.1.05). Eu entrava, saía e voltava, rolava (3.1.11). Andava, sentava, deitava, rebojava (3.3.10). Andei, pulei, dancei, rebolei [...] de chão, no sofá, na cama, no chuveiro (3.3.12). Caminhei, tomei sol, mexi a bacia. Fiquei pendurada na rede, de cócoras, e também sentada na bola suíça. Dancei com na grama. Fui deitar. Fui para o chuveiro quente. Experimentei várias posições: de lado, de quatro, deitada, de cócoras (3.3.01). (2.1.03; 2.1.14; 2.1.17; 2.1.18; 2.1.20; 2.1.23; 2.1.42; 3.1.04; 3.1.20; 3.3.02; 3.3.03; 3.3.04; 3.3.07; 3.3.08).*

Diferentemente do abstrato, o **movimento concreto/atual/centrípeto** (*greifen* – apreender), que habita o espaço e o tempo, que se anuncia à consciência no contato com o mundo e carrega a liberdade de pôr-se em situação, **expressa um certo poder do corpo**: “é aprendido quando o corpo o compreendeu, quando o incorporou ao seu mundo”. **Mover seu corpo** é visar as coisas através dele, **é deixá-lo corresponder à sua solicitação** não representativa (MERLEAU-PONTY, 2017, p.193). Habitado, envolto no mundo e solicitado por ele *o corpo demanda, faz, sabe, pede, diz, exige, manda, dá sinais* (2.1.05; 2.1.07; 2.1.11; 2.1.12; 2.1.20; 2.1.24; 2.1.25; 2.1.45; 3.1.03; 3.1.04; 3.1.10; 3.1.15; 3.1.18; 3.1.21; 3.1.22; 3.2.04; 3.2.05; 3.3.04; 3.3.07; 3.3.13; 3.3.14; 3.3.15; 3.3.17; 3.3.18).

*Meu corpo fazia movimentos espontâneos (3.2.04). O corpo manda o que fazer. Demanda uma força específica, uma posição específica (3.1.15). E eu estava entregue ao meu corpo (3.1.15). Me rendi aos meus instintos. Só isso (3.3.13). Era só aceitar o corpo, sentir (2.1.12).*

O movimento está, pois, na relação espontânea e originária do corpo com a circunvizinhança com o que o atrai, o solicita e faz transpor distâncias e articular instantes (MOURA, 2009, p. 120); não se realiza como relação posicional ou alteração corporal consciente, prévia, deliberada e definida para o atingimento de um telos/objetivo/tarefa/resultado estranho ou externo ao corpo. **A despeito das exigências de um pensamento claro, o movimento ocorre;** o que acarreta, contra toda razão inadequada, que eu o perceba sem referencial lógico exterior ou relatividade métrica (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 363). Ele implica transição, deslocamento, mudança de posição; **presume a entrega, a abertura ao mundo**, ao outro, ao porvir, ao possível. **A ancoragem, o engajamento do corpo no mundo** toma de empréstimo o sentido da experiência pré-objetiva para compor uma variação de **poder do sujeito sobre seu mundo** (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 365).

*Eu entreguei não pensei, não analisei, só vivi (3.1.10). Nunca me senti tão entregue e tão autora (3.2.5). Algo que vem das entranhas, literalmente, que nos faz sentir fortes, poderosas (2.1.40). Me sinto tão poderosa, tão forte, tão mulher, segura e determinada, tão pronta para viver de verdade (2.1.12). (2.1.05; 2.1.11; 2.1.12; 2.1.40; 2.1.49; 3.1.04; 3.1.10; 3.1.12; 3.1.15; 3.1.18; 3.2.02; 3.2.05; 3.3.09; 3.3.01; 3.3.03; 3.3.05; 3.3.08; 3.3.09; 3.3.13; 3.3.15; 3.3.16).*

**Passamos de um pensamento do movimento que o destrói à uma experiência do movimento que o funda e significa em pensamento** (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 367). O fenômeno do movimento **autônomo** não apenas faz manifestar de uma maneira sensível a implicação espacial e temporal, mas “é gerador do espaço e do tempo” (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 517). Há, portanto, uma correlação estritamente fenomenológica entre o corpo vivido e o mundo percebido: a subjetividade/consciência é corporificada (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 52). Daí a importância do conceito de corpo fenomenal ou corpo próprio<sup>78</sup>: da ideia de “corpo como sujeito”, de sujeito encarnado, que abarca a integralidade fundamental entre subjetividade e materialidade, inerente ao ser humano: “**Meu corpo sou eu, eu sou meu corpo**” (MATTHEWS, 2010, p. 71); e, “**sou eu, meu corpo, quem faz ser**” (MERLEAU-PONTY, 2011, p.3). Entender-se ser-no-mundo – corpo que faz ser – implica sentir-se em *completude*,

<sup>78</sup> O corpo fenomenal ou corpo próprio, difere, para Merleau-Ponty (2011) do corpo objetivo ou corpo coisa – analisável à decomposição. O corpo próprio (ou fenomenal) é o corpo-sujeito, integrado em exterioridade e interioridade – “é a um só tempo eu e meu”. O Corpo fenomenal/próprio de Merleau-Ponty é qualificável em expressão e profundidade criadora de sentido e de história (DUPOND, 2010, p. 12/13).

*inteireza, totalidade* (2.1.05; 2.1.11; 2.1.12; 2.1.29; 3.1.10; 2.1.29; 3.1.16; 3.1.20; 3.2.05; 3.3.09; 3.3.05; 3.3.13).

*Transbordei inteira! Eu era carne* (3.1.16). *Eu ali, completa, entregue, imersa, consciente e ao mesmo tempo inconsciente* (3.3.13) *Era uma sensação deliciosa, em que o corpo estava totalmente presente* (2.1.29) *Sintome inteira, completa, plena* (3.3.05) *O corpo estava inteiro em presença* (2.1.29).

Ao entender o corpo como subjetividade em carne, a fenomenologia reconverte: a máquina humana em corpo; movimentos objetivos à intensões motoras; execuções mecânicas à atos de vontade; e, a pretensa comunidade de espíritos racionais e fatos psíquicos em sociedade humana (Merleau-Ponty, 2017).

Reencontrar o **ser-no-mundo – enquanto expressão (indivisa) da reivindicação de si e do real** – requer “voltar às raízes”, segundo Odent (2003, p. 131), reencontrar o sentido da carne, como defende Le Breton (2013, p. 17), reviver a “unidade primitiva”, como afirma Leboyer (2017, p.133) – para além da “ficção científica imperceptível à *corps perdu*”, como sentencia Merleau-Ponty (2017, p.89).

### 5.3. TÉCNICA COMO ARTIFÍCIO

Que a técnica, o cálculo e a razão são **poesia sob forma negativa** (ZIMMERMAN, 1990, p. 229).

Nesta **terceira premissa da tese** ocupamo-nos em evidenciar a passagem ou subordinação do logos à lógica, da arte ao artifício, do processo ao procedimento, (auto)criação ao fabricável, da *physis* à *techne*<sup>79</sup> – como subida, perpétua progressiva e irreversível, de degraus “civilizatórios” etéreos (progresso/evolução) (SPENGLER, 1941; HEIDEGGER, 1999; RÜDIGER, 2014; SIMMEL, 2015; IHDE, 2017), em que cada empenho de ascensão assenta-se na construção e sobreposição de camadas técnicas ao mundo sensível. “**Todas as coisas orgânicas estão sucumbindo à organização**”, sentencia Spengler (1941, p. 128).

<sup>79</sup> Heidegger (1997) lembra a distinção grega entre *physis*, forma originária de *poiesis* (feitura/criação), e a *techne*, guia prático/operacional de supervisão, do saber-fazer produtivo fundado sobre a antecipação do resultado de uma ação (pré-visão). Enquanto a *physis* o “processo de posição do ente que surge de forma inseparável daquilo que se está revelando”, a técnica é investida no ente fabricado por um produtor apartado do processo por ela designado, que rompe as relações que entretinham com base no seu respectivo saber (RÜDIGER, 2014, p. 79).

Isto quer dizer que o **meio transmutou-se em fim**, mas fim derradeiro, ponto de cruzamento de todos os fins que nele confluem e de todos os valores que nele se anulam. Fonte de justificação dos comportamentos inspirados pela indiferença ontológica e moral, pelo desconhecimento discricionário dos singulares e manancial de inteligibilidade de todas as entidades apreçadas tão só pela obsessão do quantum [...] Adquiriu a autoridade de uma entidade **metafísica** que pela sua onipotência fictícia obsidia uma civilização inteira, comanda todos os meandros habita e cumula todos os seus divertículos e interstícios (SIMMEL, 2015, p. 18).

Observamos de princípio que, o que entendemos por técnica (*techne*) não corresponde à **máquina** (coisa/utensílio) embora, eventualmente, nela se concretize. “O corpo pode ser tão investido de técnica quanto a máquina” (RÜDIGER, 2014, p. 41). Em essência, a técnica significa conhecimento operatório, funcionamento, automatização e **regramento**. Consiste em cálculo instrumental dos meios como norma (HEIDEGGER, 2001; MUMFORD, 2018). “Há inúmeras técnicas nas quais não se usam absolutamente instrumentos” (SPENGLER, 1941, p. 26). O emprego de instrumentos por parte do homem, neste sentido, não define a técnica, mas sua finalidade num contexto: trata-se, nos termos de Spengler (1941, p. 26) de uma “tática de vida” – do controle total da existência diante o caráter de urgência produtivista do sistema ordenador.

Quando colocamos em questão, portanto, a normalização da técnica e a patologização do sensível falamos, exatamente, da organização. Tratamo-la aqui como transição articulada, teleológica, não como movimento gregário humano espontâneo e convergente neutro, original ou desinteressado. Tais camadas técnicas, ou degraus civilizatórios, deixam encoberto o solo sensível e significativo, que nos interessa acessar – a partir da fenomenologia Merleau-Pontyana (2017), num esforço de descida à existência.

Tais camadas aparecem nas diferentes formas contemporâneas de parto: do que chamamos de procedimento cirúrgico hospitalar (1.1.00) ao evento natural domiciliar (3.3.00). Suas marcas estão em relatos (escolhas semânticas) mesmo nestes últimos (3.1.06; 3.1.08; 3.1.12; 3.1.14; 3.1.15; 3.1.18; 3.2.12; 3.3.03; 3.3.06): não há, pois, “caminho de descida” que desfaça a escada organizacional construída. Ela pode ser evitada, mas ainda é vista e descrita em negação:

*Nasceu. Sem cortes, sem remédios, sem intervenções (3.1.06). Sem ruptura artificial da bolsa, sem ocitocina, sem anestesia, sem enema [lavagem intestinal], sem tricotomia [raspagem dos pêlos pubianos], sem episiotomia sem fórceps de alívio (3.1.15). Sem procedimentos invasivos: não foi aspirado sem injeção de vitamina K colírio de Nitrato de prata (3.1.08). Sem indução medicamentosa, sem intervenções, sem cortes e com humanidade (3.1.14).*

Há, entre os extremos deste contínuo não perfeito da tomada organizativa (do qual lançamos mão para fins argumentativos), o parto normal-hospitalar (2.1.00 como código designativo) que, embora, esteja e em estatística (número de casos no Brasil) e na concepção coloquial (entendimento) muito próximo à extremidade não normativa/normalizada, mostramos em relatos o alcance múltiplo da intervenção organizacional-técnica no nascimento (2.1.02; 2.1.10; 2.1.16; 2.1.27; 2.1.32; 2.1.48):

*Passei por todos aqueles **protocolos hospitalares de um parto “normal”**: enema, tricotomia, perfusão contínua de ocitocina, rompimento artificial da bolsa, ocitocina, analgesia, episiotomia. Tudo (2.1.48). E daí começou. Limpar, pesar, medir e enrolar. Vitamina K, colírio, aspiração nasal e mais seis horas de berçário. A neném levou todas (2.1.10).*

Separámos dois excertos que ilustram a variação, da qual nos referimos, e o “caminho traçado” pelo modelo interventor, recorrentemente presente nos relatos das diferentes formas de nascer:

*Exame feito e tecnicamente constatado que eu estava em trabalho de parto (como se eu não soubesse!), recebi a guia de internação e a prescrição de ocitocina, numa dose de 4 gotas por minuto, para ritmar o parto. As enfermeiras se espantam com a prescrição da médica: “não é para fazer tricotomia?? Só 4 gotas por minuto???” Estende o braço, procura veia, fura, erra, fura de novo. Na sala de exames, três caixas transparentes cheias de parafernália cirúrgica e uma etiqueta escrita à mão: “cesárea de urgência” me olhavam insistentemente (2.1.11). Eu achava que estava indo bem, mas depois... Um exame. [...] Outro exame e algumas contas no papel. [...] Tricotomia. [...] Anestesista [...] Acabei no centro cirúrgico (1.1.04).*

A intervenção organizacional pretende a, ou atua reiteradamente na, **substituição** do **corpo** concebido como **falho** (porque sujo, lento, imprevisível) – como argumentamos na segunda premissa desta tese – pelo controle de elementos da tecnociência, pela **pureza e precisão técnica** da máquina – como discutimos na primeira premissa (LE BRETON, 2013, RÜDIGER, 2013).

Matéria do atraso, entrave/estorvo, o corpo passa à membro supranumerário a ser suprimido ou modificado para o progresso a que permitem os avanços tecnológicos: “força tracionadora [e controladora] de toda a existência” (LE BRETON, 2013; RÜDIGER, 2014, p.14). Nossa práxis foi, irreversivelmente, modificada, “hoje somos lidos por nossas tecnologias” (IHDE, 2017, p.92) e lemos por suas lentes o nosso mundo: o homem encaixa-se

em um **sistema de aparelhos que lhes definem a perspectiva da existência** (VIOULAC, 2009).

*Sabia que estava viva porque via na “telinha” meu batimentos cardíacos (1.1.04). Foi então que deitei e pude observar no monitor cada contração que vinha, mas sem dor! (2.1.3). Resolvi chamar o Geraldo (anestesista) [...] eu precisei!! Voltei a tomar consciência de tudo o que acontecia (2.1.4). Apesar de toda essa parafernália do clima cirúrgico, me sentia extasiada de alegria e conversava com o médico para saber da evolução das contrações e da dilatação (2.1.28).*

Heidegger (2001) fala da **morte da humanidade** do homem pelo maquinismo: ironicamente relacionada à negação da morte, da finitude humana. O discurso da sua obsolescência (envelhecimento) e vulnerabilidade, da imperfeição na apreensão sensorial do mundo, da ausência de confiabilidade no seu desempenho, da falta de precisão e domínio de suas funções, apregoa/invoca como avanço o **pós-biológico, pós-orgânico** (LE BRETON, 2011). Se antes a técnica pretendia atender às necessidades, aliviar os fardos da nossa existência, reduzir o sofrimento, aumentar o bem estar e expandir os horizontes da vida humana; hoje ela proclama a criação do **pós-humano** (RÜDIGER, 2013).

A “crescente objetividade técnica do mundo” (HEIDEGGER, 1995, p. 273), redefine os **aspectos menos desejáveis da condição humana** (RÜDIGER, 2014, p. 16-17), não traz os atributos pouco aprazíveis da **sensibilidade caótica** (LE BRETON, 2013, p. 49): não cede ao instinto ou à sexualidade, não reage ao prazer ou à dor – questões discutidas mais demoradamente na segunda premissa desta tese. A tecnologia confere permanência, precisão, controle e previsão: configura os indicadores do ideal organizacional tanto quanto de parâmetros de avaliação da relação do homem com o mundo. Trata-se da “imposição da **ordem ao caos (e risco) sensível**” (MERLEAU-PONTY, 2017, p.44) – o que aqui denominamos a “organização do sensível”: um sistema ordinariamente associado à **segurança** (1.1.02; 1.1.09; 1.1.12; 1.1.34; 2.1.05; 2.1.06; 2.1.16; 2.1.49; 3.3.14; 3.3.21) (BATISTA; CODO, 2002, p. 404; JONES, 2008, p. 121):

*A cesárea é muito segura (1.1.34). Estar no hospital me acalmou, me dava segurança. (1.1.09). E todos eram unânimes em dizer que um parto normal é extremamente arriscado, um evento com muitos riscos, um risco desnecessário (2.1.05). Marcos ficou furioso, disse que jamais permitiria que eu arriscasse a vida de nosso filho (2.1.06).*

O **sentimento de impotência do homem** – as sensações de angústia provocadas pela percepção do que não é calculável e, portanto, não é seguro – é suportado pela confiança no poder do método, da técnica, da tecnologia (RÜDIGER, 2014; SPENGLER, 1941, p.30):

*Definitivamente eu acho que a gente devia ficar pelo menos uns 15 dias na maternidade, contando com ajuda da equipe médica à hora que precisasse, **com toda informação e estrutura necessária**. O que são 3 dias pra depois você sair dali com um serzinho totalmente dependente de você? Não são nada, **você não sabe nada** (1.1.12).*

“Necessita-se de uma espécie de humanidade que seja compatível com a essência única e fundamental da tecnologia moderna e sua verdade metafísica; isto é, que se deixe dominar inteiramente pela essência da tecnologia” (NIETZSCHE, 1981, P. 117). O que denomina “epidemia de cesarianas” trata-se, nas palavras de Odent (2003, p. 104), da “ilustração perfeita da dessensibilização e miopia do homem tecnológico sobre a natureza e seu desprezo ao fisiológico” (ODENT, 2003, p. 156). Houve, segundo Balaskas (2015, p. 19), um distanciamento histórico, um esquecimento do conhecimento sobre a fisiologia do nascimento natural – que podemos ver corroborado na citação da narrativa anterior e em outros relatos:

*Parto normal não fazia parte a história de minha família (2.1.29). Nascida de cesariana, numa família de bebês nascidos assim, precisei contestar e reaprender tudo (3.1.10). Vi que se quisesse ter parto normal teria que ser à moda antiga, como foi há milênios (3.3.18). O parto como um evento fisiológico, isso foi esquecido e agora é estranho (3.3.06). Uma força maior me atravessava e ia me conectando ao primitivo e à ancestralidade feminina, como se elas tivessem me contando um segredo que eu havia esquecido (2.1.10).*

A desnaturalização do sensível resulta das exigências de pertencimento a um sistema capitalista ordenador da vida humana, *locus* organizacional, coerente ao **paradigma racional** (LE BRETON, 2013, p.55; BORGES, 2017) de doutrina teleológica que determina a manutenção de um mundo objetivo como único e natural, **convertendo em verdades** – com ar de clareza, sentido lógico e neutralidade que formigam contradições e incompatibilidades – **um fundo absurdo**”, nos termos de Merleau-Ponty (2017, p. 397), ou, “**absurdos insustentáveis**” nas palavras de Jones (2008, p. 121). Ihde (2017, p.22) corrobora: “uma vez inventadas, as tecnologias simplesmente seguem uma linha de desenvolvimento **sem contexto e incontestes**, por assim dizer”.

O processo de **racionalização** de todas as ordens de existência obtém, portanto, “**refúgio no irracional**” (HEIDEGGER, 1999, p. 77). A técnica descola-se da razão radicada no real e **a ciência, por ela interpelada, interpretada, e a ela associada em equiparação**, deixa de basear-se em evidências (ARENDRT, 1993; HEIDEGGER, 1999; RÜDIGER, 2014). Os homens sucumbem a um estado último ilusório de que o verdadeiro coincide com o que têm pleno conhecimento e de que o conhecimento diz respeito apenas ao que dominam e podem produzir artificialmente (RÜDIGER, 2014, p. 31). Nas palavras de Hanna Arendt (1993, p. 232): “**a ‘verdade’ será, na era moderna, técnica e cientificamente fabricada**”.

A produção científica e sua aplicação, tanto na medicina quanto nos estudos organizacionais, sofrem um descolamento. “O médico está afastado do que produz pela técnica, apenas veicula o saber” (RÜDIGER, 2014, p. 61), intervém tecnicamente no curso natural (physis) e conduz com eficiência ao resultado planejado (HEIDEGGER, 1999).

*Larguei o livro científico e fui às rodas de grávidas. Títulos e técnicas não dizem nada, nascer e morrer é simples. Parir é abrir o corpo pra alma há que se ter poesia e sensibilidade! Não era científica ou técnica a nossa relação, era sensível (3.1.10).*

Ainda que evidências científicas apontem para a relação positiva entre número de intervenções e problemas no parto, a disponibilidade de inúmeras técnicas, equipamentos, serviços, profissionais e medicamentos são traduzidos como recursos tecnológicos avançados que garantem segurança (CHACHAN, 2006; JONES, 2008; NAKANO; BONAN; TEIXEIRA, 2015): **Trata-se do absurdo** (a que nos referíamos), em procedimentos ritualísticos rotineiros injustificados e comprovadamente inadequados (JONES, 2008, p. 110) – que aparecem (contestados) em alguns dos relatos de parto colhidos (1.1.02; 1.1.04; 1.1.06; 1.1.07; 1.1.21; 2.1.05; 2.1.11; 2.1.16; 2.1.07; 2.1.27; 2.1.28; 2.1.29; 3.1.17; 3.3.02; 3.3.06; 3.3.09; 3.3.15).

*Sei lá por quais motivos (1.1.04). Sei lá por que razões (2.1.07). Não tinha razão de ser (3.3.06). Sem necessidade (3.3.02). Sem motivo. Por comodidade, lei do menor esforço (1.1.02). Motivos que hoje sei que são esdrúxulos (2.1.16). Crenças sem sentido (3.3.15). Protocolos e imposições que não fazem sentido (2.1.21). Ela não soube falar de qualquer evidência científica de que o bebê deve ficar em observação por quatro horas, se esgoelando atrás de um vidro à prova de som ou dormindo drogado. E no entanto é isso que acontece. Apenas um exemplo da arbitrariedade por trás do tratamento dispensado a mães e filhos (3.3.2). Comecei a questionar o quanto tudo aquilo era necessário: parto com hora marcada, com reserva de sala, horas de observação e recuperação isoladas, remédios e mais*

*remédios, injeções (3.3.12). Resolvi sair de São Paulo para não correr o risco de uma “desne-cesárea” (2.1.28).*

Os motivos para a realização de intervenções técnica ou cirúrgica no processo de nascimento transcendem e contrariam razões pautadas pela medicina obstétrica baseada em evidências científicas e perspectivas de saúde pública (ODENT, 2003; D’ORSI et al., 2006; JONES, 2008; MAFFILF, 2013; BALASKAS, 2015; NAKANO; BONAN; TEIXEIRA, 2015). Há, sim, no desenvolvimento de uma cultura material em torno do nascimento atrelado à utilização maciça de inovações tecno-científicas (com graves efeitos sociais não discutidos), um contexto, ou razão (no sentido de motivo, intenção) produtiva, de mercantilização da assistência à saúde (SIMÕES-BARBOSA, 2006; CARDOSO, 2008).

A técnica – **intervenção**/condução/ordenação teleológica **no curso natural** (physis) – caracteriza, neste sentido, uma forma de saber **não passiva, não-neutra**, “fundada em uma visão que antecipa o resultado e eficácia de uma ação” (VIOULAC, 2009, p. 90). Cujas ilusões precedentes de neutralidade só é compensada na “abertura para um mundo que retoma a verdade perceptiva (*wahrnehmung*)” (HEIDEGGER, 1993; RÜDIGER, 2014; MERLEAU-PONTY, 2017, p. 397-399), na experiência não interrompida ou corrompida, na *não intervenção* – desejada declaradamente em muitos relatos (2.1.04; 2.1.05; 2.1.12; 2.1.20; 2.1.25; 2.1.31; 2.1.51; 2.1.53; 3.2.03; 3.2.04; 3.3.01; 3.3.08).

*Queriam muito parto normal, mas não tinha a menor ideia que existia a possibilidade de fazer um parto sem episiotomia, anestesia, ou qualquer outra **intervenção desnecessária** (3.3.08). Pretendíamos um parto com **menos intervenções possíveis** (2.1.53). A gente só queria que nosso filho viesse ao mundo **da forma mais natural possível, sem intervenções**. (2.1.25) **Sem interferências desnecessárias, sem violência, sem choques, sem traumas** (2.1.05).*

A não intervenção/interferência administrativa ao evento natural de nascimento emprega, compra e consome “menos do que poderia”: subutiliza o potencial econômico do processo (CARDOSO; BARBOSA, 2012). A tecnologia, portanto, nunca é inocente, externa ou removida dos mundos da vida (VIRILIO, 2014; IHDE, 2017), sua relação com o ser, também no nascimento, não existe fora do contexto social ordenador: “as **posições metafísicas** em que se sustentam são, antes, e por ordem, **mitológica**, teológica e tecnológica” (RÜDIGER, 2014, p. 55).

O ritualismo (também obstétrico), sempre amparado na falácia de uma cadeia de causalidade calcada na razão instrumental, no entanto, nem sempre é aceito em fé sega:

“Seguirá havendo quem seja capaz de transcender aos chamados da técnica” (RÜDIGER, 2014, p. 92).

*A tortura psicológica acontecia toda semana, acompanhada de vários argumentos e de histórias contrárias ao parto normal (2.1.29). Falava da circular de cordão (2.1.27). Disse que minha placenta era muito jovem (3.1.17). Falou da tal “incisura protodiastólica na artéria uterina (1.1.02). O líquido estava baixando (1.1.07). Que meu colo de útero estava grosso (2.1.11). O bebê não encaixaria mais (1.1.06). O bebê era grande demais (1.1.21). Precisaria usar o fórceps (2.1.05). Podia ocorrer uma ruptura uterina (3.3.02). Bolsa rota (1.1.21). Mariana estava alta e minha pressão arterial tinha subido (2.1.29). Teria que operar o períneo depois (3.3.09).*

O que cria o “**mito**”, segundo Merleau-Ponty (2017, p. 391), “é o estreitamento do espaço e do tempo vivido, [...] a recalcada solidariedade entre o homem e o mundo pelo pensamento objetivo”. Buscamos, então, apropriando-nos das palavras do autor (2017, p. 43): “somente mostrar o laço sensível, por assim dizer orgânico, da percepção e da inteligência”. A **concepção de saber arraigado no vivido “é a única que não é mitológica, que é científica”**.

*Quanto mais vivemos o parto de uma forma fisiológica, natural e real, mais perdemos os medos e destruimos os mitos construídos ao longo de anos (3.1.04). Eu li sobre histórias reais, vi vídeos, depoimentos, entendi a fisiologia do parto, desconstruí os mitos, aprendi sobre a cultura da obstetrícia em nosso país (2.1.02).*

A distância entre a cultura obstétrica ritualística/mitológica e o parto real, do qual falam as parturientes, podem ser associados ao “degrau civilizatório” de que falávamos no início desta premissa. As “**camadas técnicas**” as quais nos referíamos podem ser relacionadas ao coloquialmente descrito como *efeito cascata ou bola de neve* (2.1.03, 2.1.07; 2.1.18; 2.1.22; 2.1.28; 2.1.53; 2.1.54; 2.1.55; 2.1.57; 3.1.11; 3.1.13): em que, nas palavras de Jones (2008, p. 213), “sucessivas intervenções técnicas são realizadas para resolver problemas gerados por intervenções anteriores”; ou, nas de Balaskas (2015, p. 21) “intervenções desnecessárias levam necessariamente à efeitos colaterais e complicações iatrogênicas que geram, conseqüentemente, novas intervenções:

*Caí naquela cascata de intervenções: indução com soro de ocitocina sintética, anestesia, manobras de Kristeller, fórceps de alívio (2.1.57). Simples: internação prematura = cansaço de equipe e parturiente = cesariana (2.1.22). Aceitei a anestesia. Aí tiveram que aplicar a bendita ocitocina, para que as contrações voltassem, e uma maldita glicose que entrou queimando na veia (2.1.28). Aceitei a epidural [...] As batidas do*

*coração do Lucas começaram a diminuir (2.1.03). As anestésias tinham deixado as contrações sem força e o parto parou. Foi então Dr. Renato usou o fórceps para puxá-lo. Junto com fórceps veio uma episiotomia e depois alguns muitos pontinhos (2.1.54).*

Este **descolamento do real** a que nos referimos nega o fundamento lógico do qual a técnica faz alegoria. Trouxemos dados anteriores do prejuízo em termos sanitários e econômicos, por exemplo, da cadeia viciosa de intervenções. As proposições que afirmam serem os artefatos técnicos exclusivamente benéficos e facilitadores precisam, portanto ser reavaliadas não apenas em sentido histórico, mas também em termos funcionais (RÜDIGER, 2014, p. 37; IHDE, 2017, p.21).

Há algo errado quando a diferença entre condições **primitivas e civilizadas é medida pelo número de elementos técnicos interpostos entre a ação e um suposto objetivo**, mesmo quando a cadeia de causas e efeitos são fragmentários ou pouco conhecidos (SIMMEL, 2015, p.24). Nesta lógica, um parto só poderia ocorrer longe da estética organizacional em um cenário precário de desassistência ou falha grave do sistema. Lógica que fez do sensível e, portanto, da parturição, uma situação clínica, um acontecimento patológico, um caso disfuncional (ODENT, 2003; JONES, 2008; CHACHAN, 2006; BALASKAS, 2015): Fez de *um processo fisiológico, doença* (2.1.05; 2.1.22; 2.1.35; 3.2.04; 3.2.10; 3.3.02; 3.3.03; 3.3.06; 3.3.08; 3.3.18). Por patológico/disfuncional, lemos: inúteis e ineficientes.

*Quando vi que, em vários lugares do mundo, é super normal parir em casa e hospital é para quem está doente, sabia que estava fazendo a escolha certa. (3.3.18). Parir normal é o normal, e acredito que nosso corpo é perfeito pra isso (2.1.35). O que chamam de parto humanizado não significa uma nova técnica ou conhecimento, só o respeito à fisiologia do parto e à mulher (3.2.10).*

Chama-nos atenção, nos relatos de parto “simples” necessidade de *respirar, dormir, comer, andar* (2.1.02; 2.1.03; 2.1.04; 2.1.05; 2.1.06; 2.1.09; 2.1.10; 2.1.11; 2.1.12; 2.1.14; 2.1.16; 2.1.17; 2.1.18; 2.1.20; 2.1.23; 2.1.24; 2.1.42; 2.1.50; 3.1.04; 3.1.05; 3.1.11; 3.1.20; 3.2.06; 3.2.08; 3.3.01; 3.3.02; 3.3.03; 3.3.04; 3.3.07; 3.3.08; 3.3.09; 3.3.10; 3.3.12; 3.3.13; 3.3.14; 3.3.19) para parir: trata-se da fisiologia sã do nascimento reiteradamente declarada, (ainda que) em exceção.

Ao processo de interpelação do natural, de normalização da técnica, Spengler (1941) chama “**técnica como tática de vida**” (p. 13) e Heidegger (1999) denomina “**armação**” (*Get-Stell*): um processo de força estruturante, produtor de um mundo sob referência não da figura,

mas da forma, configurada por princípios tecnocráticos de produção e consumo da existência, que prescrevem a seres-entes uma condição restrita de existência sistematicamente ordenada. Heidegger (2001) lista entre os princípios da armação: **(i) o calculismo, (ii) a aceleração<sup>80</sup>, (iii) a planificação, (iv) a teleologia da utilidade e (v) a expansão<sup>81</sup>.**

- (i)** O calculismo (**matemático**) corresponde à sentença axiomática designativa de um ‘conhecimento verdadeiro’ acerca dos entes, dispensado da apreensão sensível (HEIDEGGER, 2001, p. 50). Diz respeito ao pensamento originalmente poético reduzido ao cálculo racional das relações, tido como um procedimento certo e assegurador (RÜDIGER, 2014, p. 99). “O incalculável do ser é apenas o que ainda não foi dominado” (HEIDEGGER, 1999, p. 84) e, por conta disso, reflete o descontrole (negativamente avaliado). O princípio pode ser evidenciado nos relatos de controle temporal do parto (que tratamos na primeira premissa), mas também no monitoramos contábil da regularidade da contratura (que muitas mulheres utilizam aplicativos de aparelho móvel para registro) e da medição de abertura do colo do útero (dilatação) (1.1.01; 2.1.12; 2.1.13; 2.1.14; 2.1.18; 2.1.20; 2.1.25; 2.1.32; 2.1.44; 2.1.48; 2.1.50; 2.2.01; 3.1.05; 3.1.06; 3.1.08; 3.1.20; 3.3.04; 3.3.06; 3.3.07; 3.3.08; 3.3.09; 3.3.10; 3.3.11; 3.3.12; 3.3.13; 3.3.14):

*Cronometramos. Estavam vindo de 10 em 10 minutos, de 8 em 8 minutos, de 6 em 6 minutos, de 1 em 1 minuto (2.1.20). Marcamos. Vinham a cada 5 minutos, em média, e duravam entre 30 e 40 segundos. Em uma hora, foram 14 seguidas (2.1.12). Fui fazer o exame e estava só com 2 cm. [...] Lá fui eu para outro exame de toque, 4cm. Novo exame e 6 cm de dilatação. Novo exame de toque 8 cm de dilatação!!! Muito perto!!! 4cm de dilatação! Uhuuu algum progresso! (1.1.1) Mais um dos 54814584 exames de toque que já haviam feito (2.1.48) Foram inúmeros durante o trabalho de parto (2.1.50).*

- (i)** A **aceleração** foi discutida longamente, ainda que não de forma exaustiva, na primeira premissa desta tese. Trazemos aqui, por força argumentativa, novas narrativas que evidenciam a contraposição das formas de nascimento na distância temporal.

<sup>80</sup> Tratada na primeira premissa.

<sup>81</sup> Tais processos são caracterizados, ademais, pelo o avanço do **humanismo**, um movimento de “colocação do homem no centro, no comando, da existência”, do ordenamento e “domínio do mundo por nossa espécie” (**especismo**). Em que o saber se torna função de sua representação subjetiva derivada de um novo entendimento do eu como sujeito (RÜDIGER, 2014, p. 27, p. 54). “O homem foi, com o cristianismo, investido como primeira criatura e, portanto, com o direito de explorar a natureza” (RÜDIGER, 2014, p. 67). Para Spengler, é justamente a técnica que diferencia as espécies, que põe o homem no domínio do mundo (1941, p. 50).

*Em poucos minutos eu estava aberta (1.1.17). Foram 10 minutos praticamente (1.1.34) Plano B: Cesária. Foram 10 minutos (2.1.37). Não levou nem 15 minutos do momento em que entrei no centro cirúrgico até ouvir o choro (1.1.22). Tudo aconteceu em menos de meia hora (1.1.23) Foi tudo muito rápido. Em poucos minutos ouvi o choro (1.1.15). Fomos para a maternidade e às 9 horas em ponto entrei para o centro cirúrgico, 9:25 da manhã nasceu meu amado (1.1.16). Isso era 16:10h, 16:30h o bebê nasceu (1.1.08). Nos levaram para a sala de cirurgia às 10h e às 11h já estávamos todos no quarto (1.1.21).*

*Foram cerca de 7 horas (2.1.03). Eram mais de 10 horas de TP (2.1.07). 12hs depois veio a minha Catarina (3.1.14) 14 horas de trabalho de parto (2.1.50). Depois de 15h (3.2.10). Foram mais de 24 horas de parto (3.3.1). Levou quase 24 horas (3.3.18). Nasceu após 36 horas (3.2.03). Depois de 40 horas eu consegui (2.1.42).*

- (ii) A **planificação** (padronização, massificação, uniformidade) constitui-se na produção planejada, uniforme e incondicionada dos homens e do que lhes é destinado; encobrindo, assim, a eventualidade, a singularidade e a diferenciação do ser. Não há, pois, na planificação, qualquer exame de circunstância ou necessidade: a tecnologia como formação de mundo ocorre na soberania e arbitrariedade (HEIDEGGER, 1999, 2001, 2003), na “**indiferença ontológica e desconhecimento discricionário** dos singulares (SIMMEL, 2015, p. 18), pela aplicação de **fórmula eficiente** (MUMFORD, 2018). A interpelação via técnica procura fixar, manejar sempre da mesma maneira, o que nos compele, o que faz variar o mundo (RÜDIGER, 2014, p. 67); “comparável à lei, a qual existe tanto mais pura e firme, quantos mais variados e mutáveis os casos singulares que governa” (SIMMEL, 2015, p. 18).

O princípio está, em materialidade, na **uniformização** da veste das “pacientes” – de que tratamos em descrição mais detalhada na segunda premissa desta tese – (1.1.01; 1.1.03; 1.1.06; 1.1.07; 1.1.22; 1.1.23; 1.1.26; 2.1.03; 2.1.06; 2.1.11; 2.1.14; 2.1.17; 2.1.18; 2.1.27; 2.1.28; 2.1.50; 2.2.01); mas também está, especialmente presente, nas narrativas sobre **regras/procedimentos/protocolos/padrões/rotinas** hospitalares, descritas nos relatos (1.1.02; 1.1.04; 1.1.06; 1.1.09; 1.1.11; 1.1.14; 1.1.22; 1.1.31; 2.1.02; 2.1.05; 2.1.07; 2.1.11; 2.1.12; 2.1.14; 2.1.19; 2.1.20; 2.1.21; 2.1.22; 2.1.24; 2.1.25; 2.1.27; 2.1.28; 2.1.32; 2.1.50; 2.1.55; 2.1.58; 2.2.01; 3.1.05; 3.1.08; 3.2.05; 3.3.03; 3.3.07; 3.3.11; 3.1.13; 3.3.07; 3.3.18).

*Era o "dia da cesárea" dele (1.1.06). Só naquela noite foram 6 cesarianas consecutivas (1.1.02). Uma fila de mulheres se internando para a cesárea*

*(2.1.07). Nas 3 vezes em que fiz cesárea o procedimento foi igual vou descrever: [...] (1.1.14). Com meu primogênito, me vi prisioneira da praxe médica [...]. Na minha segunda gravidez, senti que, novamente, estava sendo levada à prisão da medicina tecnocrata (2.1.05). Era procedimento padrão (2.1.50). Era clássico (2.1.22). Era rotina (3.3.09). As enfermeiras que faziam as coisas e seguiam ordens sem analisar a situação (2.1.28). Condutas humanizadas não são rotineiras (2.1.27). O parto humanizado é um privilégio, é exceção, não a regra (3.1.11). Médicos humanizados, vão contra a maré do trágico cenário da obstetrícia nacional (2.1.22).*

- (iii) **Teleologia da utilidade** (objetificação) diz respeito à instrumentalização/reificação organizacional do homem, converte ser em um recurso cuja valoração é medida, em critério e hierarquia, por termos de funcionalidade/emprego/exploração: utilidade produtiva. “Às pessoas e às coisas, às situações e às obras não é mais permitido serem **bens em si mesmos**” (SPENGLER, 1941; RÜDIGER, 2014, p. 53). O que entendemos por experiência é, justamente, e no entanto, por definição, inútil: sem valor de uso ou de mercado. O princípio da utilidade, que a nega, pode ser observado em todo o decorrer de nosso desenho argumentativo. Quando discutimos (como fizemos na primeira premissa) a objetificação humana e o controle do tempo (a recusa da espera), por exemplo, temos clara a manifestação da utilidade como critério justificador da existência. Seguem alguns excertos ilustrativos (advertimos já os reproduzimos em outras e anteriores composições deste documento):

*Eu, de mãe que estava feliz e parindo, passei a um objeto amarrado e sem movimento em cima de uma maca. E o meu filho, de criança nascendo, foi reduzido a um objeto sendo retirado e manipulado (2.1.21). Nenhum hospital aceitaria esperar 23 horas sem intervir (3.3.18). Foi melhor pra médica que saiu do hospital a tempo de atender no consultório. Foi melhor para o hospital, que sabia que teria a sala livre para o próximo (3.3.02).*

- (iv) A **expansão** (gigantismo, planetarismo) diz respeito à escala aberta e ilimitada, ao alcance indiscriminatório e irrestrito da técnica tida como própria da constituição do ser na época moderna (SPENGLER, 1941, RÜDIGER, 2014). Escolhemos tratar por **noção de “normalidade”** o “gigantismo” Heideggeriano (1999) (2.1.02; 2.1.03; 2.1.04; 2.1.05; 2.1.06; 2.1.07; 2.1.08; 2.1.16; 2.1.17; 2.1.21; 2.1.22; 2.1.29; 2.1.39; 2.1.41; 3.1.10; 3.1.23; 3.2.04; 3.3.02; 3.3.06; 3.3.09; 3.3.15; 3.3.18).

*Tive o primeiro parto [...]repleto de intervenções. E isso tudo pra mim era normal (3.3.06). Essa coisa de parto natural não é normal (3.1.10). A*

*enfermeira havia chamado as estagiárias para assistirem, pois **elas jamais haviam visto um parto natural!** Ela me disse que trabalhando por dez anos nunca tinha visto um parto como o meu (2.1.06). Na rede particular o **parto normal é praticamente um evento** no hospital (2.1.39). Eu comecei a achar que talvez o **mundo estivesse certo e eu errada** (2.1.16). As reações eram de **espanto e preocupação**, as pessoas ficam **surpresas**, quase **escandalizadas**. (3.3.06). **Ninguém mais sabia**, nem meus pais, porque **chamariam a polícia!** Até hoje me chamam de **maluca** (3.3.18). **Eu evitava contar**. Não queria ficar explicando, (3.3.09). **Não queria falar pra mais ninguém**, pra evitar cobranças (2.1.04). Meus pais diziam que eu estava **louca, fora de mim**, que o médico é que sabia o que estava fazendo (2.1.02). **Era loucura ter um bebê fora do ambiente hospitalar**. (3.2.04). **Coisa de maluco** (2.1.07). Todo mundo vivia dizendo que **eu estava enlouquecendo de querer o parto natural** (3.1.23).*

Poderíamos propor considerar entre os princípios da “armação” de Heidegger (1999), ou destacar entre suas implicações, a **negação do sensível** que radica em **movimento, substância e profundidade a significação** (SPENGLER, 1941, p. 20; HEIDEGGER, 2001, p. 50; SANTAELLA, 2012, p. 33). À **perda da distância e da espera pela técnica é correlata a “ausência de proximidade”** que priva-nos do caráter de coisa, nós incluídos (RÜDIGER, 2014, p. 33), atingindo a “essência do homem em sua relação com o próprio ser” (HEIDEGGER, 1995, p. 266). Visto que, o processo de silenciamento, esvaziamento, desaparecimento, desqualificação do sensível limita seu campo de iniciativas sobre o real, debilita seu conhecimento direto das coisas, de si e da alteridade<sup>82</sup> (LE BRETON, 2013; RÜDIGER, 2014).

A intensificação tecnológica tende predominantemente a uma redução dos processos de percepção, reduzindo o acesso aos sentidos, quando muito, ao da visão plana<sup>83</sup>. São, no entanto, exatamente, os “**sentidos viscerais**” (LEBOYER, 2017, p. 108), os mais radicalmente silenciados em expressão e suplantados pela tecnologia (fria, silenciosa, inodora, maculada, impassível e asséptica) – falávamos, pois, também da interpelação técnica quando abordávamos a dor, a sexualidade, o toque, o movimento na segunda premissa desta tese.

<sup>82</sup> O **afastamento do outro** também é acusado por Baudrillard (2008) e por Byung-Chul Han (2007) que tratam virtualidade como a violência do igual, do afastamento do estranho, da eliminação da alteridade, na era da “suspensão de barreiras”, da positividade e abundância tecnológica produtiva.

<sup>83</sup> Segundo Santaella (2012), 75% da percepção humana contemporânea é visual; e 20%, sonora – e em grande medida projetadas/artificiais –; restando apenas 5% aos demais sentidos. Apenas a visão e audição estão diretamente ligadas ao cérebro, em oposição aos demais sentidos, considerados mais corpóreos, **carnais**.

A técnica teria, assim, como abordamos, um poder “libertador” do ser da carne. Em outros termos: a *techne* serve à contenção da revelação da *physis* (HEIDEGGER, 1988; RÜDIGER, 2014). É justamente, no entanto, o processo de *poiesis* fundado na *physis* capaz de impor limites à técnica, à armação nos termos de Heidegger (2001), ou **à organização (em nossa perspectiva), que interpela a realidade** e invoca o esquecimento do homem de seu próprio enraizamento no mundo (HEIDEGGER, 2001).

**Se a técnica** sucumbi à usura, disciplina, gerenciamento e regulamentação (HEIDEGGER, 1999, p. 87); se **“submete o curso da história à ordem”** (HEIDEGGER, 1999, p. 336); se impera sobre o componente poético/criativo fundado no vivido (MUMFORD, 2018); se superpõem-se sob o modo de contra-presenças (ZIMMERMAN, 1990, p. 229; LE BRETON, 2013, p. 221); se opera como “aparelho redutor da variedade de formas de vida humanas” (IHDE, 2017, p. 25); se subtrai o incalculável poético – correspondência originária do ser –; e, freia a revelação da existência (HEIDEGGER, 2001, p. 50): **a physis a subverte**. O sensível “reanima” o homem.

A *physis* interpela-nos na origem e em totalidade sob a forma de uma presença que eclode, que revela, faz surgir, aparecer por si, o mundo e o homem (HEIDEGGER, 2001, p. 139): **“por meio do sensível, o ser mundaniza”** (RÜDIGER, 2014, p. 65) e alcança o **sentido da existência** (HEIDEGGER, 1993; RÜDIGER, 2014; SIMMEL, 2015; IHDE, 2017).

A fenomenologia retira a sensibilidade da perspectiva gnoseológica tradicionalmente concebida – ora como conhecimento inferior ou deformado; ora como prelúdio, momento preparatório, para o conhecimento – (MERLEAU-PONTY, 2017). Nenhuma coisa pode existir a parte das qualidades sensíveis, e é nestas que subsistem os próprios inteligíveis aos quais se alcança abstratamente. Não há como apartá-las, pois, da ordem do ser (SANTOS, 2009, p. 83).

Por fim, se a **metafísica ocidental** em que habita o niilismo latente consolida a pretensão de controlar o ser, dominar-lhe a natureza e calcular-lhe o sentido tecnicamente, fazendo **“a pergunta pelo ser reduz-se à procura pela técnica”** como asseguradora do conhecimento e da verdade (RÜDIGER, 2014, p. 67); a **fenomenologia restaura a proposta ontológica: solicita a pergunta pelo ser e a refaz através do sensível**.

#### 5.4. OS SENTIDOS E O REAL

A maravilha [e a maldição] do real é que nele o sentido é um e o mesmo que a existência, e que deveras o vemos instalar-se nela (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 434).

Nosso curso argumentativo desagua nesta **quarta e última premissa da tese**, não por causalidade ou finalidade, mas intensão. Desde a primeira premissa, nossa questão esteve centrada nas implicações da organização dos sentidos; em pensar sua lógica atuante como quebra da inexorável relação (de lastro) entre o sensível e a significação – sentidos em carne/consciência e linguagem; na compreensão (ainda que inacabada), fundada no real, da condição humana de existência organizada, para além da servidão ou liberdade dual, mas em termos de potência, de possibilidade, de reabertura – a partir da investigação fenomenológica.

As operações sensíveis/instintivas não estão antecipadamente articuladas ou determinadas, o sentido não existe a priori, a significação é prática, vivida como situação ancorada ao meio e aberta. Os reflexos não são processos cegos, mas ajustam um sentido e exprimem uma orientação; a percepção enquanto intensão pré-objetiva delinea a zona de nossas operações possíveis, a amplidão de nossa vida (MERLEAU-PONTY, 2017, p.119).

Ao revalorizar a experiência e a sua relação com o pensamento, a fenomenologia revisita o vínculo indissoluto entre o sentir e a ideia na experiência do ser-no-mundo; distancia-se do realismo e do idealismo (ou, aproxima-os). O corpo exprime a existência como campo de presença: lançado ao fluxo do mundo (natural e cultural) o homem pode compreender-se e compreendê-lo (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 605). Nas palavras de Merleau-Ponty (2017, p.122): **“Tenho consciência do meu corpo através do mundo; tenho consciência do mundo por meu corpo”**.

A fenomenologia revela, assim, **o significado como “característica mais fundamental e problemática da experiência sensível”** (SANTAELLA, 2012, p. 15). “Para percebermos as coisas é preciso que nós a vivamos”: “todo conhecimento começa e provém da experiência” (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 436, p. 600). A apreensão, **a expressão e o entendimento realizam-se no corpo: no sentir em profundidade** – atividade da existência, da qual toda conceituação intelectual é consequente (SANTAELLA, 2012; MERLEAU-PONTY, 2017).

Advertimos, neste ponto, que as funções sensoriais por si sós não fazem o ser no mundo, quando forjadas podem conceder apenas um invólucro das coisas. A experiência que crepita através do corpo sem sua cumplicidade é apenas o esboço da verdadeira presença, pode ausentar o ser do mundo. A existência (ser no mundo) só se realiza no corpo pela operação primordial de significação pela qual se exprime (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 229). Então embora estejamos, a seguir, tratando do sentir/não-sentir em termos duais, aparentemente simplistas e paradoxais, o escolhemos fazer para fins argumentativos e de adequação dos dados de pesquisa. Tomamos o cuidado de observar e considerar, nesta explanação, a originalidade das funções sensoriais descritas nos relatos.

**O sentir** apresenta-se abundantemente, descrito das mais diferentes formas, nas narrativas de parto natural (3.1.01; 3.1.04; 3.1.05; 3.1.10; 3.1.16; 3.2.03; 3.2.04; 3.2.05; 3.2.08; 3.2.09; 3.3.01; 3.3.03; 3.3.04; 3.3.05; 3.3.06; 3.3.07; 3.3.08; 3.3.09; 3.3.10; 3.3.08; 3.3.11; 3.3.12; 3.3.13; 3.3.14; 3.3.16; 3.3.19):

***Eu sentia tudo** (3.3.04). **Senti a primeira contração bem** (3.1.1) **Senti a bolsa de água se rompendo** (3.3.03). **Senti vontade de entrar na banheira** (3.2.04). **Senti vontade de ficar de cócoras** (3.1.19). **Senti vontade de fazer força** (3.3.01). **Senti uma ardência muito forte, o tal círculo de fogo** (3.1.10). **Senti ele no meu quadril** (3.3.06). **Senti a cabecinha descendo**. **Senti os ombros passando pelos meus ossos** (3.3.12). **Senti ela vindo**. **Senti o giro, o corpinho vindo, quente** (3.2.03). **Senti tudo muito claramente** (3.2.09).*

O não-sentir apresenta-se igualmente abundante, nas histórias de nascimento que compõem os nossos dados analíticos, no silenciamento de em relatos curtos ou carentes de descrição do sensível, e, em menor número, expressos em tom de resignação ou contestação:

***Não senti absolutamente nada** (2.1.48). **Não senti mais nada. Só o cheiro de carne queimada. A minha carne** (1.1.23). **Não senti nada. Apenas humilhação**. **Minhas contrações sumiram. Minha barriga sumiu. Minhas pernas também** (1.1.22). **Eu me sentia uma morta-viva, só sabia que estava viva porque via na “telinha” meu batimentos cardíacos [...]. Quando escutei seu chorinho, e pensei: minha filha nasceu e eu não senti nada! Nem minhas pernas nem meus braços, mal consigo respirar, eu nem vi o rosto dela, só vi um vulto e apaguei** (1.1.04). **Havia em mim uma sensação de alheamento (talvez por conta da sedação) que só passou no fim do segundo dia** (1.1.06). **Eu, crucificada, não senti nada, não toquei nele, só o vi passar por mim** (1.1.03).*

Percebemos, nos primeiros relatos, o **sentir associado à vontade original**. A percepção possibilita a concepção da vontade, assim como da ação e do sentimento dela

provenientes, como formas originais de compreensão da coisa: a fenomenologia reconverte “execuções mecânicas à **atos de vontade**” (2.1.02; 2.1.08; 2.1.12; 2.1.15; 2.1.17; 2.1.18; 2.1.22; 2.1.25; 2.1.45; 3.2.04; 3.3.01; 3.3.04; 3.3.07; 3.3.08; 3.3.09; 3.3.11; 3.3.13; 3.3.16) (Merleau-Ponty, 2017, p.89).

*Senti vontade de fazer força (3.3.01). Uma vontade forte que vem naturalmente (3.2.08). Incontrolável (3.3.04). Vigorosa e intensa (2.1.22). Uma vontade que não tem como segurar (3.3.04). É um ato que você não controla, seu corpo pede e faz você fazer (2.1.25).*

Perguntamo-nos, então o que ocorre ao ato de vontade, quando o sentir é impedido ou desprezado? Quando o movimento volta à execução mecânica, metódica, econômica?

*Eu quis fazer força, mas ele disse que não era hora (2.1.25). Fui orientada ao tipo de força que tinha que fazer (2.1.35). Como estava com anestesia e não sentia contração, a Dra. Alessandra monitorava, me avisava e me orientava o que fazer (2.1.55). O médico ensinou e comecei a ensaiar a fazer força. Entendi e comecei a treinar, acertei em cheio como fazia e recebi um elogio dele. É bom aprender porque evita gastar energia à toa (1.1.01). Não senti absolutamente nada e só escutei, faça força mais uma vez. Pronto, minha filha nasceu e eu apaguei (2.1.48). O médico auxiliar começou a empurrar a minha barriga (2.1.27). O anestesista enfiou a mão sob o lençol e o empurrou pra fora pelo rasgo (2.1.08).*

O corpo fenomênico, expressivo (*ausdruck*) funda na experiência sensível a unidade antipredicativa do mundo percebido em expressão verbal (*darstellung*) e significação intelectual (*bedeutung*) (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 315). Se a motricidade em estado puro é a esfera primária das significações; se está no corpo o poder elementar de dar um sentido (*sinnggebung*) (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 197); e, se é a percepção que “faz nascer o ser-no-mundo” (SPENGLER, 1941, p. 45): podemos pensar o que ocorre quando o sentir é interdito.

“A realidade não existiria sem enraizamento corporal (CHANLAT, 2011, p. 125)” e o **possível está fundado no real** (MERLEAU-PONTY, 2011, p.14): ou, em outras palavras, a experiência, a abertura e liberdade de pôr-se em situação, o **poder viver**, está atrelado ao limite contingente e finito da nossa existência.

*Ter podido sentir tudo, foi tão VIVO, sabe (2.1.8). Pudemos viver o nascimento de forma ativa (2.1.53). Eu me sentia tão feliz por poder viver cada uma daquelas sensações (2.1.8) Sou muito agradecida por poder ter*

*passado por essa experiência de vida (2.1.51). Eu tive a oportunidade de viver o milagre da existência (2.1.24).*

Ter a experiência não é recebe-la passivamente, é vivê-la, retomá-la, assumi-la, reencontrar seu sentido imanente (Merleau-Ponty, 2017, p. 342). Na experiência tenho a consciência de assumir uma situação de fato, de reunir o sentido esparso dos fenômenos e dizer aquilo que eles querem dizer de si mesmos (Merleau-Ponty, 2017, p. 342). Não sentir, neste sentido, é, então, a **experiência sob forma negativa**:

*Eu tive que lidar com toda a frustração de não “poder”, de não poder viver o nascimento do meu filho e respeitar o meu corpo (1.1.23). Não tive chance de ser gente (1.1.23). Tive a certeza dentro de mim que havia sido roubada de muito (3.3.02).*

A organização convencional da prática obstétrica, está comprometida desde a formação dos profissionais de saúde, cuja postura é determinante na “escolha” das mulheres (D’ORSI et al., 2006). Na organização, também obstétrica, “o discurso de segurança oculta o verdadeiro intuito subjacente: o poder” (JONES, 2008, p. 154). O suposto “poder de decisão” é altamente fragilizado por mecanismos (sutis e explícitos) através dos quais opera, de forma articulada, o poder técnico-especializado no modelo mercantilizado (MELO, 1983, VIEIRA, 2002; CHACHAN, 2006; CARDOSO; BARBOSA, 2012).

*Você [médica] estava no comando! Você não me deu chance. Eu confiei e você fez com que o sistema me engolissem viva. Me calei. Engoli o choro. Abaixei a cabeça, literalmente, na direção dos meus joelhos (1.1.23). Rolou um estresse para encontrar um médico para participar deste momento tão importante sem se achar no direito de decidir qual a melhor forma de trazer uma vida ao mundo (2.1.20). Ele disse que não dava. Agenda cheia. Melhor não discutir. Ele era um médico muito respeitado (1.1.02). Médicos e enfermeiras dizendo o tempo todo o que fazer, quando fazer, como fazer (3.3.12).*

Se “o corpo é nosso meio de ter um mundo”, seu poder sobre este mundo, ou qual mundo terá, está na amplitude da variação e da articulação do espetáculo da vida oferecido na percepção (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 146). É, pois, **na espessura da presença pré-objetiva encontramos o fundamento da nossa liberdade** (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 580), que reconhecemos o nó da existência, o **núcleo significativo**, o espaço eminentemente expressivo de projeção das significações, aquilo que dá-lhes lugar, o que **as faz existir** (MERLEAU-PONTY, 2017, p 200).

“O pensamento formal vive [então] do intuitivo: **a certeza se forma a partir de uma hipótese que pressupõe a experiência**” (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 515). A fruição da vida é sensação e sentimento, antes que representação cognitiva: a reflexão é radicada no vivido. Sem a matéria sensível os conceitos puros do entendimento não fariam sentido. “São indiscerníveis os limites entre a sensibilidade e o entendimento” (SANTOS, 2009, p. 83). **O sentido encarna-se na evidência: o que faz a ‘realidade’ da coisa é justamente sua aseidade, sua presença irrecusável.**

A diferença da espessura (não dual) da experiência de parir um filho em presença e ser parida, por sujeitos indeterminados/ocultos descritos em narrativas, talvez possa nos dar indícios da condição humana, do nó de existência capaz de significar (de alcançar entendimento) e fazer existir uma realidade:

*Eu estava sendo aberta (1.1.17). [...] estava sendo costurada. (2.1.09) [...] já estava sendo fechada (1.1.01). **Fui levada** para atendimento, **fui medicada** e passamos a esperar (2.1.40). Estava apenas com 2 cm, mas **resolveram** me internar e **decidiram** estourar a bolsa (2.1.09). **Continuaram** costurando minha barriga, tirando placenta. **Terminaram** (1.1.07). **Foi colocado** o acesso, **fizeram** a depilação e a lavagem. **Só lembro de ser anestesiada. Então eu fui deitada.** [...] **Ele foi levado. Fui sedada** (1.1.06). **Me examinaram, me levaram** pra um corredor e **me deixaram** lá (1.1.07). **Amarraram** as minhas mãos (2.1.37) **Fizeram** a episio **sem nem me avisar** (2.1.15). **Sem meu consentimento** (1.1.23).*

**Fenômenos humanos reduzem-se à condições físicas determináveis/determinadas** e a subjetividade passa a uma inspeção deliberadamente “racional”, quando divorciados, em hierarquia, das ambiguidades não contraditórias das relações e do perspectivismo inerentes ao ser (com outros) no mundo. “Diante do **colapso da percepção e da intersubjetividade**, o solipsismo é inevitável” (SANTAELLA, 2012, p. 20). Reencontramos, na fenomenologia, na análise da unidade da coisa enquanto **em-si-para-nós** em implicação recíproca das dimensões do tempo e espaço na experiência vivida intersubjetivamente (MERLEAU-PONTY, 2017).

Se meu corpo é meu modo fundamental de ser no mundo, assim o é o de outrem. A percepção e consciência de si forma-se na percepção e consciência do outro. Há, entre perspectivas de diferentes sujeitos em carne (*embodied*), um mundo comum, compartilhado em tempo e espaço (MATTHEWS, 2010). Sentindo-se e sentindo ao outro – vendo e vendo-se, tocando e sendo tocado – o corpo reflexiona ainda antes da reflexão da consciência (CHAUI, 2010).

O sentir vem, pois, da coexistência; não é um registro passivo ou imposição ativa. **Há sempre o outro** enredado em nossa experiência. E é a presença mútua de subjetividades encarnadas abertas, sensíveis, ao mundo e ao outro que suprime a alienação (SANTAELLA, 2012, p. 35). Outro é reconhecidamente para si para além de seu ser para mim, quando **somos um para o outro para além de um e outro** (MERLEAU-PONTY, 2017). Ocorre, então, o contraposto da objetificação (que trabalhamos em passagens anteriores) ocorre o que denomina-se humanização, neste caso, do nascimento, descrita na apreensão do outro em: *disponibilidade, respeito, apoio (físico, técnico e emocional), sensibilidade, dedicação, toque, escuta, cuidado, abertura* (2.1.02; 2.1.05; 2.1.07; 2.1.14; 2.1.20; 2.1.22; 2.1.45; 2.1.53; 2.1.55; 2.1.56; 3.1.06; 3.1.11; 3.1.20; 3.2.05; 3.2.06; 3.2.07; 3.3.01; 3.3.02; 3.3.03; 3.3.05; 3.3.06; 3.3.07; 3.3.08; 3.3.09; 3.3.10; 3.3.11; 3.3.12).

*Com o passar dos minutos parecia já não haver diferença entre nossos rostos, tamanha a ligação naquele momento (3.3.08).*

A experiência ultrapassa o corpo único e prolonga-se no mundo percebido em expressão. Na **intercorporeidade forma-se a intersubjetividade**, se produz e compartilha sentido: na coexistência no (e com o) mundo em uma atmosfera afetiva, desenvolve-se a **significação, uma compreensão existencial que revela o real** (MERLEAU-PONTY, 2017).

Buscamos na experiência, neste sentido, “o meio afetivo pelo qual fazemos existir para nós” (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 213): a dialética fundamental em que as coisas existem e significam originariamente, “na medida em que o corpo transcende em direção a elas” (SANTAELLA, 2012, p. 25). Toda experiência/apreensão é corporificada, **exige a presença – superfície de contato com o mundo** – de um ser-no-mundo envolvido/embebido em integralidade (*lebenswelt*): um mundano-no-mundo (*weltlichkeit der welt*) (MERLEAU-PONTY, 2017).

“Porque estamos no mundo, estamos condenados ao sentido e não podemos fazer ou dizer nada que não adquira um nome na história” (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 18). Mas, o que seja que dissermos ou fizermos sobre algo só tem sentido na medida em que o somos/fomos/vivemos (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 576). O que nos ocorre, então, na recusa da presença?

*Fui trocada para uma sala com luz fria, cheia de máquinas, amarraram as minhas mãos, fui anestesiada e apaguei (2.1.37). [...] me contaram, eu estava apagada (1.1.34). O tempo todo eu estava apagada (1.1.34). Me mandaram ficar imóvel (1.1.19). Levantaram aquele pano azul na minha*

*frente (1.1.01). Não tive chance se quer de ver. Não tive muitas chances de muitas coisas, na verdade (1.1.23). Me mandaram ficar quieta uma, duas, muitas vezes (1.1.23). A primeira vez que vi minha filha foi na frieza de uma incubadora, isolada, cheia de fios e aparelhos e eu sentada em uma cadeira de rodas, através de um vidro (2.1.07).*

São os sentidos que transformam o ambiente em um mundo (MATTHEWS, 2010, p.28): “o corpo é nosso meio de ter um mundo” (MERLEAU-PONTY, 2014, p. 146). O mundo (inseparável, pois, do homem) é o solo do sensível, o berço das significações, campo do pensamento, pátria da racionalidade: Isso **destrói a dicotomia entre idealismo e realismo**, entre acaso e razão absoluta. A **compreensão é atrelada à existência**: “A sociedade, a economia, suas organizações, são tais como as trago em mim, como as vivo neste quadro institucional” (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 594).

Quando tratamos, nesta e nas premissas anteriores, da **imobilidade** (1.1.01; 1.1.02; 1.1.04; 1.1.06; 1.1.11; 1.1.19; 1.1.23; 1.1.24; 2.1.0; 2.1.03; 2.1.07; 2.1.09; 2.1.10; 2.1.11; 2.1.15; 2.1.16; 2.1.18; 2.1.21; 2.1.22; 2.1.44; 2.1.25; 2.1.27; 2.1.28; 2.1.44), da **sedação** (1.1.01; 1.1.23; 1.1.34; 2.1.23; 2.1.25; 2.1.27; 2.1.30; 2.1.37; 2.1.48; 2.1.53; 2.1.55), do **silenciamento** (1.1.15; 1.1.23; 2.1.14; 2.1.17; 2.1.27), do **impedimento do toque (no próprio corpo) e da visão** (1.1.01; 1.1.04; 1.1.07; 1.1.21; 1.1.22; 1.1.23; 2.1.15; 2.1.28), do **distanciamento** (imediate do filho após o nascimento) (1.1.01; 1.1.02; 1.1.03; 1.1.04; 1.1.21; 1.1.22; 1.1.23; 1.1.27; 1.1.31; 2.1.07; 2.1.12; 2.1.21; 2.1.27; 2.1.48; 2.2.01; 2.1.09; 2.1.10), não falávamos apenas da restrição de tempo/espço (i), do tratamento do corpo como objeto (ii), da interdição do sensível pela técnica (iii), falávamos (falamos) da falta de sentido, em última instância, da produção de uma representação reduzida do real, do estreitamento do mundo (iv) pela **contenção organizacional da presença**: Falávamos da perda do “tacto **fisiognômico** que permite penetrar no **sentido** de todo o acontecimento, sua significação mais profunda” (HEIDEGGER, 1995, p. 266).

Além da distância física que existe entre mim e todas as coisas, uma distância vivida liga-me às coisas que contam e existem pra mim, e as liga entre si: **Essa distância mede, em cada momento, a amplitude da minha vida** (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 384).

**Este distanciamento/impedimento do sentido altera, pois, a produção de sentido.** Provoca um afastamento do sujeito não apenas do produto do trabalho que desenvolve, por não ter contato com o processo completo de produção, como na definição marxista de alienação. Este afastamento **aliena o ser de si, produz um não-ser-no-mundo**, em alheamento anterior e mais radical do mundo da vida (HUSSERL, 2012).

**A significação é centrífuga:** compreender é sempre construir, constituir, operar a síntese do objeto (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 574). **A consciência da coisa pressupõe, neste sentido, a consciência de si:** “O consciência do ligado pressupõe a do ligante e de seu ato de ligação” (Merleau-Ponty, 2017, p. 318). O corpo é o ligante, objeto sensível a todos os outros, que “ressoa para todos os sons, vibra para todas as cores” e que **fornece às palavras a significação primordial através da maneira pela qual ele as acolhe** (Merleau-Ponty, 2017, p. 317).

Nas palavras de Merleau-Ponty (2017, p. 316): “**a palavra** é um acontecimento que se apossa do meu corpo, e suas ações sobre meu corpo circunscrevem a zona de significação à qual ela se reporta”. Como movimento linguístico em plenitude dinâmica, a palavra não é, pois, distinta da conduta que induz.

Perguntamos, então, qual conduta induz o **não relato**, ou o **não dito**? O que devemos ao entendimento quando um relato de parto salta da gravidez ao filho concebido? Quando perde o poder descritivo do momento exato do nascimento pelo não vivido/sentido? Quando perde em resultado o processo? Quando tem **encurtada a escrita e a história**?

*Perguntei à Lena: “**Já tiraram ela?**” (1.1.31). **Caco me “avisou” quando o Pedro saiu**, por que ele não chorou (1.1.03). **Fiquei esperando a reação dele para saber se o Théo havia chegado**. Quando ele já estava limpinho o mostraram pra mim (1.1.21). **Só me lembro do médico colocando oxigênio e depois ao longe o choro do Dudu**, quando ele estava limpinho e enroladinho eu consegui vê-lo rapidamente (1.1.27).*

Jones (1976, p. 84) fala na desumanização do homem, “na **atrofia de sua existência**, mesmo no caso fortuito da sobrevivência biológica”:

*Mas **tinha acabado e meu filho estava comigo e isso era tudo que eu queria** (1.1.24). Foi como toda cirurgia, né? Dificuldade de locomoção, muitas dores, sem condições de cuidar da cria. **Mas, feliz por tê-lo nos braços e bem** (1.1.09). 34 semanas de gestação, não estava na hora, eu não estava pronta, meu marido não estava ali e, num intervalo de uma hora entre aquela consulta, eu já estava na sala de cirurgia. E quer saber, eu nem ligava pra isso. **Ela nasceu. E a única coisa que eu queria era que meu bebê nascesse bem** (1.1.31). **Independentemente do que aconteceu, estamos bem e felizes. Pedro é uma bênção** (1.1.03).*

Durante a coleta de dados intencionávamos parear o número de relatos de parto cirúrgico-hospitalar e natural-domiciliar, acreditávamos que traria consistência à análise comparativa. Percebemos, no entanto, não só a multiplicidade das experiências que perderíamos

ao atermo-nos aos extremos, mas que o corte arbitrário que igualaria relatos supostamente contraditórios nos roubaria um retrato importante do que pretendíamos discutir. Ao manipularmos em números a distância entre a espontaneidade da narrativa e sua ausência/resistência, não poderíamos considerá-la em termos de significação destas experiências. Pudemos encontrar apenas 31 relatos de parto cirúrgico dos 144 relatos colhidos. Além desta, ficou evidente a diferença entre espaços textual, tempos da escrita, em materialidade: relatos de parto cirúrgico eram substancialmente mais curtos e tinham maior detalhamento narrativo, ordinariamente, na descrição de momentos anteriores e posteriores ao nascimento e cuja significação atrela-se à chegada do filho e não ao parir.

*Mesmo encarando uma cesárea, que alguns podem considerar mais fria, técnica...não estou aqui para defender! Sinceramente não foi isso que experimentei. A força do momento exato do nascimento é incrível. (1.1.10). [...] Estava tudo pronto para a Mel nascer e assim foi. Não há palavras que possam descrever as emoções que senti naquele momento (1.1.17). A cesárea foi marcada após às 16h. E, finalmente a nossa doce Laura chegou! Aquele chorinho estridente, cheio de amor. A Laurinha chegou para alegrar nossas vidas (1.1.08). Me lembro da maca indo, eu virada de barriga para cima, vendo o centro cirúrgico se aproximando numa ansiedade enorme! Ela nasceu às 18:30h do dia 10 de setembro, escutei aquele chorinho doce e parece que minha vida se resume em antes e depois daquele choro! Aquele momento foi único. (1.1.25). Meu moleque nasceu lindo (1.1.18). A cesárea foi bem tranquila e no dia 16/10/2008 às 14:36 hrs, eu conheci o que é o amor verdadeiro. Chorei muito! (1.1.19). Minha cesárea foi feita 16/07 e Helena nasceu às 17:59 com 1345kg e 41 cm. (1.1.20). Eu queria ficar feliz (juro que queria), mas eu não consegui. Tudo isso passou, quando o relógio marcou 7:54 e eu ouvi aquele chorinho. Nunca um choro me deixou tão feliz (1.1.12). Teve consequências péssimas sobre mim e se refletiu em toda a minha família (1.1.23). Recebemos alta e eu me sentindo impotente e a pior pessoa do mundo (1.1.12). Um parto que me deixou vazia (1.1.02).*

**O signo não apenas indica a significação, mas é habitado por ela.** A resistência ao falar supõe uma relação intencional com a recordação à que se resiste. A rejeição toma formas não expressas, pode ser apreendida na afonia como na ausência do relato. “As mensagens sensoriais ou recordações só são apreendidas expressamente, e por nós conhecidas, sob a condição de uma adesão geral à zona do nosso corpo e de nossa vida” da qual estão relacionadas. A adesão, assim como a recusa, delimitam o campo mental imediatamente disponível, situam o sujeito em relação à experiência (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 224). A palavra é reencontrada quando o corpo abre-se ao passado e ao outro, quando deixa-se

atravessar pela coexistência e quando novamente (no sentido ativo) significa para além de si mesmo (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 228).

A **experiência aberta tende à fala** no homem “são”: há nele uma intensão que surge em ebulição, uma necessidade, de expressá-la, torna-la pensamento, significá-la (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 267). A linguagem é, assim caracterizada, não meio ou instrumento, mas manifestação, **revelação do ser íntimo** em elo vivido e representativo com o mundo e os outros (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 266). A experiência traz através da apreensão do mundo, um **sentimento de si** que, reflexivamente, o significa e revela. ***Autora, poderosa, invencível, incrível, vitoriosa, poderosa, redimida, forte, grande/enorme, capaz, realizada, feliz, mulher/mamífera, auto respeito/dignidade*** (2.1.11; 2.1.12; 2.1.39; 2.1.49; 2.1.54; 2.1.53; 3.1.13; 3.1.16; 3.3.03; 3.3.01; 3.3.08; 3.3.13; 3.3.16): foram algumas das escolhas semânticas das mulheres na manifestação da auto representação na experiência do parto.

*Fui tomada por um sentimento novo e grandioso de dignidade, de respeito por mim (3.1.04). Nunca me senti tão entregue e tão autora como ali (3.2.05). É algo que mexe com nossas entranhas, literalmente, que nos faz sentir fortes, poderosas e invencíveis (2.1.40). Me senti vitoriosa, poderosa, redimida (3.3.1). Nunca me senti tão mulher e tão conectada à natureza, mamífera (3.2.02). Eu me senti grande, enorme, maior do que aquela minúscula sala, maior do que o planeta, do tamanho do universo (3.1.16). Foi uma experiência que me permitiu a descoberta de mim mesma, da minha força e da minha grandeza. Hoje me sinto mais mulher e certamente mais feliz (3.3.08).*

A auto representação, para além de si, releva, a profundidade da experiência, a amplitude do poder sobre o **mundo**: *A minha felicidade era sentir esta experiência, esta profundidade* (2.1.29). “A profundidade nos obriga a rejeitar o prejuízo do mundo em favor do ser ao reencontrar a experiência primordial onde ele brota” (Merleau-Ponty, 2017, p. 345).

A significação das coisas (de si, do outro, do mundo) não corresponde, no entanto, à verificação universal, objetiva e objetivante, de propriedades inertes. A experiência é sempre ambígua, opaca e incerta em algum grau: “o espetáculo percebido nunca é puro”. O corpo é sempre perspectivista, a apreensão tem sempre sua medida de indeterminação, uma “**imperfeição indefinida**”: **não há, portanto, representação/significação absoluta, correta ou acabada.** (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 427).

**Mas nas articulações de um significado** que resultam da expressividade síntese da experiência intersubjetiva, em investigação sensorial que as investe de humanidade, **está o real**

(MERLEAU-PONTY, 2017). Quando percebo, o **real transborda em significação**. No mundo real o sentido é um e o mesmo que a existência, e o vemos instalar-se nela

A distinção entre o real e o **irreal**, na fenomenologia da percepção, incorpora a tese sartreana de uma “**pobreza essencial**” (ausência/vazio) **do imaginário**. O puro cogito, como ato de pseudo-observação, não ensina; não se pode compreender de uma projeção ideária nada além do já sabido. O objeto irreal representa, justamente, a **função irrealizante** da consciência, uma negação do mundo, um recuo em relação ao existente.

O irrealizante, o que Merleau-Ponty (2017, p. 281) denomina “prejuízo do mundo”, a experiência corporal reivindica em realização. A experiência não repousa em si mesma, continuamente **refaz a proposta de viver** (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 228) – faz **transformar, renascer, reconstruir, curar, libertar** (2.1.11; 2.1.12; 2.1.24; 2.1.45; 2.1.53; 2.1.54; 3.1.04; 3.1.10; 3.1.11; 3.1.12; 3.1.13; 3.2.03; 3.2.08; 3.3.07; 3.3.09; 3.3.13; 3.3.15).

*É um processo onde a você cura um tanto de coisa e sente a vida te entrando e te rasgando por dentro (2.1.54). É difícil pensar em algo tão grandioso e tão intenso. Eu ainda não tinha percebido o sentido completo daquela experiência. Aos poucos fui me dando conta que o parto representava a minha transformação (3.1.13). Foi uma experiência transformadora. Senti que renascia mais forte, mais madura, bem mais feliz (3.3.07). O nascimento trouxe consigo o meu renascimento. Possibilitou a reconciliação comigo, com meu corpo (2.1.53). Eu nasci. Meu corpo me mostrou que posso muito mais do que pensava (3.2.03). Nasci também (3.3.13). A vida do meu filho e a minha “morte” se consumando. Eu sabia que depois de viver essa experiência nunca mais seria a mesma pessoa (2.1.24). O nascimento me ensinou tanto que, entre construir e desconstruir, nasci outra pessoa (3.1.10). Renasci (3.1.12).*

**Para negarmos o prejuízo do mundo** e encontrarmos um núcleo efetivamente dado no real precisamos, como defende Merleau-Ponty (2017, p. 281), observar a sensação “de tão perto que ela nos ensine a **relação viva daquele que percebe e com seu mundo**”. É preciso que consideremos, ademais, que sensação supõe sedimentos prévios, que, no entanto, podem **desfazer-se**. A **correlação entre a unidade do sensível e a unidade do sentido** é essencialmente temporal, e **deixa aberto o processo de síntese, sempre em vias de se refazer-se**, não se aplica à causalidade final, porque é, a cada momento, uma **re-criação do mundo**” (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 280).

**Contra o mundo social cimentado**, sempre posso usar da minha natureza sensível e contra o mundo natural posso recorrer à minha natureza pensante e colocar em dúvida cada percepção tomada à parte. A verdade do solipsismo está aqui. Toda experiência sempre me parecerá como uma particularidade que não esgota a generalidade de meu ser, e **tenho sempre, como dizia Malebranche, movimento para ir mais longe** (MERLEAU-PONTY, 2017, p.483).

## 6. O PREJUÍZO DO SER NO MUNDO ORGANIZADO

**Colocado diante de sílabas frequentemente associadas com rimas pobres, o sujeito, em lugar de rimar verdadeiramente, põe em ação uma intenção de reprodução, de forma que quando chega à segunda série de sílabas em que a ordem presente não mais se harmoniza com os conjuntos realizados nas experiências de adestramento a intensão de reprodução só pode conduzir à erros (MERLEAU-PONTY, 2017, p.42):**

Merleau-Ponty (2017) refere-se ao que Zimmerman (1990, p. 229) designaria “poesia sob forma negativa”. Cooptado pelo sistema organizativo, o nascimento transita de evento humano-natural-domiciliar à procedimento técnico-cirúrgico-hospitalar, passa à processo humano “reprodutivo” cuja intenção de adestramento conduz ao “erro”: “pobreza essencial” (MERLEAU-PONTY, 2017). Quando o mercado dá a luz – em sentido figurativo duplo: de gerar; e, gerenciar a vida, impor ordenação representativa/intelectiva – o fazer humano abstém em seu primeiro ato de vontade em existência do que lhe caracteriza enquanto ser. O parto sob a fôrma dominante apresenta ao homem desde sua chegada um universo planejado, inequívoco e inescapável. Organizado, o nascimento humano invoca a morte da humanidade (HEIDEGGER, 2001) e anuncia o fim do mundo (aberto, indefinido, inacabado) (MERLEAU-PONTY, 2011): Cenário fatídico, do qual propomos recuar na factibilidade da *poíesis* fenomenológica.

Permitimo-nos dizer, introdutoriamente, que embora tenhamos por cumplicidade estético-afetiva, ou escolha poética, recorrido ao nascimento como coisa, assim como à fenomenologia como método, o fizemos em última instância por razão da pertinência, da consistência e da adequação de seus corpos textuais para o suporte à análise organizacional que propomos nesta tese. Ainda, partimos do parto por força elucidativa que, como caso, concede à argumentos alusivos a um contexto que o extrapola. Poderíamos, como recurso ilustrativo, jogar com a troca de semânticas referenciando outro objeto que o desenho discursivo (fatídico), acima colocado, manter-se-ia válido.

Não nos permitimos escapar, no entanto, à sistematização requerida para a construção do conhecimento científico instituído no qual nos inscrevemos: Estabelecemos como tema de interesse a relação tempo-espaco-corpo; o justificamos identificando as lacunas, a ele referentes, no campo de estudos organizacionais; a partir das quais, elaboramos quatro premissas de pesquisa que consubstanciam como tese a implicação do organizar aos sentidos do ser-no-mundo; posicionamo-nos epistemológica e metodologicamente sob a lente fenomenológica; e valemo-nos do nascimento como campo/caso/coisa/objeto; colhemos, então,

144 relatos maternos de parto como dados, usados descritivamente, para a “testagem/comprovação” teórica das premissas e defesa da tese proposta.

Iniciamos, aqui, um esforço de síntese e fechamento desta conjectura (ou, o que preferimos chamar de, reflexão radicada) – que, no entanto, só é capaz de sustentar-se aberta. Abstemo-nos, neste momento textual, do referenciamento autoral da teoria, assim como descrição dos dados que a corroboram (considerando-os já devidamente apresentados) em uma intensão de fluidez do pensamento mais amplo, a que esforçamo-nos em defender.

Há um imbricamento na relação existencial originária **tempo-espaço-corpo (i)**: Temporalidade e espacialidade são fenômenos essencialmente corpóreos, pré-objetivos, experienciais; são desdobramentos do ser, a maneira pela qual o corpo se realiza no mundo; são nosso campo de presença situada; reportam na experiência nossa posse do mundo; permitem-nos compreender (e expandir) os limites de nossa existência.

A percepção do tempo-espaço é sinestésica, simbiótica, intercomunicante – operação concordante de todos os sentidos –; exprime, na maneira pela qual o exterior invade o corpo e ele o acolhe, em postura/conduta integral no mundo intersensorial, a vida total do sujeito.

O corpo não só os habita e os faz, mas e os é, no processo de viver. A temporalidade e a espacialidade são constitutiva do corpo próprio/fenomênico. No prolongamento, na amplidão e na profundidade do movimento de fixação no espaço, o corpo secreta o fluxo subjetivo (impreciso, irregular) do tempo, em lugar de padecê-lo – cria historicidade e significação.

O sistema organizado concebe/convenciona, no entanto, tempos e espaços abstratos, objetivos, teleológicos, métricos, portanto, ordenáveis, reguláveis, controláveis: sob os imperativos da utilidade e eficiência – que disciplinam estreita e refinadamente nossos corpos. Propõe/impõe o espaço espacializante e o tempo cronológico, que instituem no imediatismo a ansiedade da pressa e a intolerância da espera que negam a espacialidade, a temporalidade e, assim, fazem desaparecer a historicidade e a significação. Desvinculada pela hegemonia da heteronomia funcional, a tríade tempo-espaço-corpo destaca-se da experiência e deixa de reportar o limite fixado da nossa contingência.

Concernente a esta, há outra tríade relacional, igualmente existencial originária e imbricada, apartada no organizar cartesiano: **subjetividade-carne-mundo (ii)**. A expressão fenomenológica “ser-no-mundo” e reconstitui quando reconhece a integralidade do corpo, como sujeito encarnado, reconhece simultânea e invariavelmente a totalidade corpo-mundo na realização humana como presença, como coexistência, intersubjetividade. Ser-no-mundo implica a apreensão de si, do mundo e da alteridade (em existência, não em valor). Poderíamos

portanto considerar “o outro” como quarto elemento da síntese. Recuaremos, entretanto, nossos esforços à defesa precípua do homem como corpo – como subjetividade em carne (ainda que seu exercício como ser esteja enraizado/embebido no mundo de outros seres).

Estatuto da integridade do corpo, o esquema corporal é dado na motricidade espontânea concreta, no movimento em correspondência à solicitação não representativa do corpo próprio – intensões motoras, atos de vontade. Diversamente, o movimento passivo abstrato, coordenado em execuções mecânicas exprimem não mais que a projeção do imaginário organizacional da produtividade humana.

A ascética dicotomia entre a alma (espírito, divino, razão, mente, cogito) e o ‘corpo’ (carne, físico, mundano, materialidade, *res-extensa*), instituída na religião, na filosofia e na ciência, que sustenta a dissociação entre o dizer e o sentir, entre a representação e o sensível, perpetua-se imperiosa na organização. Apenas o corpo, no entanto, acessa a compreensão do mundo.

Restritivamente concebido o corpo sucumbe à representação precária da carne (herética, viciosa, indigna, profana, frágil, falha, rudimentar, limitada, contaminada caótica e perecível), retrato do primitivo, e passa a objeto de práticas disciplinares que desprezam a condição animal originária que, no entanto, radica a percepção, a motricidade e a inteligência.

O progresso “civilizatório” é, então, assegurado na subida evolutiva do orgânico à organização, na interposição teleológica (portanto, não-neutra ou desinteressada) da **techne no curso natural da *physis* (iii)**, em posição metafísica que subverte o curso natural da história à ordem. O cálculo instrumental dos meios passa à norma no sistema ordenador: a precisão técnica passa à substituta indelével do caos sensível. Tudo passa a nos ser imediatamente dado sob mediação; nada mais tende a ser de fato “imediatamente” no sentido literal de não intercedido. A experiência é interpelada, interrompida, na antecipação do processo ao resultado por camadas sobrepostas de artifícios (em subsequência ritualística) que encobrem o solo sensível da significação.

Há, então, um descolamento do real. A perda da distância e da espera pela técnica é correlata à ausência de proximidade/contato com o mundo. Afasta e esvazia a substância da contextura íntima de apreensão, interpela e debilita o conhecimento direto das coisas. Da mesma forma, no entanto, que a *techne* serve à contenção do sensível sob o modo de contrapresenças; a *physis* é capaz de impô-la limites e subvertê-la.

As interpelações técnicas (iii), a concepção restrita e deletéria do corpo (ii) e o ordenamento do tempo e do espaço (i) cortam o **lastro entre o sensível e a significação**,

corrompendo a **compreensão do real fundado na existência** – composição da qual emerge a nossa última proposição de síntese existencial em tríade: **sensibilidade-significação-realidade (iv)**.

A significação é prática, ancorada no vivido, resulta da expressividade síntese da experiência intersubjetiva. Não existe, pois, a priori, não corresponde à verificação universal, objetiva (e objetivante) de propriedades inertes. O entendimento é indiscernível da sensibilidade, berço das representações, campo da racionalidade: Concepção que, não apenas destrói a dicotomia entre idealismo e realismo, mas consolida sua relação no vínculo indissoluto consequente e profundo entre o sentir e a ideia.

O não-sentir – o impedimento da mobilidade, do contato, da profundidade, do prolongamento, da duração; a recusa da espessura da presença pré-objetiva, do corpo em posse do mundo, a experiência sob forma negativa – aliena o ser de si, produz um não-ser-no-mundo em função irrealizante.

É preciso reconhecer a sedimentação da nossa vida: uma atitude generalizada, naturalizada, frequentemente confirmada por um racionalismo sumário, é privilegiada e provável de ‘perpetuação’ em relação ao mundo, quando foi habitual, faz o determinismo repousar na constituição de um ser no mundo frágil e complacente e pode ver-se impotente (MERLEAU-PONTY, 2017, p. 586)

O possível está, no entanto, fundado no real e, embora, pressuponha uma sedimentação, o processo de síntese é aberto e inacabado – está sempre em vias de desfazer-se e recriar-se, quando possibilita, na cumplicidade mundana da coexistência, a solicitação latente e o levante do corpo em negação ao prejuízo do mundo como causalidade final da humanidade. Se falamos, portanto, fatalisticamente, sobre o fim do ser, apartado do mundo, no universo organizado sob os preceitos contemporâneos consolidados; propomos na fecundidade da fenomenologia o renascimento de um organizar humanizado. Apontamos, pois, a todo o momento, o lastro entre a lacuna e suas possibilidades de preenchimento – aqui encontra-se nossa contribuição.

Este universo homogeneamente organizado para o produtor, o útil, o funcional, o eficiente, o lucrativo, que compõe a ideia acabada de progresso (subida civilizatória), tem como consequência inevitável o que chamamos de prejuízo do ser-no-mundo, ao compor/ordenar um modo de vida de contrapresença (da não experiência, do não sentir) baseado em valor, que invalida, desqualifica, restringe a existência. Ao acusarmos o prejuízo resultante desta forma específica, dominante e totalitária de organização não somos críticos de forma radical ou genérica ao organizar – o entendemos, pois, como fundamento da vida humana, essencialmente

social. Mas atentamos para a multiplicidade de instâncias, esferas, enclaves, que o humano/social pode habitar e a conseqüente necessidade de revisão do “estatuto organizacional” de forma que as permita serem habitadas; ou, melhor, na compleição aberta em, também múltiplas, formas organizativas (alternativas) que mais que as comportem, as sirvam.

Esforçamo-nos em retornar ao tempo, ao espaço e ao corpo – elementos fundantes do ser, da organização e do mundo – para discutirmos a relação esquecida em nosso campo de estudos (incluindo os críticos) entre os sentidos e a realidade, ou poderíamos dizer, entre a falta dos sentidos e o simulacro universal organizado.

Sentimo-nos, em certa medida, defendendo obviedades em proposições redundantes, quando falamos que o tempo não é cronologia, que o espaço não é geometria, que o corpo não é objeto, que a técnica é artifício, que não há sentido sem sentido, abstrato sem real ou conhecimento da coisa sem contato com a coisa. Voltamos às obviedades não por gosto à simplicidade ou segurança. O oposto. Reivindicamos espessura no atrevimento do movimento interdito. Falamos obviedades porque as identificamos deturpadas no fundo absurdo da razão não radicada. Reivindicamos a radicalidade do real, e sentimo-nos (ainda que redundantes) revolucionários radicais, tão íngreme a distância de descida do abstrato organizacional contemporâneo ao solo originário do vivido. Voltamos à obviedades como quem volta à existência pra falar de ser por um caminho natural não percorrido, mas aberto.

Por fim, não apenas reconhecemos, como intencionamos o **inacabamento desta tese:**

Nossas questões nem sempre envolvem respostas, e dizer que o homem só se põe os problemas que pode resolver seria renovar o otimismo teológico e postular o acabamento do mundo (Merleau-Ponty, 2017, p. 533).

Não se leem os livros de joelhos (Soledad Bordegaray).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINHO, Santo. Tradução: J. Oliveira Santos, A. Ambrósio de Pina. **Confissões**. 1. ed. São Paulo: Abril (Os pensadores), 2010. 256p.
- ALBIN, Drema Dial. Making the body (w)hole: A semiotic exploration of body modifications. **Psychodynamic Practice**, v. 12, n. 1, p.19-35, 1 Feb. 2006.
- ALISTE, Enrique; NUNEZ, Andrés. Las Fronteras del Discurso Geográfico: El tempo y el espacio em la investigación social. **Chungará (Arica)**, v. 47, n. 2, p. 287-301, maio 2015.
- ALMEIDA, Dóris Dornelles de; FLORES-PEREIRA, Maria Tereza. As corporalidades do trabalho bailarino: entre a exigência extrema e o dançar com a alma. **Revista de Administração Contemporânea**, v.17, n. 6, p.720-738, 1 dez. 2013.
- ALVES, Daniela. **Gestão, produção e experiência do tempo em teletrabalho**. 2008. 246 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- ANDERSSON, Hans; RAMAMURTIE, Sailesh; RAMASWAMI, Bharat. Labor income and risky investments: can part-time farmers compete? **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 50, n. 4, p. 477-493, Apr. 2003.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão voluntária: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. 325 p.
- ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (org.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009. 252 p.
- ANXO, Dominique; BOULIN, Jean-Yves. The Organisation of Time over the Life Course: European Trends. **European Societies**, v. 8, n. 2, p.319-341, 2006.
- ARANHA, E. A.; GARCIA, N. A. P. Improvisação organizacional, jazz e as representações do tempo na organização. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, v. 4, n. 1, p. 79-87, 2005.
- ARANHA, Elzo Alves; GARCIA, Neusa Abbud Prado. Organizational improvisation, jazz and the representations of time in organization. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, v. 4, n. 1, p. 79-87, 1 Dec. 2007.
- ARANTES, P. Construindo espaços fluidos: o impacto da tecnologia na concepção do espaço contemporâneo. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 6, n. 2, p. 157-164, 2007.
- ARAÚJO, Emília Rodrigues. Technology, Gender and Time: A Contribution to the Debate. **Gender, Work & Organization**, v. 15, n. 5, p. 477-503, Sept. 2008.
- ARBUTHNOTT, Katherine; SCERBE, Andrea. How Do Money and Time Restrictions Influence Self-Constraining Behavior in Polluting the Commons? **Organization & Environment**, v. 30, n. 3, p. 211-225, Sept. 2017.
- ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- AUGÉ, Marc. **Não Lugares: Uma introdução à antropologia da supermodernidade**. Tradução: Maria Lúcia Pereira. 9. ed. Campinas: Papirus, 2012.

- AURELL, Jaume. Merchants' attitudes to work in the Barcelona of the later Middle Ages: organization of working space, distribution of time and scope of investments. **Journal of Medieval History**, v. 27, n. 3, p.197-218, 2001.
- BALASKAS, Janet. **Parto Ativo: A história e a filosofia e uma revolução**. Tradução: Adailton Salvatore Meira. 3. ed. São Paulo: Ground, 2015. 416 p.
- BANSAL, Pratima; KNOX-HAYES, Janelle. The Time and Space of Materiality in Organizations and the Natural Environment. **Organization & Environment**, v. 26, n. 1, p. 61-82, Mar. 2013.
- BANSAL, Pratima; DESJARDINE, Mark R. Business sustainability: It is about time. **Strategic Organization**, v. 12, n. 1, p. 70-78, Feb. 2014.
- BARET, Christophe; GADREY, Jean; GALLOUJ, Camal. France, Germany, Great Britain: The Organization of Working Time in Large Retail Food Stores. **European Journal of Industrial Relations**, v. 5, n. 1, p.27-48, Mar. 1999.
- BATISTA, Analia Soria; CODO, Wanderley. O Trabalho e o Tempo. *In*: JACQUES, Maria da Graça; CODO, Wanderley (org.). **Saúde Mental e Trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. cap. 9, p. 401-420.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 278 p.
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar na pós-modernidade**. Tradução: Mauro Gama, Claudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. 272 p.
- BENDASSOLI, Pedro F.; SOBOLL, Lis Andrea (org.). **Clínicas do Trabalho: Novas Perspectivas para a Compreensão do Trabalho na Atualidade**. São Paulo: Atlas, 2011. 288 p.
- BERG JOHANSEN, Christina; DE COCK, Christian. Ideologies of time: How elite corporate actors engage the future. **Organization**, v. 25, n. 2, p. 186-204, Mar 2018.
- BESSI, V. G.; SCHREIBER, D.; PUFFAL, D. P.; TONDOLO, V. A. G. As Tecnologias de Informação e Comunicação e sua Influência na Vivência Espaço-Temporal de Trabalhadores Bancários. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 13, n. 4, p. 776-794, 2015.
- BESSI, Vânia Gisele; ZIMMER, Marco Vinício; GRISCI, Carmem Ligia Iochins. O panóptico digital nas organizações: espaço-temporalidade e controle no mundo do trabalho contemporâneo. **Organizações e Sociedade**, v. 14, n. 42, p. 83-96, jul./set. 2007.
- BLANCHARD, Kenneth. Mission possible: Becoming a world class organization while there's still time. **Emergency Librarian**, v. 24, n. 5, p. 34, May./Jun. 1997.
- BOAVA, D. L. T.; MACEDO, F. M. F.; ICHIKAWA, E. Y. Guerreiro Ramos e a fenomenologia: redução, mundo e existencialismo. **Organizações e Sociedade**, v. 17, n. 52, p. 69-83, 2010.
- BORGES, Hélia. **Da razão ao corpo**. Direção: Marta Maia; Sérgio Zeigler. São Paulo: Café filosófico CPFL - Cultura, 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=diUgLkHvIco&list=WL&index=6&t=37s>. Acesso em: 7 dez. 2020.
- BOULIN, Jean-Yves. The social organization of time. **Futures**, v. 25, n. 5, p. 511-520, 1993.
- BRIENT, Jean- François; FUENTES, Victor León. **Da servidão moderna**. [S. l.: s. n.], 2009. 24 p.

- BROOKE, E.; TAYLOR, P.; MCLOUGHLIN, C.; DI BIASE, T. Managing the working body: active ageing and limits to the 'flexible' firm. **Ageing & Society**, v. 33, n. 8, p. 1295-1314, nov. 2013.
- BUTLER, Richard. Time in organizations: Its Experience, Explanations and Effects. **Organization Studies**, v. 16, n. 6, p.925-950, 1995.
- BYUNG-CHUL, Han. **Sociedade do Cansaço**. Tradução: Enio Paulo Giachini. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. 128 p.
- CAMPOS, E. S. **História e Evolução dos Hospitais**. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, Departamento Nacional de Saúde, 1965. 585 p.
- CARDOSO, Ana Claudia Moreira. Organization and intensification of working time. **Sociedade e Estado**, v. 28, n. 2, p. 351-374, may. 2013.
- CARDOSO, J. E. **A dissonância entre desejo e realidade**: A escolha da via do parto pelas mulheres de camadas médias no Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2008.
- CARDOSO, Junia Espinha; BARBOSA, Regina Helena Simões. O desencontro entre desejo e realidade: a “indústria” da cesariana entre mulheres de camadas médias no Rio de Janeiro, Brasil. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 22, v. 1, p. 35-52, 2012.
- CARRIERI, A. P.; MURTA, I. B. D.; MENDONÇA, M. C. N.; MARANHÃO, C. M. S. A.; SILVA, A. R. L. Os espaços simbólicos e a construção de estratégias no Shopping Popular Oiapoque. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 6, n. 2, p. 1-13, 2008.
- CASANOVA, Marco Antonio. **Compreender Heidegger**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 244 p.
- CERTEAU, Michael. **A Escrita da História**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. 315 p.
- CERTEAU, Michael. **A Invenção do Cotidiano**: 1. Artes de Fazer. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 316 p.
- CHACHAN, A.S. **Médicos, mulheres e cesáreas: a construção do parto normal como “risco” e a medicalização do parto no Brasil**. In: Simpósio Internacional Fazendo Gênero. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- CHANLAT, Jean-François. O desafio social da gestão: a contribuição das ciências sociais. In: BENDASSOLLI, Pedro; SOBOLL, Lis Andrea (org.). **Clínicas do trabalho**. São Paulo: Atlas, 2011, cap. 7, p. 110-131.
- CHAUI, Marilena. **A contração do tempo e o espaço do espetáculo**. Campinas, SP: Café filosófico CPFL – Cultura, 2 set. 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1uxcFHTDOjw&t=2252s>. Acesso em: 13 mai. 2018.
- CHAUI, Marilena. **Contra a Servidão Voluntária**. 2. ed. v. 1. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. 205 p.
- CHAUI, Marilena. **Experiência do pensamento**: Ensaio sobre a obra de Merleau-Ponty. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 326 p.
- CHAUI, Marilena. **Simulacro e poder**. Uma análise da mídia. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. 142 p.

- CHIA, Robert. Essai: Time, Duration and Simultaneity: Rethinking Process and Change in Organizational Analysis. **Organization Studies**, v. 23, n. 6, p. 863-868, Nov. 2002.
- CLEGG, Stewart R. **As organizações modernas**. Tradução: Fátima Assunção. Oeiras: Celta Editora, 1998. 299 p.
- COHEN, Rachel Lara. Time, space and touch at work: body work and labour process (re)organisation. **Sociology of health & illness**, v. 33, n. 2, p. 189-205, Feb. 2011.
- COHEN, Shelley. Reclaim lost time with better organization. **Nursing Management**, v. 36, n. 10, p.11-11, 2005.
- CUPANI, Alberto. **Filosofia da Tecnologia: Um Convite**. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2017. 234 p.
- CUPANI, Alberto. A tecnologia como problema filosófico: três enfoques. **Scientiae Studia**, v. 2, n. 4, p. 493-518, 2004.
- CUPANI, Alberto. La peculiaridad del conocimiento tecnológico. **Scientiae Studia**, v. 4, n. 3, p. 353-371, 2006.
- CURY A. F.; TEDESCO J. J. A. Aspectos polêmicos na indicação de cesariana. **Femina**, v. 31, n. 9, p. 809-12, 2003.
- CZARNIAWSKA, Barbara. On Time, Space, and Action Nets. **Organization**, v. 11, n. 6, p. 773-791, Nov. 2004.
- D'ORSI, Eleonora et al. Fatores associados à realização de cesáreas em uma maternidade pública do Município do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 10, p. 2067-2078, out. 2006.
- DARTIGUES, André. **O que é fenomenologia?** Tradução: Maria José J. G. de Almeida. 10. ed. São Paulo: Centauro, 2008. 152 p.
- DAVIS, L. N.; DAVIS, J. D.; HOISL, K. Leisure Time Invention. **Organization Science**, v. 24, n. 5, p.1439-1458, 2013.
- DE GAULEJAC, Vincent. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. Tradução: Ivo Storniolo. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2007. 338 p.
- ROMERO-BALSAS, Pedro; MUNTANYOLA-SAURA, Dafne; ROGERO-GARCÍA, Jesús. Paternity and Parental Leaves: Why Spanish Fathers Take Time Off from Work. **Gender, Work & Organization**, v. 20, n. 6, p. 678-691, Nov. 2013.
- DELEUZE, Gilles. **L'ABÉCÉDAIRE de Gilles Deleuze**. Entrevistado: Gilles Deleuze. Edição: Brasil, Ministério de Educação, "TV Escola". Paris: Éditions Montparnasse, 1997.
- DELLAGNELO, Eloise; MACHADO-DA-SILVA, Clóvis. Novas formas organizacionais: Onde se encontram as evidências empíricas de ruptura com o modelo burocrático de organizações? **Organizações e Sociedade**, v. 7, n. 19, set./dez. 2000.
- DEWEY, John. **Arte como Experiência**. Tradução: Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 646 p.
- DICK, Penny; HYDE, Rosie. Consent as Resistance, Resistance as Consent: Re-Reading Part-Time Professionals' Acceptance of Their Marginal Positions. **Gender, Work & Organization**, v. 13, n. 6, p. 543-564, Nov. 2006.

- DICKINSON, Roger; MURCOTT, Anne; ELDRIDGE, Jane; LEADER, Simon. Breakfast, Time, and “Breakfast Time”: Television, Food, and the Household Organization of Consumption. **Television & New Media**, v. 2, n. 3, p. 235-256, Aug. 2001.
- DICKSON, A. Hysterical Blokes and the Other's Jouissance. **Gender, Work & Organization**, v. 22, n. 2, p.139-147, Mar. 2015.
- DUPOND, Pascal. **Vocabulário de Merleau-Ponty**. Tradução: Cláudia Berliner. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. 80 p.
- E CUNHA, Miguel Pina. Organizational Time: a Dialectical View. **Organization**, v. 11, n. 2, p. 271-296, May. 2004.
- EAGLETON, Terry. **As Ilusões do Pós-Modernismo**. Tradução: Elisabeth Barbosa. Rio de Janeiro: Zahar. 2011. 131 p.
- ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- ELLINGSEN, Tore; JOHANNESSEN, Magnus. Time is not money. **Journal of Economic Behavior and Organization**, v. 72, n. 1, p. 96-102, 2009.
- ELLUL, Jacques. **The Technological order**: Proceedings of the Encyclopedia Britannica Conference. ed. Carl E. Stones. Wayne: Wayne State University Press, 1963.
- EMMENDOERFER, Magnus Luiz; DIAS, Fernando Skackauskas. “Máquinas de ensinar?”: um estudo comparativo do controle simbólico do tempo com docentes de Cursos de Administração em duas IES de Belo Horizonte – MG. **Revista Alcance**, v. 14, n. 3, p. 385-404, set./dez. 2007.
- FAGAN, Colette. Time, Money and the Gender Order: Work Orientations and Working-Time Preferences in Britain. **Gender, Work & Organization**, v. 8, n. 3, p. 239-266, July 2001.
- FANTINE, Leticia Dias; CAVEDON, Neusa Rolita. Cardápio dos tempos e espaços de um bistrô. **Revista Pretexto**, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 09-33, jul./set. 2010.
- FANTINEL, L. D.; CAVEDON, N. R.; FISCHER, T. M. D. Produção de significações do espaço e sociabilidade em um café artesanal de Salvador. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 1, n. 3, p. 51-74, 2012.
- FARIA, J. H. Consciência crítica com ciência idealista: paradoxos da redução sociológica na fenomenologia de Guerreiro Ramos. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 7, n. 3, art. 3, p. 419-446, 2009.
- FARIA, José Henrique de. **Análise Crítica das Teorias e Práticas Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007, 342 p.
- FARIA, José Henrique de. Consciência crítica com ciência idealista: paradoxos da redução sociológica na fenomenologia de Guerreiro Ramos. **Cadernos EBAPE.BR**, vol. 7, n. 3, p. 420-446, 2009.
- FARIAS, Edvaldo de. **Elaboração de Instrumentos de pesquisa** - entrevistas e questionários. Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá, 2002.
- FERRAZ, Marcus Sacrini A. **Fenomenologia e ontologia em Merleau-Ponty**. Campinas, SP: Papirus, 2009. 335 p.
- FIELDS, Gary. Innovation, Time, and Territory: Space and the Business Organization of Dell Computer. **Economic Geography**, v. 82, n. 2, p. 119-146, Apr. 2006.

- FIGUEIREDO, M. D.; CAVEDON, N. R. O espaço organizacional e o espaço da cidade: as diversas formas de apropriação física e simbólica de um centro comercial em Porto Alegre. **Gestão e Sociedade**, v. 6, n. 15, p. 227-253, 2012.
- FISCHER, Carolyn. Read this paper later: procrastination with time-consistent preferences. **Journal of Economic Behavior and Organization**, v. 46, n. 3, p. 249-269, 2001.
- FISCHER, Ilan; SULLIVAN, Oriol. Evolutionary modeling of time-use vectors. **Journal of Economic Behavior and Organization**, v. 62, n. 1, p.120-143, 2007.
- FLORES-PEREIRA, M. T.; CAVEDON, N. R.; DAVEL, E. **O corpo com um artefato organizacional: "botando corpo" nos estudos de cultura organizacional**. In: XXX Encontro Anual da ANPAD. Salvador: ANPAD. Set. 2006.
- FLORES-PEREIRA, Maria Tereza. **Corpo e Estudos Organizacionais: Contribuições e Perspectivas de Pesquisa**. In: XXXIII Encontro Anual da ANPAD. São Paulo: ANPAD. Set. 2009.
- FLORES-PEREIRA, Maria Tereza. Corpo, Pessoa e Organizações. **Organizações e Sociedade**, v. 17, n. 54, p. 417-438, 2010.
- FLORES-PEREIRA, Maria Tereza; DAVEL, Eduardo; ALMEIDA, Dóris Dornelles. Desafios da corporalidade na pesquisa acadêmica. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. 2, p. 194-208, 1 jun. 2017.
- FLORES-PEREIRA, Maria Tereza; DAVEL, Eduardo; CAVEDON, Neusa Rolita. Drinking beer and understanding organizational culture embodiment. **Human Relations**, v. 61, n. 7, p. 1007-1026, July. 2008.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Tradução: Raquel Ramallete. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 291 p.
- FRANCIS-SMYTHE, J. A.; ROBERTSON, I. T. The Importance of Time Congruity in the Organization. **Applied Psychology**, v. 52, n. 2, p. 298-321, Apr. 2003.
- FREZZA, Marcia; GRISCI, Carmem Ligia Iochins; KESSLER, Cristiano Keller. Tempo e espaço na contemporaneidade: uma análise a partir de uma revista popular de negócios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 13, n. 3, p. 487-503, 2009.
- GABOR, Elena. "Tuning" the body of the classical musician. **Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal**, v. 8, n. 3, p. 206-223, 18 Nov. 2013.
- GAKOVIC, Anika; TETRICK, Lois E. Perceived organization support and work status: a comparison of the employment relationships of part-time and full-time employees attending university classes. **Journal of Organizational Behavior**, v. 24, n. 5, p. 649-666, Aug. 2003.
- GILLIES, Vicky. "Every second counts" say Britain's managers. (survey on time management). **Leadership & Organization Development Journal**, v.16, n. 4, p. 48-49, Apr. 1995.
- GODOI, C. K; MATTOS, P. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. In: GODOI, C.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 301-322.

- GODOY, A. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n.2, p.57-63, mar./abr. 1995.
- GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. *In*: GODOI, C. K.; BANDEIRA DE MELO, R.; SILVA, A. B. (org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 115-146.
- GRÄNSMARK, Patrik. Masters of our time: Impatience and self-control in high-level chess games. **Journal of Economic Behavior and Organization**, v. 82, n. 1, p. 179-191, Apr. 2012.
- GREVE, Henrich R. Sticky Aspirations: Organizational Time Perspective and Competitiveness. **Organization Science**, v. 13, n. 1, p.1-17, 2002.
- HALFORD, Susan; EONARD, Pauline. Place, Space and Time: Contextualizing Workplace Subjectivities. **Organization Studies**, v. 27, n. 5, p. 657-676, May 2006.
- HALL, Robert W. Catching up with the times (time-based organization). **Business Horizons**, v. 35, n. 4, p. 6-14, July/Aug. 1992.
- HANCOCK, P. The spatial and temporal mediation of social change. **Journal of Organizational Change Management**, v. 19, n. 5, p. 619-639, 2006.
- HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. Tradução: Carlos Szlac. São Paulo: Annablume, 2005. 252 p.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2013. 348 p.
- HASSARD, John. Essai: Organizational Time: Modern, Symbolic and Postmodern Reflections. **Organization Studies**, v. 23, n. 6, p. 885-892, Nov. 2002.
- HATCH, Mary Jo. Essai: Doing Time in Organization Theory. **Organization Studies**, v. 23, n. 6, p. 869-875, Nov. 2002.
- HAYES, L. J. B.; MOORE, Sian. Care in a Time of Austerity: the Electronic Monitoring of Homecare Workers' Time. **Gender, Work & Organization**, v. 24, n. 4, p. 329-344, July 2017.
- HAYNES, Kathryn. Body Beautiful? Gender, Identity and the Body in Professional Services Firms. **Gender, Work & Organization**, v. 19, n. 5, p. 489-507, Sept. 2012.
- HEIDEGGER, Martin. **Caminos de Bosque**. Madri: Alianza, 1995. 338 p.
- HEIDEGGER, Martin. **Contributions to Philosophy**. Bloomington: Indiana University Press, 1999.
- HEIDEGGER, Martin. **Ensaio e Conferências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 269 p.
- HEIDEGGER, Martin. **Escritos políticos**. 1. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. 284 p.
- HEIDEGGER, Martin. **Filosofia e cibernética**. Pisa: ETS, 1988.
- HEIDEGGER, Martin. **Os conceitos fundamentais da metafísica**: Mundo, finitude, solidão. Tradução: Marco Antônio Casanova. 2. ed. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2015. 485 p.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Tradução: Márcia Sá Cavalcante. Rio de Janeiro: Vozes, 2017. 600 p.

- HELPS, Rod. The Allocation of Non-Contact Time to Deputy Headteachers in Primary Schools. **School Organisation**, v. 14, n. 2, p. 243-246, 1994.
- HEYLIGHEN, Francis. The Self-Organization of Time and Causality: Steps Towards Understanding the Ultimate Origin. **Foundations of Science**, v.15, n. 4, p. 345-356, 2010.
- HINDMARSH, J.; PILNICK, A. Knowing bodies at work: Embodiment and ephemeral teamwork in anesthesia. **Organization Studies**, v. 28, n. 9, p. 1395-1416, Sept. 2007.
- HISLOP, Donald; AXTELL, Carolyn. Mobile phones during work and non-work time: A case study of mobile, non-managerial workers. **Information and Organization**, v. 21, n. 1, p. 41-56, 2011.
- HOLMER-NADESAN, Majia. Essai: Dislocating (Instrumental) Organizational Time. **Organization Studies**, v.18, n. 3, p. 481-510, May 1997.
- HUSSERL, Edmund. **Investigações Lógicas: Investigações para a Fenomenologia e a Teoria do Conhecimento**. Tradução: Pedro M. S. Alves e Carlos Aurélio Morujão. Rio de Janeiro: Forense, 2015. 450 p.
- HUSSERL, Edmund. **A crise das Ciências Europeias e a Fenomenologia Transcendental: uma introdução à Filosofia Fenomenológica**. Tradução: Diogo Falcão Ferrer. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. 436 p.
- HUSSERL, Edmund. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**. 6. ed. Tradução: Márcio Suzuki. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2006. 383 p.
- IHDE, Don. **Tecnologia e o Mundo vivo: do Jardim à Terra**. Tradução: Maurício Fernando Bozatski. Chapecó: Ed. Universidade Federal Fronteira Sul, 2017. 307 p.
- IPIRANGA, A. S. R. Práticas culturais de espaços urbanos e o organizar estético: uma proposta de estudo. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 5, n. 2, p. 105-123, 2016.
- JEACLE, Ingrid. Accounting and the construction of the standard body. **Accounting, Organizations and Society**, v.28, n. 4, p. 357-377, 2003.
- JEMIELNIAK, Dariusz. Time as symbolic currency in knowledge work. **Information and Organization**, v. 19, n. 4, p. 277-293, 2009.
- JOHNSEN, Rasmus; BERG JOHANSEN, Christina; TOYOKI, Sammy. Serving time: Organization and the affective dimension of time. **Organization**, v. 2, n. 1, p. 3-19, Apr. 2018.
- JONES, Lyndon. Personal organisation for effective time management. **Education + Training**, v. 26, n. 2, p. 59-62, 1984.
- JONES, Lyndon. Workplace organisation for effective time management. **Education + Training**, v. 25, n. 4, p. 125-126, 1983.
- JONES, Ricardo. **Memórias do Homem de Vidro: Reminiscências de um Obstetra Humanista**. 2. ed. Porto Alegre: Ideias a Granel, 2008. 284 p.
- KAUFMAN, Carol; LANE, Paul; LINDQUIST, Jay. Time congruity in the organization: A proposed quality-of-life framework. **Journal of Business and Psychology**, v.6, n. 1, p. 79-106, 1991.

- KLEINER, Sibyl; PAVALKO, Eliza K. Clocking in: The Organization of Work Time and Health in the United States. **Social Forces**, v.88, n. 3, p. 1463-1486, 2010.
- KOCHER, Martin G.; SUTTER, Matthias. Time is money -- Time pressure, incentives, and the quality of decision-making. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v.61, n. 3, p. 375-392, Nov. 2006,
- KÖHLER, Andrea. **El tiempo regalado**: Un ensayo sobre la espera. Trad. Cristina García Ohlrich. 1. ed. Barcelona, España: Libros del Asteroide S.L.U., 2018. 142 p.
- KUJALA, Jaakko; LILLRANK, Paul; KRONSTRÖM, Virpi; PELTOKORPI, Antti. Time-based management of patient processes. **Journal of health organization and management**, v. 20, n. 6, p. 512-24, 2006.
- KUPERS, Wm. Embodied inter-practices of leadership - Phenomenological perspectives on relational and responsive leading and following. **Leadership**, v. 9, n. 3, p. 335-357, Aug. 2013.
- LA BOÉTIE, Étienne. **Discurso da Servidão Voluntária**. Tradução: Cesamiro Linarth. 1. ed. São Paulo: Martin Claret, 2017. 63 p.
- LACERDA, Daniel S. Overcoming Dichotomies through Space: the Contribution of Dialectical Materialism to Organization Studies. **Organ. Soc.**, v. 22, n. 73, p. 223-236, 2015.
- LANDA, María Inés. Os corpos da liderança: as tramas da ficção do dispositivo cultural do fitness. **Cadernos CEDES**, v. 32, n. 87, p. 223-23, ago. 2012.
- LANDA, Maria; MARENGO, Leonardo. The body of work in flexible capitalism: Business logic of energies and emotions management. **Cuadernos de Relaciones Laborales**, v. 29, n. 1, p. 177-199, Jan. 2011.
- LARSON, Reed; DWORKIN, Jodi; VERMA, Suman. Men's Work and Family Lives in India: The Daily Organization of Time and Emotion. **Journal of Family Psychology**, v. 15, n. 2, p. 206-224, 2001.
- LEBOYER, Frédéric. **Nascer Sorrindo**. São Paulo: Brasiliense, 2017. 175 p.
- LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Tradução: Sonia Fuhrmann 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 102 p.
- LE BRETON, David. **Adeus ao Corpo**: Antropologia e Sociedade. Tradução: Maria Appenzeller. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013. 240 p.
- LE BRETON, David. **Antropologia do corpo e modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- LE BRETON, David. **Antropologia dos Sentidos**. Tradução: Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. 546 p.
- LEE, Heejin; LIEBENAU, Jonathan. Time in Organizational Studies: Towards a New Research Direction. **Organization Studies**, v. 20, n. 6, p. 1035-1058, Nov. 1999.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Tradução: Cristina C. Oliveira. Itapevi, SP: Nebli, 2016. 155 p.
- LEITE, Fernanda Hübner de Carvalho. Contato improvisação: um diálogo em dança. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 89-110, maio/ago. 2005.
- LEMOINE, Derek. Age-induced acceleration of time: Implications for intertemporal choice. **Journal of Economic Behavior and Organization**, v. 153, p. 143-152, Sept. 2018.

- LIGHTHART, Rik; OERLEMANS, Leon; NOODERHAVEN, Niels Bakker. In the Shadows of Time: A Case Study of Flexibility Behaviors in an Interorganizational Project. **Organization Studies**, v. 37, n. 12, p. 1721-1743, Dec. 2016.
- LINSTEAD, Stephen; MULLARKEY, John Linstead. Time, Creativity and Culture: Introducing Bergson. **Culture and Organization**, v.9, n. 1, p. 3-13, Mar. 2003.
- LYOTARD, Jean-François. **A Condição Pós-Moderna**. Tradução: Ricardo Corrêa Barbosa. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009. 131 p.
- LYOTARD, Jean-François. **A fenomenologia**. Tradução: Armindo Rodrigues. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2017. 150 p.
- MACHADO, Maria Das Dores Campos. Corpo e Moralidade Sexual em Grupos Religiosos. **Revista Estudos Feministas**, v.3, n. 1, p.7-27, 1995.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. De Perto e De Longe: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 17, n. 49, p. 11-29, junho, 2002.
- MARANHÃO, C. M. S. A.; SARAIVA, L. A. S. ENSAIO: diálogos entre a estratégia e teoria do espaço social: uma proposta. **Revista Capital Científico**, v. 8, n. 1, p. 199-208, 2010.
- MATHEWS, Nicole. Contesting representations of disabled children in picture-books: visibility, the body and the social model of disability. **Children's Geographies**, v. 7, n. 1, p. 37-49, 1 Feb. 2009.
- MATOS, O. C. F.; KIYOMURA, L.; GIOVANNETTI, B. Geometrias do Tempo. *In*: Cláudio Tozzi (org.). **Geometrias do Tempo**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2005, v. 1, p. 103-121.
- MATOS, Olgária. "O Mal-estar na contemporaneidade: performance e tempo" **Revista do Serviço Público**, Brasília, n. 59, p. 455-468, out./dez. 2008.
- MATTHEWS, Eric. **Compreender Merleau-Ponty**. Tradução: Marcus Penchel. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 205 p.
- MAZNEVSKI, Martha L.; CHUDOBA, Katherine M. Bridging Space Over Time: Global Virtual Team Dynamics and Effectiveness. **Organization Science**, v. 11, n. 5, p. 473-492, 2000.
- MCCONALOGUE, Tom. Developing the Skill of Time Management. **Leadership & Organization Development Journal**, v. 5, n. 1, p. 25-27, 1984.
- MCKIE, Linda; BIESE, Ingrid; JYRKINEN, Marjut. 'The Best Time is Now!': The Temporal and Spatial Dynamics of Women Opting in to Self-Employment. **Gender, Work & Organization**, v. 20, n. 2, p. 184-196, Mar. 2013.
- MEDIO, Alfredo. Continuous-time models of chaos in economics. **Journal of Economic Behavior and Organization**, v. 16 n. 1, p. 115-151, 1991.
- MELLO, Hivy Damásio Araújo; TONELLI, Maria José. **O Tempo e as Organizações: Concepções do Tempo em Periódicos de Estudos Organizacionais** *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, Recife: Observatório da Realidade Organizacional: PROPAD/UFPE: ANPAD, 2002.
- MENZIES, Heather; NEWSON, Janice. Time, Stress and Intellectual Engagement in Academic Work: Exploring Gender Difference. **Gender, Work & Organization**, v. 15, n. 5, p. 504-522, Sept. 2008.

- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. Tradução: Carlos Alberto Guerreiro de Moura. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. 662 p.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **O Primado da percepção e suas conseqüências filosóficas**. Tradução: Silvio Rosa Filho e Thiago Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. 67 p.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **A Estrutura do Comportamento**: Precedido de Uma Filosofia da Ambiguidade de Alphonse de Waelhens. Tradução: Marcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 349 p.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **A União da Alma e do Corpo em Malebranche, Biran e Bergson**. Tradução: Sílvio Rosa Filho, Thiago Martins. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. 171 p.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **O visível e o invisível** (A. Gianotti, & A. Mora) Tradução: José Artur Gianotti, Amando Mora d'Oliveira. São Paulo: Perspectiva, 2014. 273 p.
- METZGER, Jean - Luc; CLEACH, Olivier. White-collar telework: Between an overload and learning a new organization of time. **Sociologie du travail**, v. 46, n. 4, p. 433-450, Oct./Dec. 2004.
- MILK-MEYER, Nanna. Putting the Right Face on a Wrong Body: An Initial Interpretation of Fat Identities in Social Work Organizations. **Qualitative Social Work**, v. 9, n. 3, p. 385-405, Sept. 2010.
- MINERS, Ian A.; MOORE, Michael L.; CHAMPOUX, Joseph E.; MARTOCCHIO, Joseph J. Organization Development Impacts Interrupted: A Multiyear Time-Serial Study of Absence and other Time Uses. **Group & Organization Management**, v. 19, n. 3, p. 363-394, Sept. 1994.
- MOSÉ, Viviane. **O que pode o corpo?** 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=d8kSSGX1Ufw>. Acesso em 08 dez. 2020.
- MOURA, Alex de Campos. O Corpo como temporalidade: uma introdução. *In*: PINTO, Débora Morato *et al.* (org.). **Ensaio sobre a filosofia francesa contemporânea**. cap. 5, p. 115-122. São Paulo: Alameda, 2009.
- MÜLLER-GRANZOTTO, M. J. **Merleau-Ponty e a leitura gestáltica da teoria husserliana da temporalidade**. Porto Alegre: Veritas, v. 58, p. 499-527, 2014.
- MUMFORD, Lewis. **Técnica e Civilização**. 1. ed. Lisboa: Editora Antígona, 2018.
- NAKANO, Andreza Rodrigues; BONAN, Claudia; TEIXEIRA, Luiz Antônio. A normalização da cesárea como modo de nascer: cultura material do parto em maternidades privadas no Sudeste do Brasil. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 885-904, 2015.
- NANDHAKUMAR, Joe. Managing time in a software factory: Temporal and spatial organization of IS development activities. **Information Society**, v. 18, n. 4, p. 251-262, Jul./Sept. 2002.
- NEWSOME, Kirsty. Just-In-Time, New Buyer-Supplier Relations and Change in Work Organisation. **Management Research News**, v. 15, n. 5/6, p. 52-53, 1992.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra**: Um livro para todos e para ninguém. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia de Bolso, 2018.

- NIETZSCHE, Friedrich. **O Nascimento da Tragédia ou helenismo e pessimismo**. Tradução: J. Guinsburg. São Paulo: Companhia das letras, 2007. 177 p.
- O' HAGAN, Clare. Broadening the Intersectional Path: Revealing Organizational Practices through 'Working Mothers' Narratives about Time. **Gender, Work & Organization**, v. 25, n. 5, p. 443-458, Sept. 2018.
- OCHOA, Beatriz Uribe. El cuerpo, vector de una exclusión que activa la rentabilidad en organizaciones productivas. **AD-minister**, n. 8, p. 13-26, 01 jun. 2006.
- ODENT, Michel. **O Camponês e a Parteira**: uma alternativa à industrialização da agricultura e do parto. Tradução: Sarah Bauley. São Paulo: Ground, 2003. 191 p.
- ODIH, Pamela. Gender, Work and Organization in the Time/Space Economy of 'Just-in-Time' Labour. **Time & Society**, v. 12, n. 2/3, p. 293-314, Mar. 2003.
- OH, Seung-Yun; PARK, Yongjin; BOWLES, Samuel. Veblen effects, political representation, and the reduction in working time over the 20th century. **Journal of Economic Behavior and Organization**, v. 83, n. 2, p. 218-242, July 2012.
- OLIVEIRA, Daniela Ribeiro de; PIRES, Aline Suelen; MARTINS, Amanda Coelho. Fronteiras Indistintas: espaço e tempo no trabalho de tecnologia da informação (TI). **Revista de Ciências Sociais**, n. 46, p. 159-180, jan./jun. 2017.
- OPREA, Ryan; CHARNESS, Gary; FRIEDMAN, Daniel. Continuous time and communication in a public-goods experiment. **Journal of Economic Behavior and Organization**, v. 108, p. 212-223, Dec. 2014.
- ORLIKOWSKI, Wanda; YATES, Joanne. It's About Time: Temporal Structuring in Organizations. **Organization Science**, v. 13, n. 6, p. 684-700, 2002.
- OTIS, Eileen M. Bridgework: Globalization, Gender, and Service Labor at a Luxury Hotel. **Gender & Society**, v. 30, n. 6, p. 912-934, Dec. 2016.
- PAES DE PAULA, Ana Paula. Tragtenberg revisitado: as inexoráveis harmonias administrativas e a burocracia flexível. **Revista de Administração Pública**. v. 36, n. 1, 2002.
- PARKER, Robert A. Taming time: how top CFOs organize their day (includes related article on 12 tips to better organization). **Financial Executive**, v. 15, n. 1, p. 34-36, Jan./Feb. 1999.
- PASHIGIAN, B.; PELTZMAN, S.; SUN, J. Firm Responses to Income Inequality and the Cost of Time. **Review of Industrial Organization**, v. 22, n. 4, p. 253-273, 2003.
- PEDERSEN, Anne Reff Brown. Moving Away from Chronological Time: Introducing the Shadows of Time and Chronotopes as New Understandings of 'Narrative Time'. **Organization**, v. 16, n. 3, p. 389-406, May 2009.
- PELBART, Peter Pál. **O tempo não-reconciliado**. São Paulo: Perspectiva. 2015. 192 p.
- PESSANHA, Juliano Garcia. **Recusa do não-lugar**. São Paulo: Ubu editora, 2018. 192 p.
- PIMENTEL, T. D. O espaço em situações de gestão: entre a gestão estratégica e a gestão social. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, n. 3, p. 141-150, 2014.
- PIMENTEL, Thiago Duarte; CARRIERI, Alexandre de Pádua; LEITE-DA-SILVA, Alfredo Rodrigues; ABATE JUNIOR, Cláudio Borges. Mudanças simbólicas: análise discursiva das transformações identitárias e espaciais em uma feira. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 5, n. 1, p. 01-23, 2007.

- PIZZA JÚNIOR, Wilson. Tempo nas organizações. **Revista de Administração Pública**, v. 31, n. 1, p. 4-16, jan./fev. 1997.
- PRASAD, V.; NORI, K. Systems Approach for Adoption of Innovations in Organizations. **Systemic Practice and Action Research**, v. 21, n. 4, p. 283-297, 2008.
- PRIGOGINE, Ilya. Probing into time. **Discovery: Research and Scholarship**, v. 5, n. 1, p. 4-7. Sept. 1980.
- RAFNSDÓTTIR, Gudbjörg Linda; HEIJSTRA, Thamar M. Balancing Work–family Life in Academia: The Power of Time. **Gender, Work & Organization**, v. 20, n. 3, p. 283-296, May 2013.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações**: Uma reconstituição da riqueza das nações. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989. 209 p.
- RAUSCHER, Lauren; KAUER, Kerrie. The Healthy Body Paradox: Organizational and Interactional Influences on Preadolescent Girls' Body Image in Los Angeles. **Gender & Society**, v. 27, n. 2, p. 208-230, Apr. 2013.
- RICHARDSON, Katherine; BENBUNAN-FICH, Raquel. Examining the antecedents of work connectivity behavior during non-work time. **Information and Organization**, v. 21, n. 3, p. 142-160, 2011.
- ROBERTS, Emma. Time and Work–Life Balance: The Roles of ‘Temporal Customization’ and ‘Life Temporality’. **Gender, Work & Organization**, v. 15, n. 5, p. 430-453, Sept. 2008.
- ROBERTS, J.; ARMITAGE, J. From organization to hypermodern organization: On the accelerated appearance and disappearance of Enron. **Journal of Organizational Change Management**, v. 19, n. 5, p. 558-577, 2006.
- ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão**: Veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. 608 p.
- ROSENBLUM, Sara. Validity and reliability of the Time Organisation and Participation Scale (TOPS). **Neuropsychological rehabilitation**, v. 22, n. 1, p. 65-84, 2012.
- RUBINO, Carl A. The consolations of uncertainty: time, change, and complexity. **Emergence: Complexity and Organization**, v. 4, n. 1/2, p. 200-206, Jan. 2002.
- RÜDIGER, Francisco. **As Teorias da Cibercultura**: perspectivas, questões e autores. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2013. 319 p.
- RÜDIGER, Francisco. **Martin Heidegger e a questão da técnica**: Prospectos à cerca do futuro do homem. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2014. 199 p.
- RUIZ CASTRO, Mayra. Time Demands and Gender Roles: The Case of a Big Four Firm in Mexico. **Gender, Work & Organization**, v. 19, n. 5, p. 532-554, Sept. 2012.
- SAGE, Daniel; JUSTESEN, Lise; DAINTY, Andrew; TRYGGESTAD, Kjell; MOURITSEN, Jan Labatut. Organizing space and time through relational human–animal boundary work: Exclusion, invitation and disturbance. **Organization**, v. 23, n. 3, p. 434-450, May 2016.
- SAHAY, Sundeep. Implementation of Information Technology: A Time-Space Perspective. **Organization Studies**, v. 18, n. 2, p. 229-260, Mar. 1997.
- SANTAELLA, Lucia. **Percepção**: Fenomenologia, ecologia, semiótica. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 146 p.

- SANT'ANNA, A. S.; DINIZ, D. M. (Re-)significando o Espaço como Capital: Contribuições de Estudo com Empreendedores Locais. **Brazilian Business Review**, v. 14, n. 5, p. 544-558, 2017.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 63, p. 237-280, out. 2002.
- SANTOS, Franklin Santana. **A Arte de Morrer – Visões Plurais**. 2. ed. v. 1. Bragança Paulista, SP: Editora Comenius, 2009, 304 p.
- SANTOS, I. C. D. Desfronteirização organizacional: o domínio da relação tempo e espaço pelas organizações transnacionais. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, v. 2, n. 1, p. 93-104, 2003.
- SANTOS, I. C. D. Desfronteirização organizacional: o domínio da relação tempo e espaço pelas organizações transnacionais. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, v. 2, n. 1, p. 93-104, 2003.
- SANTOS, Luciano. **O sujeito encarnado: A sensibilidade como paradigma ético em Emmanuel Levinas**. Ijuí: Editora Unijuí, 2009. 288 p.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: Fundamentos teóricos e Metodológicos da geografia**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 136 p.
- SARAIVA, Luiz Alex Silva; CARRIERI, Alexandre de Pádua; SOARES, Ari de Souza. Territorialidade e identidade nas organizações: o caso do Mercado Central de Belo Horizonte. **Rev. Adm. Mackenzie**, v. 15, n. 2, p. 97-126, 2014.
- SCANFONE, Leila; CARVALHO NETO, Antonio; TANURE, Betania. Tempos de trabalho e de não-trabalho: o difícil equilíbrio do alto executivo entre a carreira, as relações afetivas e o lazer. **Revista de Administração FACES Journal**, v. 7, n. 1, p. 45-61, jan./mar. 2008.
- SCHRIBER, Jacquelyn B.; GUTEK, Barbara A. Guion. Some Time Dimensions of Work: Measurement of an Underlying Aspect of Organization Culture. **Journal of Applied Psychology**, v. 72, n. 4, p. 642-650, 1987.
- SEEL, Martin. Form as an Organization of Time. **Critical Horizons**, v. 8, n. 2, p. 157-168, 5 Feb. 2007.
- SENNETT, Richard. **Carne e Pedra**. Tradução: Marcos Aarão Reis. 4. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016. 417 p.
- SERRATE, H. W.; FANTINEL, L. D. Representações de espaço e sociabilidades organizacionais em dois cafés na grande Vitória. **Pensamento & Realidade**, v. 29, n. 4, p. 81-98, 2014.
- SHARFI, Kineret; ROSENBLUM, Sara. Executive Functions, Time Organization and Quality of Life among Adults with Learning Disabilities. **PLoS ONE**, v. 11, n. 12, 2016.
- SHEN, Fang-Ying; CHANG, Andrew S. Establishing a coordination system for construction project organizations by simulating human body circulatory system. **Journal of Civil Engineering and Management**, v. 19, n. 4, p. 492-504, 1 Aug. 2013.
- SIBLEY, Margaret; CAMPEZ, Mileini; PEREZ, Analay; MORROW, Anne; MERILL, Brittany; ALTSZULER, Amy; COXE, Stefany; YEGUEZ, Carlos. Parent Management

- of Organization, Time Management, and Planning Deficits among Adolescents with ADHD. **Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment**, v. 38, n. 2, p. 216-228, 2016.
- SILVA, J. R. G. Profissionais qualificados e experiência de auto-emprego: questões de tempo e espaço. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 14, n. 1, p. 1-26, 2008.
- SILVA, José Roberto Gomes da; WETZEL, Ursula. A construção de um quadro analítico sobre as significações de espaço no contexto das mudanças organizacionais. **Cadernos EBAPE.BR**. v. 5, n. 4, p. 01-16, 2007.
- SIMMEL, George. **Psicologia do dinheiro**. 1. ed. Lisboa: Texto&Grafia, 2015. 128 p.
- SIMÕES-BARBOSA, R. H. Humanização da assistência à saúde das mulheres: uma abordagem de gênero. *In*: DESLANDES, S. F. (org.). **Humanização dos cuidados em saúde: conceitos, dilemas e práticas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 323-350.
- SLAWINSKI, Natalie. A Matter of Time: The Temporal Perspectives of Organizational Responses to Climate Change. **Organization Studies**, v. 33, n. 11, p. 1537-1563, Nov. 2012.
- SMOLIN, L. The self-organization of space and time. **Philosophical Transactions: Mathematical, Physical and Engineering Sciences**, v. 361, n. 1807, p. 1081-1088, 15 June 2003.
- SPENGLER, Oswald. **O homem e a técnica: uma contribuição à filosofia de vida**. Tradução: Erico Verissimo. Porto Alegre: Edições Meridiano, 1941. 140 p.
- STAKE, R. Case studies. *In*: DENZIN, N., LINCOLN, Y. **Handbook of qualitative research**. 2 ed. London: Sage Publications, 2000.
- STALK JUNIOR, George; HOUT JUNIOR, Thomas Stalk. Redesign your organization for time-based management. **Strategy & Leadership**, v. 18, n. 1, p. 4-9, 1990.
- STAUDENMAYER, Nancy; TYRE, Marcie; PERLOW, Leslie. Time to Change: Temporal Shifts as Enablers of Organizational Change. **Organization Science**, v. 13, n. 5, p. 583-597, 2002.
- STYHRE, Alexander. The (re)embodied organization: four perspectives on the body in organizations. **Human Resource Development International**, v. 7, n. 1, p. 101-116, 1 Mar. 2004.
- TAN, Terence; DARKEN, Christian. Learning and prediction of relational time series. **Computational and Mathematical Organization Theory**, v. 21, n. 2, p. 210-241, 2015.
- TAYLOR, A; YARDLEY, C. Advocacy, education, and the role of not-for-profit organizations in Lewy body dementias. **Alzheimer's Research and Therapy**, v. 6, n. 59, 28 Aug. 2014.
- TEIXEIRA, J. C.; BARROS, Amon. Os Rolezinhos em Shopping Centers: Reflexões sobre o que Agregam e em que Desafiam os Estudos dos Shoppings como Espaços de Segregação Social e Urbana. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 3, n. 2, p. 101-126, 2016.
- TENNIS, Joseph T. Metaphors of Time and Installed Knowledge Organization Systems: Ouroboros, Architectonics, or Lachesis? **Information Research: An International Electronic Journal**, v. 18, n. 3, 2013.

- TIETZE, Susanne; MUSSON, Gill. Recasting the home-work relationship: a case of mutual adjustment.(disintegration of time and space compression). **Organization Studies**, v. 26, n. 9, p. 1331-1352, Sept. 2005.
- TOMBRAS, Christos. Body and the limits of language: Articulating the unthinkable. **Psychodynamic Practice**, v. 24, n. 2, p. 113-123, 3 Apr. 2018.
- TONELLI, Maria José. **Revista de Administração Pública**, v. 37, n. 1, p. 33-50, jan./fev. 2003.
- TONELLI, Maria José. Sentidos do tempo e do tempo de trabalho na vida cotidiana. **Organizações e Sociedade**, v. 15, n. 45, p. 207-217, abr./jun. 2008.
- TOWERS, I; DUXBURY, L.; HIGGINS, C.; THOMAS, J. Time thieves and space invaders: technology, work and the organization. **Journal of Organizational Change Management**, v. 19, n. 5, p. 593-618, 2006.
- UNO, Kuniichi. **Hijikata Tatsumi: Pensar um Corpo Esgotado**. Tradução: Cristine Greiner, Ernesto Filho. São Paulo: n-i Edições, 2018. 272 p.
- VALENTINE, Gill. In-corporations: Food, Bodies and Organizations. **Body & Society**, v .8, n. 2, p. 1-20, June 2002.
- VAN AMSTERDAM, Noortje; CLARINGBOULD, Inge; KNOPPERS, Annelies. Bodies Matter: Professional Bodies and Embodiment in Institutional Sport Contexts. **Journal of Sport & Social Issues**, v. 41, n. 4, p. 335-353, Aug. 2017.
- VAN DEN ENDE, J. Computers and industrial organization: early sources of 'just in time' production in the Dutch steel industry. **IEEE Annals of the History of Computing**, Summer, v.17, n. 2, p. 22-32, 1995.
- VASCONCELOS, Isabella Freitas Gouveia de; MASCARENHAS, André Ofenhejm; ZACARELLI, Laura Menegon. As percepções subjetivas do tempo nas organizações e a mudança organizacional: uma análise comparativa da Daimler Chrysler e da Bull França. **Organizações e Sociedade**, v. 13, n. 36, p. 65-83, jan./mar. 2006.
- VERGARA, S. C.; VIEIRA, M. M. F. Sobre a dimensão tempo-espaço na análise organizacional. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, n. 2, p. 103-119, 2005.
- VIEIRA, Eurípedes Falcão. O tempo-espaço: ficção, teoria e sociedade. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 1, n. 1, p. 01-07, 2003.
- VIEIRA, M. M. F.; GARROFÉ, P. H. S. O paradigma espaço-tempo: evolução e manipulação do sentido e do significado de espaço e de tempo nas organizações contemporâneas. **GESTÃO.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 3, n. 1, p. 53-61, 2005.
- VIEIRA; Marcelo Milano Falcão; VIEIRA, Eurípedes Falcão; KNOPP, Glauco da Costa. Espaço global: território, cultura e identidade. **Revista Administração em Diálogo**, v. 12, n. 2, p. 01-19, mai./jun./jul./ago. 2010.
- VIOULAC, Jean. **L'époque de la technique**. Paris: Presses Universitaires de France, 2009. 328 p.
- VIRILIO, Paul. **O Espaço Crítico: e as perspectivas do tempo real**. Tradução: Paulo Roberto Pires. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2014. 144p.

- VUČINIĆ-NEŠKOVIĆ, Vesna. Organization of Time in the Chinese Countryside: Labor, Rhythms and Gender in the Later Maoist Period (1958-1978). **Etnoantropološki Problemi**, v. 5, n. 2, p. 205-236, 1 Feb. 2016.
- WAISTELL, J. Metaphorical mediation of organizational change across space and time. **Journal of Organizational Change Management**, v. 19, n. 5, p. 640-654, 2006.
- WANDERLEY, S.; BARROS, A.; COSTA, A. S. M.; CARRIERI, A. P. Caminhos e percursos da História em Administração: um chamado à reflexão sobre o tempo e a construção do presente. *Farol*. **Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 3, n. 8, p. 832-851, dez. 2016.
- WATERWORTH, Susan. Temporal Reference Frameworks and Nurses' Work Organization. **Time & Society**, v. 12, n. 1, p. 41-54, Mar. 2003.
- WONG, Wei-Kang. How much time-inconsistency is there and does it matter? Evidence on self-awareness, size, and effects. **Journal of Economic Behavior and Organization**, v. 68, n. 3, p. 645-656, 2008.
- XAVIER, W.S.; BARROS, Amon Narciso de; CRUZ, R.C.; CARRIERI, A. O imaginário dos mascates e caixeiros-viajantes de Minas Gerais na formação do lugar, do não lugar e do entre lugar. **Revista de Administração (FEA-USP)**, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 38-50, 2012.
- YERIMA, Dina. Regimentation or Hybridity? Western Beauty Practices by Black Women in Adichie's Americanah. **Journal of Black Studies**, v. 48, n. 7, p. 639-650, Oct. 2017.
- YILMAZ, Murat. Repeated moral hazard with a time-inconsistent agent. **Journal of Economic Behavior and Organization**, v. 95, p. 70-89. Nov. 2013.
- YIN, R. **Case Study Research: Design and Methods**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1994. 192 p.
- ZHIXIANG CHEN, Kim Hua Tan. The impact of organization ownership structure on JIT implementation and production operations performance (just-in-time). **International Journal of Operations & Production Management**, v. 33, n. 9, p. 1202-1229, Sept. 2013.
- ZIMMERMAN, Michael. **Heidegger's Confrontation with Modernity: Technology, Politics, and Art**. Bloomington: Indiana University Press, 1990.